



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**ANA KAROLINA FREIRE OLIVEIRA**

**A LUTA E O LUTO: MULHERES TRABALHADORAS CONTEMPORÂNEAS DO**  
**AGRONEGÓCIO NO BAIXO JAGUARIBE**

**FORTALEZA**

**2024**

ANA KAROLINA FREIRE OLIVEIRA

A LUTA E O LUTO: MULHERES TRABALHADORAS CONTEMPORÂNEAS DO  
AGRONEGÓCIO NO BAIXO JAGUARIBE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de Concentração: História Social.

Orientadora: Prof. Dr. Kênia Sousa Rios

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

O451 Oliveira, Ana Karolina Freire.  
A LUTA E O LUTO : MULHERES TRABALHADORAS CONTEMPORÂNEAS DO AGRONEGÓCIO  
NO BAIXO JAGUARIBE / Ana Karolina Freire Oliveira. – 2024.  
158 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-  
Graduação em História, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Prof. Dr. Kênia Sousa Rios .

1. História oral . 2. Agroneócio. 3. Mulheres trabalhadoras e viúvas . I. Título.

CDD 900

---

ANA KAROLINA FREIRE OLIVEIRA

A LUTA E O LUTO: MULHERES TRABALHADORAS CONTEMPORÂNEAS DO  
AGRONEGÓCIO NO BAIXO JAGUARIBE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de Concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Kênia Sousa Rios

Aprovada em: 19/08/2024

BANCA EXAMINADORA

---

Prof(a). Dr(a). Kênia Sousa Rios  
(Orientadora) Universidade Federal do  
Ceará (UFC)

---

Prof(a). Dr(a). Ana Rita Fonteles Duarte  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof(a). Dr(a). Sarah Campelo Cruz Gois  
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

---

Prof. Dr. Gilberto Gilvan Souza Oliveira (Suplente)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico este trabalho a minha avó, Firmina Freire Carvalho Costa, uma mulher que só pude conhecer através das lembranças de quem a conheceu em vida. Boa parte deste trabalho foi escrita no sofá de casa, onde vó Firmina me lança seu olhar de eterna bondade do alto de seu retrato pendurado na parede da sala de visitas.

Dedico a minha mãe, Ana Cleide Freire Costa Oliveira, uma mulher trabalhadora, que me ensinou o valor do trabalho e a beleza de ter respeito pelas pessoas.

Dedico a todas as mulheres trabalhadoras, cujas lágrimas caem para regar os frutos que alimentam a vida.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES). Por isso, o primeiro agradecimento é à CAPES.

É muito importante existir nas produções acadêmicas um lugar para registrar os agradecimentos, pois, embora a escrita seja, por vezes, solitária, este espaço sugere que todo trabalho tem uma dimensão coletiva. Eu não teria conseguido escrever essas páginas sem a ajuda material e o apoio emocional de tantas pessoas que caminharam ao meu lado durante o processo de pesquisa e escrita.

Agradeço, em segundo lugar, a minha mãe, Ana Cleide Freire, uma capricorniana austera, que me ensina diariamente o poder da simplicidade e a lida com as adversidades da vida. Sem o seu apoio material e emocional eu não teria conseguido. Nutro por ti uma admiração e um amor infinito.

Agradeço ao meu pai, Vandocélio Gonçalves de Oliviera, por me fazer compreender, ainda que arduamente, que toda existência é complexa, e que o amor e o ódio não são sentimentos estagnados.

Agradeço a minha irmã, Ana Patrícia Freire Oliveira, por estar sempre ao lado de nossos pais, trabalhando (o que nos é comum desde muito cedo), e assim viabilizar o tempo necessário para que eu conseguisse estudar. Agradeço ao meu sobrinho, João Pedro, por me fazer pensar, com perguntas do tipo: “Por que o fogo queima? Por que a lua é branca? Por que a terra roda? Por que se deitar agora?” Obrigada, passarinho, por estar crescendo forte e saudável, por me distrair em momentos de tensão.

Agradeço aos amigos do curso de História da Universidade Federal do Ceará. À Laura Virgínia, ao querido Lucas Hilário, à Larissa Maia, obrigada por me ouvirem nos momentos mais angustiantes do processo de escrita.

Agradeço aos meus grandes amigos, Isaías da Câmara, Clarice Nascimento e Letícia Falcão. Obrigada por me fazerem sentir a amizade, aquela sensação de estarmos juntos assistindo ao pôr do sol da Lagoa da Cidade. E, apesar das incertezas, das angústias, das distâncias, das aflições clássicas da idade, é muito bom saber que “sempre tem gente pra chamar de nós, sejam milhares, centenas ou dois”. Amo vocês.

Agradeço à Rayane Cruz, por ter sido um verdadeiro bálsamo para o meu corpo e espírito durante o último ano. Obrigada por todos os momentos de parceria e compreensão.

Agradeço aos amigos do Programa de Educação Tutorial (PET- História): Carolina Linhares, Maurício Martins, Alysson Pinheiro e Daniela Ramos. Obrigada pelas discussões literárias, historiográficas e, claro, pelas fofocas.

Agradeço aos colegas da turma de mestrado com os quais compartilhei muitas angústias ao longo da pesquisa: Rairan Vilanova, Leonardo Norberto, Josi Cordeiro e Aline Silva. Vocês me ajudaram em muitos momentos importantes, obrigada.

Agradeço a todos os trabalhadores e trabalhadoras, agricultores e agricultoras da Chapada do Apodi. Aos movimentos sociais da região do Vale do Jaguaribe. Quanto aprendido essas pessoas me proporcionaram! Agradeço, especialmente, a Reginaldo Ferreira, historiador, professor e militante do Movimento 21. Obrigada pela imensa ajuda, por me apresentar lugares e pessoas, e pela acolhida.

Agradeço às mulheres entrevistadas nesta pesquisa: Antônia Luzia, Lena Gomes, Vera Lúcia Lima, Evelize Costa, Branquinha e Gerlene Silva. Sem vocês este trabalho não seria possível.

É importante ressaltar que o momento no qual eu ingressei no mestrado, o Brasil estava passando por um dos momentos mais críticos de sua história recente. Estávamos enfrentando a pandemia de COVID-19, além disso, vivenciamos um completo descaso em relação à educação pública, praticado pelo então governo de Jair Bolsonaro. Diversas universidades federais e programas de pós-graduação do país sofreram com o corte de verbas, o que afetou a distribuição de bolsas, prejudicando milhares de estudantes. É preciso estar sempre atento e forte para continuar lutando por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Viva ao ensino e às universidades públicas brasileiras.

Agradeço aos queridos Deoclécio Galvão e Webster Belmino. Obrigada por terem enxergado em uma adolescente de 16 anos as potencialidades para fazer História e por terem me seduzido a escolher estes caminhos por onde, hoje, ando.

Agradeço aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, à Nadja, da secretaria por toda a paciência em explicar trâmites burocráticos.

Agradeço ao professor Francisco Régis Lopes Ramos pelas longas tardes de leitura e debate que começaram na tutoria do PET e se estenderam pelas disciplinas da Pós-Graduação.

Por fim, quero agradecer especialmente à Kênia Sousa Rios, por ter pacientemente orientado este trabalho, por ser uma inspiração, uma referência de historiadora e de ser humano

desde o primeiro semestre da graduação em História. Obrigada, professora, por sua imensa sabedoria e bondade.



O radical, comprometido com a libertação dos homens, não se deixa prender em “círculos de segurança”, nos quais aprisione também a realidade. Tão mais radical quanto mais se inscreve nesta realidade para, conhecendo-a melhor, melhor poder transformá-la.

Não teme enfrentar, não teme ouvir, não teme o desvelamento do mundo. Não teme o encontro com o povo. Não teme o diálogo com ele, de que resulta o crescente saber de ambos. Não se sente dono do tempo, nem dono dos homens, nem libertador dos oprimidos. Com eles se compromete, dentro do tempo, para com eles lutar.

(Freire, 2018, p. 37).

Flaubert disse de si mesmo que era um “homem-pena”. Posso dizer que sou uma “mulher-ouvido”. Quando ando pelas ruas e me surpreendo com alguma palavra, frase ou exclamação, sempre penso: quantos romances desaparecem sem deixar rastro no tempo. Permanecem na escuridão. Há uma parte da vida humana, uma conservação que não podemos conquistar para a literatura. Ainda não a apreciamos, ela não nos surpreende, não nos encanta. A mim ela já enfeitiçou, me fez prisioneira. Adoro a forma como as pessoas falam, adoro a voz humana solitária. Essa é a minha maior paixão, o meu maior amor.

(Aleksiévitch, 2016, p. 370).

## RESUMO

Nas últimas décadas o Brasil se consolidou como um dos países mais agroexportadores do mundo. Os elogios ao agronegócio brasileiro estampam manchetes de jornais, tematizam discursos políticos, dentro e fora do congresso nacional. Hegemonicamente, o “agro” é um dos setores mais importantes da economia. Graças ao seu desenvolvimento, há geração de empregos e larga produção. Diante de tantos números, de recordes anuais de crescimento, das propagandas que, diariamente, passam em horário nobre da televisão aberta, é difícil construir uma contra narrativa sobre o agronegócio. Mas de que maneira é possível pensar suas contradições? O que está para além do *agro é pop*, *o agro é tech*, *o agro é tudo*? No Ceará, a chegada do agronegócio remonta ao final da década de 1990. Desde o início desse processo, ficaram nítidos os impactos sociais e ambientais, principalmente, para aqueles e aquelas que foram diretamente afetados pela implantação de grandes empreendimentos agroexportadores, como pequenos agricultores e as populações de comunidades próximas as instalações agroindustriais. Nesse sentido, este trabalho quis pensar, a partir da história oral e dos estereótipos em torno da viuvez feminina, a construção narrativa de mulheres do campo nas suas diversas subjetividades – a filha, a mãe, a viúva, a trabalhadora - e visões de mundo. O esforço aqui não foi de enquadrá-las, nem de falar a partir de uma categoria ou grupo social que evocassem qualidades essencialistas. Pensar as mulheres desta pesquisa é uma tentativa de produzir sentidos, problematizando suas construções narrativas sobre o mundo e suas próprias vidas, ou seja, como fazem pensar o trabalho ou qualquer tipo de impacto imposto pelo agronegócio, e acima de tudo, como suas narrativas são interessantes na invenção de sentidos e significados sobre a vida, naquilo que ajuda a complexificar ou, simplesmente, refletir, a partir de visões estéticas, éticas e políticas. O trabalho se desenvolveu, sobretudo, a partir das fontes orais, mas também se utilizou de relatórios, de pareceres técnicos, de reportagens, de outros materiais. Dessa forma, as reflexões acerca dos percursos e possibilidades do trabalho com história oral aparecem como elemento central. Pretendeu-se explorar questões referentes ao trato com memórias sensíveis que aprofundem as questões de gênero, classe e raça, destacando sempre as subjetividades e estabelecendo, à medida do possível, relações com as áreas da Literatura e da Psicanálise.

**Palavras-chave:** Agronegócio; História oral; Mulheres trabalhadoras e viúvas.

## RÉSUMÉ

Au cours des dernières décennies, le Brésil s'est imposé comme l'un des pays agro-exportateurs les plus exportateurs au monde. Les éloges de l'agro-industrie brésilienne font la une des journaux et font l'objet de discours politiques à l'intérieur et à l'extérieur du congrès national. D'un point de vue hégémonique, « l'agro » est l'un des secteurs les plus importants de l'économie, grâce à son développement, la création d'emplois et sa production importante. Face à tant de chiffres, de records de croissance annuels et de publicités diffusées quotidiennement aux heures de grande écoute sur les chaînes de télévision ouvertes, il est difficile de construire un contre-récit sur l'agro-industrie. Mais comment penser ses contradictions? Qu'y a-t-il au-delà de l'agro c'est la pop, de l'agro c'est la technologie, de l'agro c'est tout? Au Ceará, l'arrivée de l'agro-industrie remonte à la fin des années 1990. Depuis le début de ce processus, les impacts sociaux et environnementaux sont devenus évidents, principalement pour ceux qui ont été directement touchés par la mise en place de grandes entreprises agro-exportatrices, comme les petits agriculteurs et les populations des communautés proches des installations agro-industrielles. En ce sens, ce travail veut réfléchir, à partir de l'histoire orale et des stéréotypes entourant le veuvage féminin, sur la construction narrative des femmes rurales dans leurs différentes subjectivités – fille, mère, veuve, ouvrière – et visions du monde. L'effort ici n'est pas de les encadrer, ni de parler d'une catégorie ou d'un groupe social qui évoque des qualités essentialistes. Penser les femmes dans cette recherche est une tentative de production de sens, en problématisant leurs constructions narratives sur le monde et leur propre vie, c'est-à-dire la façon dont elles pensent le travail ou tout type d'impact imposé par l'agro-industrie, mais surtout comment leurs récits sont intéressants dans l'invention de sens et de significations sur la vie, dans ce qui contribue à complexifier ou, simplement, à réfléchir, à partir de vues esthétiques, éthiques et politiques. Le travail est développé avant tout à partir de sources orales, mais des rapports, avis techniques, rapports, entre autres, sont également utilisés. De cette manière, les réflexions sur les voies et les possibilités de travailler avec l'histoire orale apparaissent comme un élément central, le but étant d'explorer les questions liées au traitement des mémoires sensibles qui approfondissent les questions de genre, de classe et de race, en mettant toujours en évidence les subjectivités et en établissant, en même temps, dans la mesure du possible, des relations avec les domaines de la Littérature et de la Psychanalyse.

**Mots-clés:** Agro-industrie. Histoire orale. Femmes qui travaillent et veuves.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa de localização do Baixo Jaguaribe (região e municípios).....	71
Figura 2 Resumo das empresas do agronegócio da fruticultura no Baixo Jaguaribe.....	74
Figura 3 Homem pulverizando manualmente uma plantação de bananas.....	86
Figura 4 Pulverização aérea.....	89
Figura 5 Ingredientes ativos utilizados na pulverização aérea na Chapada do Apodi e sua classificação toxicológica e ambiental.....	92
Figura 6 Contiguidade existente entre as áreas de plantio e as residências.....	96
Figura 7 Mulheres trabalhando na produção de frutas e na criação de caprinos.....	119
Figura 8 7º CNMA em 2022.....	121

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AEFAJA	Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana
CCR	Coletivo Combahee River
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNMA	Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio
COVID-19	Corona Vírus Disease 2019
DIEESE	Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FAFIDAM	Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNPETI	Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
HGF	Hospital Geral de Fortaleza
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LABOMAR	Instituto de Ciências do Mar
LECANTE	Laboratório de Estudo do Campo, Natureza e Território
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e não-binaries
MST	Trabalhadores Rurais Sem Terra
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
M21	Movimento 21 de Abril
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
RENAP	Rede Nacional de Advogados e Advogas Populares
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
TRAMAS	Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2. CAPÍTULO 1: RIXAS DO TEMPO: CONSTRUÇÕES E DESCONSTRUÇÕES SOBRE A VIUEZ</b> .....	27
2.1. A viúva veste preto.....	29
2.2. A viúva está viva.....	40
2.3. A viúva pública.....	53
<b>3. CAPÍTULO 2: VIÚVAS DO AGROTÓXICO: TRABALHO E ADOECIMENTO, MORTE E LUTO</b> .....	68
3.1. O agronegócio chega à Chapa do Apodi.....	71
3.2. Agrotóxicos, trabalho e adoecimento, morte e luto nas narrativas de Evelize Silva Costa.....	80
3.3. O futuro interrompido: as artes de lembrar e narrar o ausente.....	97
<b>4. CAPÍTULO 3: ANTES DA VIÚVA, A TRABALHADORA: AGRONEGÓCIO, TRABALHO E FEMINISMOS</b> .....	109
4.1 Quem são as mulheres do agronegócio? As disputas em torno do trabalho feminino no campo.....	112
4.2. Do trabalho nas casas de família à carteira assinada: a vida e o trabalho doméstico nas narrativas de Vera Lúcia Lima de Oliveira.....	127
4.2.1 O preço do Trabalho.....	133
4.2.2 O trabalho doméstico durante a pandemia de COVID-19.....	141
4.2.3 Finalmente a carteira de trabalho assinada.....	142
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	145
<b>6. FONTES DE PESQUISA</b> .....	148
6.1 Entrevistas de História Oral.....	148
6.2 Relatórios técnicos.....	149
6.3 Acervo online do Núcleo TRAMAS.....	149
6.4 Acervo da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte-CE.....	149
6.5 Reportagens.....	149
<b>7. REFERÊNCIAS</b> .....	151

## 1. INTRODUÇÃO

Ó, donos do agrobiz, ó reis do agronegócio,  
Ó, produtores de alimento com veneno.

Por tanto mal, do qual vocês não se redimem,  
Por tal excesso que só leva à escassez,  
Por essa seca, essa crise, esse crime.  
Não há maiores responsáveis que vocês.

Chico César (2015)

Nas últimas décadas, o Brasil se consolidou como um dos países mais agroexportadores do mundo. Os elogios ao agronegócio brasileiro estampam manchetes de jornais e tematizam discursos políticos dentro e fora do congresso nacional. Hegemonicamente, o “agro” é um dos setores mais importantes da economia, graças ao seu desenvolvimento, geração de empregos e larga produção; por essas razões, todos no país devem se orgulhar e lutar para manter esta forma de produzir, afinal de contas, é ela que eleva o nome do Brasil e nos faz mundialmente reconhecidos. Dito isso, é preciso admitir, o Brasil, de fato, é um dos maiores produtores de *comodities*<sup>1</sup> do mundo, segundo a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Em 2020, o Brasil foi o quarto maior exportador de grãos do mundo, com destaque para soja, milho e rebanhos bovinos<sup>2</sup>. Em 2021, em plena a pandemia do COVID-19, o país bateu o recorde de exportações, movimentando mais de 102 bilhões de dólares<sup>3</sup>.

Diante de tantos números, de recordes anuais de crescimento, das propagandas que, diariamente, passam em horário nobre da televisão aberta, é difícil construir uma contranarrativa sobre o agronegócio, mas como é possível apontar suas contradições? O que está para além do *agro é pop*, *o agro é tech*, *o agro é tudo*?

Nesse sentido, em todos os lugares onde o agronegócio se faz presente, apesar dos discursos políticos e econômicos enviesados, há pequenos produtores rurais, moradores de pequenas comunidades, que sentem seus impactos. Onde o modo de produção

---

<sup>1</sup>O termo em inglês significa mercadoria, bem ou produto, e se refere a uma matéria-prima com valor comercial e estratégico agregado. O que isso quer dizer? Que uma **commodity** influencia o comportamento de certos setores econômicos ou até a economia de um país como um todo. Elas são negociadas na bolsa de valores e, dependendo da oscilação de preços, afetam outras atividades, como a indústria e o comércio.

<sup>2</sup>Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/62618376/O+AGRO+NO+BRASIL+E+NO+MUNDO.pdf>

<sup>3</sup>Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/agronegocio-bate-recorde-de-exportacoes-em-2021-e-movimenta-mais-de-us-102-bilhoes/>

capitalista do campo impera, há grupos e famílias inteiras que sentem, diariamente, os efeitos nefastos do agronegócio. A questão é saber ouvir, ou melhor, ter interesse em ouvir essas vozes que sussurram por aí, que às vezes gritam. Mas, pensar o que se esconde por trás de uma narrativa limpinha, cheia de imagens pujantes da indústria da riqueza do Brasil, capaz de convencer até mesmo os bem-intencionados, pode ser uma tarefa bem indigesta, que assumo o desafio de fazê-la.

O *boom* de desenvolvimento que o agronegócio teve nas últimas décadas, no Brasil, trouxe uma série de impactos sociais e ambientais. São inúmeras as contradições do agro e é necessário pensá-lo para além de uma questão puramente econômica. É importante dizer que, quando o modo de produção capitalista no campo estava se firmando, desde a segunda metade do século XX, a modernização tinha como justificativa a necessidade de acabar com a fome no mundo. Ainda imperava sobre o entendimento geral que a produção seria o grande fator na insistência dos índices de subalimentação dos países. No entanto, as décadas seguintes confirmaram a falsidade desse argumento, pois as políticas de combate à fome mostraram que era menos eficaz o volume de produção do que o entendimento sociocultural do problema, incluindo as políticas de incentivo aos pequenos produtores e a distribuição dos alimentos. (Abromoway, 1996).

Além disso, No Brasil, é a agricultura familiar que põe a comida na mesa dos brasileiros. O agronegócio, como bem revelam os números, é responsável por exportar grandes quantidades de grãos, que muitas vezes, nem são direcionadas para a alimentação humana<sup>4</sup>. Com isso, é importante pensar os impactos ambientais presentes no cultivo de monoculturas, assim como os socioambientais, em que os grandes produtores se apoderam de vastas extensões territoriais, que historicamente pertencem a grupos indígenas, quilombolas e de pequenos produtores rurais, acirrando, dessa forma, os conflitos por terra.

O agronegócio pode ser definido como a implementação do capitalismo no campo, ou seja, trata-se de uma indústria. Neste sistema, o uso da terra, da água e dos produtos cultivados não estão atrelados à qualidade de vida, nem aos direitos sociais e ambientais das populações. O objetivo maior do agronegócio é investir numa produção que gere lucros cada vez mais altos. Nesse sentido, para que se atinjam os níveis satisfatórios, na maioria das vezes exorbitantes de lucros, é preciso inibir todos os empecilhos que possam vir a comprometer os cultivos. Nesse caso, a aceleração da produção significa mais lucros,

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3dTwQIIBRL8>



e aqui entra uma das grandes questões do agronegócio, o uso de agrotóxicos, nos quais são utilizados para o combate de “pragas” e o aumento da produtividade. Desse modo, a ligação entre agronegócio e o uso de agrotóxicos é intrínseca<sup>5</sup>.

Na perspectiva de discutir as contradições do agronegócio, este trabalho quis apresentar e problematizar camadas de seus efeitos e reverberações. Nesse sentido, o uso intensivo e, muitas vezes, indiscriminado de agrotóxicos constitui um dos pilares da reflexão, sobretudo no que se refere aos grupos sociais que trabalham ou vivem em contato direto com essas substâncias.

Para analisar a ligação entre agronegócio e o uso de agrotóxicos, observam-se os dados. Nas últimas décadas, o agronegócio se firmou como uma realidade nos campos brasileiros, principalmente a partir da monocultura da soja, do milho e da fruticultura para a exportação. Atrelado a isso, em 2008, o Brasil passou a ser o maior consumidor de agrotóxicos do mundo<sup>6</sup>. No entanto, esses dados não devem ser pensados apenas com a chave do desenvolvimento econômico, que é a maneira como a narrativa hegemônica do agronegócio impõe. O uso intensivo, muitas vezes indiscriminado de agrotóxicos, produz uma série de contrapartidas que precisam ser pensadas, como por exemplo, a demanda por novos trabalhos e o descarte adequado das embalagens de produtos químicos.

O trabalho que demanda contato direto com agrotóxicos expõe os/as trabalhadores/as a níveis consideráveis de vulnerabilidade e precariedade. É possível afirmar que há uma preocupação por parte das empresas do agronegócio em promover a qualificação para o manuseio de produtos químicos? O/a trabalhador/a sempre está ciente dos perigos desse contato direto? Como é o uso dos equipamentos de proteção individual? Além disso, diante de tanto desenvolvimento, é preciso pensar: quais os impactos que este modelo de desenvolvimento gera para saúde, qualidade do solo, dos alimentos e de vida das populações? E para aqueles que trabalham em contato direto com essas substâncias? Como afeta suas famílias?

Ao existir um discurso hegemônico acerca do agronegócio, que o coloca como sinônimo de desenvolvimento, progresso, oportunidade, a vida das pessoas que são diariamente afetadas por este modelo de desenvolvimento econômico é diminuída, ou pelo menos, é posta como uma questão menor. O agronegócio pode até ser um setor

---

<sup>5</sup>Disponível em: <https://mst.org.br/2020/11/12/agro-e-toxico-somos-o-pais-que-mais-consome-agrotoxicos-no-planeta/>

<sup>6</sup>Disponível em: <https://observatorio-eco.jusbrasil.com.br/noticias/2548118/brasil-e-o-maior-consumidor-de-agrotoxicos-do-mundo>

importante da economia brasileira que movimentava milhões e milhões de dólares, mas também é um modelo de produção que destrói, não apenas o meio ambiente, mas também vidas e famílias. De que forma o reconhecimento dos danos causados pelo agronegócio poderia repensar este modelo produtivo? De uma maneira que a vida fosse respeitada, sobretudo, a vida de agricultores, de seus filhos, familiares. Por que não há um luto coletivo em relação a essas vidas? O reconhecimento do luto, do trauma causado seria o mínimo. O que se poderia fazer para não ter mais esses casos? Isto passa por uma humanização das pessoas afetadas? Implica o valor pela vida de pessoas específicas? Seria necessária somente uma política que proibisse agrotóxicos ou também passasse por uma redefinição de valores, de simples respeito pela vida e pela vida de trabalhadores rurais, de pessoas pobres, que tiram da terra o seu sustento?

Nesse sentido, este trabalho propõe problematizar as narrativas hegemônicas sobre o agronegócio. O esforço aqui é de pensar as contradições de um modelo produtivo que se coloca como o sustentáculo da economia brasileira. Ao se colocar a serviço dos interesses das elites políticas e econômicas, o agronegócio evidencia a sua perversa indiferença pela vida e pelo meio ambiente. O trabalho quer evidenciar quais grupos, quais subjetividades permitem pensar uma contranarrativa ao agronegócio. Quem são as mulheres do agronegócio? Empresárias? Empreendedoras? Trabalhadoras rurais? Mães? Filhas? Viúvas?

Nesse sentido, o ponto de partida para construir esse trabalho foi pensar acerca das narrativas de mulheres viúvas, que perderam seus companheiros em decorrência do contato que estes tinham com agrotóxicos no local de trabalho, mas ao longo do percurso outros caminhos e possibilidades foram se desenhando. Dessa forma, o que se pretende ao longo desta pesquisa é problematizar os discursos hegemônicos que apontam o agronegócio como um setor indispensável para a economia brasileira, firmando-o como sinônimo de modernização e progresso.

Estas palavras iniciais pretendem, ainda, ser mais que uma fundamentação teórica ou apresentação, estritamente temática e conceitual. Quero, como autora deste trabalho, que este também seja o espaço para pensar aquilo que considero ter sido a parte mais significativa de ter realizado esta dissertação: o trabalho com a História Oral. Tive o esforço de refletir sobre as belezas, armadilhas, delícias e dissabores do exercício deste trabalho. A princípio, a escolha de trabalhar com essa tipologia de fonte não passou por um entendimento pronto e acabado dos desafios que seriam impostos pelos processos de fabricação, discussão e uso de entrevistas, de modo que a expectativa de perceber e

estabelecer relações com os campos da Literatura e da Psicanálise pareceu um caminho interessante de percorrer, ainda que eu não soubesse exatamente como o faria.

Defendo que a parte mais importante deste trabalho são as vozes que me permitiram pensar, e depois, tento discuti-las e transformá-las em problemas de pesquisa. Aprendi, a partir das reflexões teóricas, sobretudo de Alessandro Portelli nas suas dezenas de textos publicados no Brasil, e no próprio exercício de realizar entrevistas, que o mais importante em um trabalho de História Oral é ouvir. Mas ouvir o quê? O que é ouvir? Não é incomum ver trabalhos que se utilizam de fontes orais como uma forma de corroborar explicações, como uma forma de fundamentação, para convencer não só aos leitores, mas a si mesmos, das próprias ideias.

No entanto, para um historiador/a oral, ouvir talvez passe pela abertura de pensar sobre o que está sendo dito e como está sendo dito, ao invés de forçar, de alguma maneira, o entrevistado a dizer aquilo que se quer ouvir. A voz é uma forma muito particular de narrar; nunca está sozinha. Quase sempre é incrementada por um ritmo, um olhar, uma expressão corporal, indícios diversos que podem levantar suspeitas. Ela pode até enganar. Às vezes grita, às vezes cala, mas o pesquisador/a que estiver de ouvidos limpos, disposto/a a ouvir e atento/a aos sinais, pode se aventurar em desvendar os mistérios e as intrigas das vozes.

Esta pesquisa, inicialmente, tinha o objetivo geral de estudar as mudanças no mundo do trabalho com a chegada do agronegócio na Chapada do Apodi, nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré. No entanto, o contato com novas leituras e o aprofundamento de discussões levaram a pensar algumas possibilidades de deslocamentos. Anteriormente, o foco seria nos trabalhadores e trabalhadoras que tiveram suas vidas afetadas com as novas formas de trabalho, a partir da instalação de grandes empresas de fruticultura na região. Contudo, ao invés de dar conta de um conjunto de transformações, decidi focar no que poderia ser chamado de um aspecto dessas mudanças, que seria trabalhar especificamente com mulheres que perderam seus companheiros, os quais trabalhavam em contato direto com agrotóxicos, sendo a relação entre o intenso uso de veneno e o adoecimento seguido de morte, a partir do ambiente de trabalho. Mas, essa história não findou com essas mortes. Depois, as viúvas se transformaram em mulheres atravessadas por subjetividades: elas eram filhas, mães, trabalhadoras. Aos poucos, a história oral foi transformando os meus fios iniciais do pensamento em uma constelação a ser traçada, dentro de um universo de possibilidades.

Pensando um pouco mais sobre os problemas de pesquisa, sobretudo a partir das fontes, percebi que as mulheres seriam o centro das discussões, pois, por mais que quisesse saber sobre seus companheiros, em exposição aos agrotóxicos, imposta pela própria natureza dos trabalhos que esses homens realizavam, alguns temas se impuseram na realização das entrevistas, como por exemplo, as próprias subjetividades das mulheres que eu estava entrevistando. Nesse sentido, maternidade, casamento, relacionamento com os companheiros, cotidiano da comunidade, trabalho das próprias mulheres foram temas que apareceram nas narrativas de todas as mulheres entrevistadas. Rapidamente, percebi que as vidas dessas mulheres não correspondiam aos modelos burgueses de esposas e viúvas, os quais se esperava encontrar. Assim, ao invés de conduzir, deixei-me conduzir. Concluiu que o trabalho com fontes orais não tem a ver com aquilo que o pesquisador/a quer dizer; há algo que só se revela ali, no ato da entrevista e que é obrigação ética mergulhar nas discussões que se impõem.

Dessa forma, colocadas as mudanças de foco, veio a preocupação de definir com clareza o que seria discutido nos capítulos, tópicos; quais temáticas seriam centrais para a pesquisa, pois os deslocamentos de interesse podem gerar confusões no que tange à pertinência das problemáticas, e tratando-se de uma pesquisa em História Social, os sujeitos devem ocupar um espaço preponderante no texto. Nesse sentido, modificar a ênfase para as viúvas do agrotóxico traz o deslocamento de perguntas que podem dar conta de outros questionamentos, como por exemplo, o lugar do trabalho na vida dessas mulheres. Vale ressaltar que o interesse por essas mulheres surgiu a partir da vontade de pensar questões que estão comprometidas, justamente, em tentar dar conta de uma forma mais profunda e sensível da vida cotidiana, o que pode ser experimentado a partir do trabalho com a História Oral, no qual me interessei em adentrar com profundidade. Com isso, é preciso lidar com sentimentos que envolvem questões subjetivas que evocam a morte e o sofrimento, no caso de pensar a viuvez, mas também outros temas como trabalho, maternidade, casamento. E, principalmente, com formas narrativas legitimadas pelo lugar, e o modo de comunicação com o mundo construídas por essas mulheres.

Dentro dessa perspectiva, o objetivo dessa pesquisa foi pensar como o agronegócio afeta a vida de mulheres do campo, o que implica pensar a partir das narrativas de viúvas, as relações entre o uso de agrotóxicos no local de trabalho e o surgimento de doenças seguidas de morte de trabalhadores, assim como outras questões que envolvem a maternidade, a relação com o companheiro, o lugar do trabalho na vida dessas mulheres. Dessa forma, foi possível ir além do recorte temático inicialmente

estabelecido – mulheres viúvas. Agora, tive a pretensão de fazer uma reflexão que ponha as narrativas dessas mulheres no centro das discussões, ou seja, trata-se de percebê-las através de múltiplas ramificações que constituem suas vidas, daquilo que se impõe nas suas formas de narrar. Em suma, olhei-as naquilo que é importante ao elaborarem uma narrativa sobre suas próprias vidas, mesmo que o pontapé inicial seja o trabalho de seus maridos, afinal de contas, falar sobre trabalho, uso de agrotóxicos, doença, morte, foram temáticas impostas para mim enquanto pesquisadora, mas isso não necessariamente foi a questão central, quando essas mulheres lembram de seus companheiros.

Nesse sentido, cabe uma reflexão: não seria ingênuo pressupor que os maridos, o trabalho que eles realizavam com agrotóxicos, a doença, até mesmo a morte desses homens, seria o grande acontecimento da vida dessas mulheres, até mais importante que seus próprios trabalhos? Bom, em alguns casos isso pode se confirmar, mas não se trata de uma regra. Evidenciando essas subjetividades, é possível enveredar por diferentes caminhos, no próprio sentido da viuvez feminina. Essas mulheres, antes de viúvas, são trabalhadoras, pois seus trabalhos sempre aparecem no centro de suas narrativas. Mais do que "o que é", quis tentar entender como se constrói uma narrativa sobre o ser viúva, mulher, trabalhadora, mãe, esposa e com quais elementos de linguagem essa narrativa se materializa.

Dessa forma, os objetivos dessa pesquisa impulsionaram a uma maior reflexão sobre a fabricação e o uso das fontes orais. Um primeiro ponto que chama a atenção foi pensá-las como uma construção de si, ou seja, tratou-se de uma narrativa que elabora uma interpretação de si mesmo ao ser construída, numa interação que é sempre atualizada pelo tempo presente. O que parece interessante neste aspecto foi a dimensão subjetiva que cada depoimento me revelou, mostrando que os acontecimentos produzem percepções diferentes, nos quais se expressam através dos elementos socioculturais - constitutivos - daqueles que recordam. Segundo (Portelli, 1996, p.65), durante certo tempo, os pesquisadores quiseram subtrair a subjetividade em busca de uma almejada objetividade, porém o autor convida a pensar que o aspecto subjetivo da história oral pode ser, na verdade, a grande riqueza destas fontes. O que importa não é o quanto os eventos narrados são representativos ou não da realidade, mas sim como eles são importantes para pensar as possibilidades, os horizontes de expectativas daqueles que viveram o passado.

Nesse mesmo sentido, a observação e valorização da diferença no campo da História Oral, que permite pensá-la como um lugar de exercício da alteridade, me pareceu fascinante, pois nesse ponto me coloquei numa posição de profundo interesse pelo outro.

Esse entendimento possibilita pensar fora das clássicas interpretações que apontam os sujeitos conscientes das opressões que vivem, ou como meros alienados das disputas políticas; a realidade, no entanto, apresenta-se como um leque de possibilidades, muitas vezes, surpreendentes. A relação do/a pesquisador/a com seus entrevistados/as pode ser conflituosa, pois se está em jogo o embate temporal e as visões de mundos, quase sempre, divergem. Ao pesquisador/a oral inexperiente, o espanto pode ser recorrente ao se deparar com uma declaração pouco coerente – segundo sua própria avaliação - entre o entrevistado/a e as opressões que este/a vive na carne; todavia, a surpresa pode ultrapassar a recusa ou a desqualificação daquele/a que narra, transformando-se numa busca insaciável de ouvir e compreender por que caminhos operam os processos que constroem a narrativa. Fica mais fácil trocar o espanto pela vontade de compreender, ainda que para obtenção de um título acadêmico, quando há um interesse sincero pelo outro.

Outro ponto importante foi pensar que um dos grandes desafios que o trabalho com História Oral pode apresentar está relacionado à maneira como o pesquisador/a lida com temas sensíveis, ou seja, diante de uma narrativa emocionada, que aciona memórias traumáticas de intensa dor, sofrimento, perda. Como o pesquisador/a deve se portar? E mais, como construir um texto historiográfico diante da dor do outro?<sup>7</sup> Mais surpreendente ainda é perceber que aquilo que todos julgam ser uma experiência de trauma pode não passar de uma banalidade, pode até mesmo ser narrado com tranquilidade, sem entusiasmo ou grandes emoções. Aqui é preciso ficar atento, dá um jeito de descobrir no momento mesmo da surpresa o que essa quebra de expectativa pode revelar; precisei perceber os gestos, engatar uma pergunta que podia desvendar um segredo, pois se o entrevistado/a estiver disposto/a, a conversa vai longe.

Um dos desafios e belezas de realizar entrevistas é que não há uma metodologia específica a seguir, não se pode falar em um padrão para colher depoimentos. Pode haver recomendações, precauções prévias, mas não há como prevê o desenrolar de uma entrevista, nem mesmo o nível de emoção do/a entrevistado/a e do/a entrevistador/a, e o quanto isso pode ser proveitoso para quem pesquisa. O que há é um trabalho de campo a ser realizado, que se revelará frutífero ou não. Muitas vezes, o próprio potencial de um testemunho se revelará somente no instante em que estiver sendo proferido.

---

<sup>7</sup> Diante da Dor do Outro é o título de um livro da escritora estadunidense Susan Sontag. Na obra, ela instiga a pensar a forma histórica se lida com o sofrimento humano, refletindo em que medida as imagens são acionadas, numa chave de sentido que naturaliza a violência. Nesse sentido, considera-se uma boa reflexão para o historiador oral, no que se refere ao trato com narrativas que evocam a violência, o sofrimento.

A construção da narrativa historiográfica é um ponto a ser pensando com bastante cuidado por parte de quem a escreve; diante da dor do outro pode ser muito fácil cair numa interpretação que inferioriza os indivíduos, colocando-os como vítimas das estruturas sociais dominadas por grupos poderosos. Por outro lado, na tentativa de ser coerente com o compromisso crítico e problematizador das ciências sociais, pode-se ficar numa posição de alheamento e apatia diante do outro. Por isso, é necessário pensar minuciosamente acerca de como não cair nas armadilhas das fontes orais, guiando-se pelo compromisso de construir uma narrativa que cumpra com seu papel crítico, mas que seja também um exercício de alteridade.

Refletir sobre os sentimentos específicos que permeiam temas e problemas de pesquisa pode ser um exercício interessante para entender melhor quem são os sujeitos, bem como as tramas que estão dentro das espacialidades e temporalidades que se quer estudar. Ao tentar pensar a partir de narrativas de mulheres que perderam seus maridos devido ao uso de agrotóxicos no local de trabalho, para entender os caminhos entre o adoecimento e a morte de alguém próximo, é possível remeter a memórias específicas, nas quais podem ampliar a visão que se têm do real, gerando reflexões acerca dos meandros pelos quais a memória opera, além de colocar o pesquisador diante dos mistérios das temporalidades, nas quais nenhuma teoria, por mais instigante e útil que seja, não foi capaz de enquadrar. Nesse sentido, ao mirar em um tema, o pesquisador/a precisa está aberto a descobrir um arsenal de possibilidades.

Diante do que é difícil dizer, daquilo que não cabem limites da linguagem, como os mecanismos da narrativa são acionados? Quais elementos sociais, culturais, simbólicos – religião, militância social, direção sindical - são convocados para construir uma versão? Sobre essas questões, Portelli, em um texto, no qual explora as narrativas de viúvas de um massacre ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial, numa província da Itália, reflete sobre como suas entrevistadas acionam referências de suas experiências socioculturais para recordar, fazendo com que a narrativa seja moldada pelas suas vivências a partir de determinados grupos, nos quais conservam padrões de ação e comportamento e, portanto, interferem nas suas formas de elaborar sobre o passado. Nessa perspectiva, não cabe ao pesquisador/a apontar ou questionar a dor do outro, mas seu trabalho é lançar um olhar crítico sobre os mecanismos que tornam uma narrativa possível, como os padrões éticos, morais, sociais e culturais que fazem parte dos grupos sociais e suas formas de interação.

Partindo das reflexões do teórico Michel de Certeau sobre o lugar, aquilo que ele reflete sobretudo no livro *A Escrita da História*, soube que toda escrita pressupõe um lugar político. O desta dissertação vem do espaço institucional de produção acadêmica, mas também é atravessado pelo meu próprio lugar no mundo, enquanto pesquisadora e sujeita político-social. Esta demarcação política, que já assombrara deveras os acadêmicos “com mais afinco” no meu passado, embora faça refletir, não me assustou, de modo que não quis me furtar de assumir escolhas, tampouco se envaidecer numa busca falida pela neutralidade de dizer, tão somente, aquilo que realmente é (Certeau, 1982).

Quis dizer que não escrevi este trabalho com a intenção de defender uma certeza. Não pretendi que esta escrita fosse uma defesa de grupos vitimizados, tampouco escrevi com a intenção de dividir a história entre vilões e heróis. No entanto, a vida, o lugar político das mulheres que entrevistei – assim como qualquer grupo social, organizado em coletivos ou não são repletos de contradições. Suas experiências – que podem, de fato, desvelar um conjunto de opressões sociais - não implicam, necessariamente, numa atuação política contra hegemônica; quer dizer, suas condições de oprimidas não significa uma compreensão instantânea da própria subjugação. Não queria escrever sobre essas mulheres, porque em algum momento, senti dó de suas condições, seja enquanto viúvas, seja por serem mulheres oprimidas dentro de uma sociedade patriarcal racista e classista. Tampouco, ansiei despertar estes tipos de sentimento aos possíveis leitores. As mulheres com quem tive contato são mais que viúvas desamparadas, são mães, trabalhadoras que tiveram de se reinventar uma, duas, três vezes ao longo de suas vidas. Acreditei que é dando ênfase em suas narrativas e subjetividades que poderia fazer desta escrita um espaço de reflexão sobre a vida - suas dimensões política, cultural, social - e não apenas encarar suas experiências traumáticas, ou não, como meros impactos provenientes das mudanças econômicas.

Pensar as contradições e problematizar narrativas acerca do agronegócio, a partir da implantação de empresas foi o ponto de partida desta pesquisa. À medida que fui fazendo o trabalho de campo, realizando as entrevistas, as mulheres e suas subjetividades foram se impondo. O esforço aqui não é o de enquadrá-las, falar a partir de uma categoria ou grupo que evocam certas qualidades essencialistas, pois assim era como eu pensava antes do trabalho, e o esforço também foi no sentido de deixar um pouco de lado as certezas. Pensar as mulheres desta pesquisa é uma tentativa de produzir sentido, elaborações de mundo, do que é ser humano, como suas narrativas fazem pensar o trabalho ou qualquer tipo de impacto nefasto do agronegócio, mas acima de tudo, como



suas narrativas são importantes, interessantes na construção de sentidos e significados sobre a vida, naquilo que ajuda a problematizar ou simplesmente refletir a partir de visões estética, ética e política.

Por fim, ainda poderia dizer que este é um trabalho feminista, mas para isso é preciso um pouco de cuidado. O feminismo, assim como quase tudo, já foi apropriado pelo mercado. É sempre uma narrativa para vender um produto e, aparentemente, vale tudo na venda de um produto. Mas, a finalidade deste texto não é vender uma mercadoria ou promover uma marca. O feminismo reivindicado neste trabalho dialoga com as contribuições de Angela Davis, Silvia Federici, Nancy Fraser, Wendy Goldman, Wendy Braun, Judith Butler, autoras que pensam o feminismo como um movimento teórico, histórico e político, diferentemente do entendimento pífio que o reduz a um movimento de mulheres e que, portanto, não se trata de inverter a lógica opressiva, trocando homens por “mulheres empoderadas”.

A potência do feminismo está na sua inventividade de produzir perspectivas para um futuro que ponha fim as opressões sociais, por isso ele deve estar igualmente comprometido em discutir classe e raça. A escrita desta dissertação é o esforço de pensar, por meio da memória e da narrativa, o que é a dor, o sofrimento ou quaisquer outros sentimentos possíveis, ao lidar, por exemplo, com uma doença que chega de modo avassalador. Por fim, trata-se de como suas experiências, enquanto mulheres viúvas, trabalhadoras ou qualquer outra subjetividade delas que caibam aqui, transformaram e transformam as suas vidas.

Como um dos pilares desta pesquisa são as narrativas de mulheres viúvas, o primeiro capítulo partiu de uma necessidade de entender historicamente o que é a viuvez. Nesse sentido, busquei pensar quais os estereótipos foram construídos em torno dessa condição, e como as mulheres foram enquadradas em padrões de comportamentos sociais e culturais ao longo do tempo. Além disso, a partir das mulheres entrevistadas para a pesquisa, o capítulo tenta problematizar os sentidos políticos que a condição de viuvez feminina pode mobilizar nos espaços e debates públicos.

O segundo capítulo parte de um dos impactos mais nefastos do modelo de produção do agronegócio: o uso intensivo de agrotóxicos. Nesse sentido, tenta-se pensar as relações entre trabalho e adoecimento, morte e luto nas narrativas de mulheres viúvas, entrevistadas para a pesquisa. Para isso, foi importante o cruzamento de fontes, nas quais revelam os prejuízos do uso de agrotóxicos para a saúde e o meio ambiente, bem como,

as conexões entre os campos da Literatura e Psicanálise para pensar a morte, o trabalho de luto e as camadas temporais imbricadas nesse processo.

O terceiro capítulo partiu de uma temática que apareceu de uma forma contundente ao longo das entrevistas, a relação das mulheres entrevistadas com seus respectivos trabalhos. Dessa forma, foi pertinente refletir quais as narrativas hegemônicas e contra hegemônicas sobre o trabalho feminino no campo, bem como problematizar quais são as mulheres que estão ou não a serviço do agronegócio. Por fim, julgou-se pertinente destinar uma sessão para pensar, ainda que rapidamente, o trabalho doméstico feminino, já que esse foi um dos temas centrais nas entrevistas de uma das mulheres entrevistadas para a pesquisa.

## 2. CAPÍTULO 01: RIXAS DO TEMPO: CONSTRUÇÕES E DESCONSTRUÇÕES SOBRE A VIUVEZ

A viuva já não tinha a frescura da primeira mocidade, mas era ainda uma mulher bonita. Era alta e esbelta e tinha um par de olhos pretos belíssimos e uma pelle morena delicadamente pennujenta e macia. Em vida do marido frequentara algum tanto a sociedade; mas depois que elle partiu sósinho para o outro mundo, ela encolheu-se com medo que se discutisse lá fóra a sua reputação, cousa em que pensava n'uma obsessão quasi nevrotica. (Almeida, 1999, p. 6, 8<sup>8</sup>).

Eu gostava, demais, gostava muito dele. Mas também por causa que eu tô viúva não vou deixar de viver minha vida, nem vou prolongar pra me divertir, não, o que eu tiver de fazer daqui pra frente eu vou fazer porque ele morreu muito novo e a gente tem que ver que a vida da gente é um sopro. Hoje a gente tá aqui, amanhã a gente pode não tá. A gente tem que viver cada dia sem pensar no amanhã. (Lima, 2022).

Ao estudar a expansão do agronegócio no Vale do Jaguaribe e o uso intensivo de agrotóxicos na região, inicialmente, me interessou pela chegada de grandes e médias empresas, no início dos anos 2000. Queria entender quais tipos de trabalho eram realizados em contato direto com agrotóxicos e os perigos que esses ofereciam à saúde e ao meio ambiente. A primeira vez que ouvi falar de mulheres que haviam perdido seus maridos, os quais trabalhavam nesses tipos de empreendimento e haviam adoecido de forma repentina, foi por meio de uma série de reportagens especiais, intitulada Viúvas do Veneno, publicadas em 2013, no jornal O Diário do Nordeste, pelo jornalista Melquíades Júnior. Ao analisar o conteúdo das reportagens, constatei que não se tratava de casos isolados. O índice de adoecimentos, adoecimentos seguidos de morte de homens e mulheres, nos últimos anos, era no mínimo preocupante.

Após o contato com a série de reportagem Viúvas do Veneno, me interessei cada vez mais por essas mulheres, de modo que comecei a procurá-las. Tive o contato com os movimentos sociais de Limoeiro do Norte e do Vale do Jaguaribe, e descobri o contato de algumas mulheres, as quais o esposo, o companheiro, exercia um trabalho que exigia o trabalho direto com agrotóxicos. Meses depois, retornei a Limoeiro do Norte para entrevistar três mulheres, com as quais havia conversado pelas redes sociais. Após as primeiras entrevistas, fiquei muito impactada com alguns relatos e começou a repensar os rumos da pesquisa. Já não sabia se queria pesquisar sobre a expansão do agronegócio

---

<sup>8</sup> ALMEIDA, J. L. **A viúva Simões**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

no Ceará, a partir da chegada de grandes empresas; o trabalho em contato direto com agrotóxicos; as relações entre trabalho e adoecimento.

As entrevistas realizadas com as viúvas me trouxeram uma gama de possibilidades. Em pouco tempo, percebeu-se que o interesse de análise havia se modificado. Não era apenas sobre trabalho e agrotóxicos, onde queria concentrar as análises; as problemáticas e subjetividades das mulheres que havia entrevistado começaram a me inquietar. Dessa forma, os temas: morte, luto, viuvez, relações de gênero, o trabalho realizado por essas mulheres e não apenas o trabalho de seus esposos e companheiros, apareceram de uma forma muito contundente. Diante das novas possibilidades de análise, estava claro que já se estava fazendo outra pesquisa. O centro desta pesquisa era agora as mulheres, as viúvas, as mães, as trabalhadoras, a partir das suas múltiplas subjetividades.

Uma das principais questões que apareceram após as primeiras entrevistas foi sobre a construção social, cultural e histórica da viuvez. Isso aconteceu por influência da reportagem *Viúvas do Veneno*, pois foi isso que me fez procurar as mulheres e entrevistá-las. A ideia inicial seria conversar sobre a vida, o trabalho com a agricultura, a utilização de agrotóxico, de seus maridos ou companheiros. Essas noções anteriores ao momento das entrevistas me fizeram construir uma noção rígida e estereotipada sobre o que viria a ser o comportamento de uma mulher viúva. Porém, é evidente que essa visão foi desconstruída à medida que eu fui fazendo as entrevistas.

Nessa perspectiva, as construções históricas em torno da viuvez carregam uma série de estigmas, chavões e estereótipos, entretanto, a rigidez dessas noções não se sustenta, se o tema for pensado por uma perspectiva mais aprofundada. Nesse sentido, este capítulo pretendeu problematizar, a partir de produções literárias, entrevistas de História Oral, textos e reportagens jornalísticas, historiografias e pesquisas das ciências sociais, as construções e desconstruções sobre a viuvez. Tudo isso faz pensar no embate de temporalidades, uma vez que a viuvez feminina não obedece a um sentido contínuo.

O primeiro tópico objetiva pensar a viuvez a partir de suas construções históricas. Para isso, três elementos são fundamentais. 1. Discutir a viuvez e a questão da faixa etária. Por que a imagem de uma pessoa na condição de viuvez é facilmente ligada à velhice? Quais as implicações da viuvez na juventude? 2. Pensar a viuvez a partir de uma perspectiva de gênero. Por que o estado civil viuvez e a viuvez como uma condição que apresenta um comportamento social e cultural estão sempre atrelados à figura feminina? 3. Analisar quais estereótipos constroem um modelo ocidental para a viuvez feminina,

entendendo como e por quais meios essas noções se cristalizaram. De que forma a imagem da viúva como uma mulher rígida vestida de preto é endossada?

O segundo tópico objetiva problematizar a viuvez no que se refere aos seus estereótipos, chavões e estigmas. Nesse momento, a discussão pretende partir da viuvez entre as mulheres, pensando quais subjetividades e desconstruções podem ser observadas nas narrativas, visões de mundo e práticas de diferentes mulheres. Para isso, tentei fazer um diálogo com as entrevistas de História Oral e textos literários.

O terceiro tópico pretende discutir de que formas é possível pensar a viuvez feminina em um viés público e político. É possível afirmar que a viuvez feminina aciona sentidos, tais como desamparo financeiro e emocional, que promovem uma comoção pública? Além disso, a viuvez feminina pode ser instrumentalizada em um sentido político? Isso contribui ou não para reforçar estereótipos?

## **2.1 A viúva veste preto**

A imagem clássica da viuvez, presente no imaginário coletivo, remete sempre a uma mulher idosa, vestida de roupas longas e pretas. Além disso, a condição de viuvez está associada à solidão, ao desamparo financeiro e emocional. Nesse sentido, associar a viuvez à velhice é uma percepção comum presente em muitas sociedades e culturas ao redor do mundo. Essa aproximação pode ser atribuída a uma série de fatores históricos, sociais, demográficos culturais, psicológicos que atuam no sentido de perpetuar essa noção.

É importante destacar que a expectativa de vida nas sociedades pré-modernas e em grande parte da história humana era significativamente mais baixa do que nos tempos contemporâneos devido a fatores como guerra, doenças e falta de recursos médicos (Elias, 2001). Isso pode levar ao entendimento de que a viuvez, quando ocorria, era mais recorrente na maturidade ou velhice, tendo em vista que boa parte da população não chegava a essa fase da vida. Norbert Elias, nos seus estudos sobre processo civilizatório, discute como as mudanças nas estruturas sociais e nas relações interpessoais afetam a percepção da morte e, consequentemente, da viuvez.

Outro ponto importante na articulação entre viuvez e velhice diz respeito à estrutura familiar e aos papéis de gênero historicamente construídos. Em tempos remotos, as mulheres casavam-se jovens com homens mais velhos. Esse elemento, associado ao fato de que a expectativa de vida masculina ser menor, aumentava a possibilidade das

mulheres se tornarem viúvas na maturidade ou velhice. Somava-se a isso ainda a dependência econômica das mulheres, em relação aos seus falecidos companheiros, e a pressão social para que se mantivessem fiéis e honrassem a figura de seus esposos, ainda que eles estivessem mortos. Isso contribuía para que a mulher permanecesse viúva e não buscasse um novo casamento, o que reforçava o estereótipo da viúva idosa. Esses elementos podem ser observados no início do romance *A viúva Simões* de Júlia Lopes de Almeida<sup>9</sup>, publicado em 1897. Na trama, a personagem Ernestina sofre uma forte pressão da sociedade para manter o status de mulher viúva, muito embora os seus desejos e pulsações provoquem pensamentos contrários a esse ideal de viuvez.

Essa noção de viuvez atrelada à velhice foi quebrada, logo nas primeiras entrevistas que eu realizei. As mulheres entrevistadas não eram idosas, ao contrário disso, algumas radiavam jovialidade e interesse pela vida, o que me levou à reflexão sobre as implicações da viuvez antes da velhice. Nesse sentido, é importante destacar que a viuvez não é um tema amplamente debatido na historiografia, e só nos últimos anos vem ganhando mais espaço no amplo debate das ciências sociais. Sobre essa discussão, da viuvez na juventude e da viuvez na velhice, as produções acadêmicas que existem se concentram nas áreas da Psicologia, Assistência social, Sociologia.

A viuvez na juventude é um fenômeno com implicações profundas, tanto no âmbito psicológico quanto socioeconômico para os indivíduos afetados. Estudos recentes têm tratado mais especificamente sobre as peculiaridades desse evento na vida dos jovens. Segundo Silva e Souza, a viuvez precoce desafia as expectativas sociais do ciclo de vida, no qual a morte do cônjuge é predominantemente vista como um evento que ocorre na velhice. A ruptura dessa construção social acarreta um forte grau de impacto psicológico, causado pelo processo de luto e pela necessidade de reestruturar a própria vida. (Martins; Oliveira, 2020).

Do ponto de vista socioeconômico, a viuvez na juventude demanda desafios específicos. A perda do cônjuge, muitas vezes, pode significar uma diminuição na renda familiar, podendo acarretar drásticas mudanças no padrão de vida e, em casos extremos,

---

<sup>9</sup> Júlia Valentim da Silveira Lopes de Almeida foi uma escritora, cronista, teatróloga e abolicionista brasileira. Foi uma das idealizadoras da Academia Brasileira de Letras (ABL). Tem uma produção grande e importante para a literatura brasileira, de literatura infantil a romances, crônicas, peças de teatro e matérias jornalísticas. Foi casada com o poeta português Filinto de Almeida, Júlia e o Marido integravam importantes grupos e agremiações intelectuais na cidade do Rio de Janeiro, durante o final do século XIX e início do século XX. Seu romance *A Viúva Simões* é um de seus livros mais conhecidos, considerado importante por ter sido um dos primeiros a discutir vários temas ligados à condição e ao lugar da mulher na sociedade.

à pobreza (Almeida; Schmidt, 2017). Além disso, jovens viúvas podem enfrentar dificuldades no mercado de trabalho, devido à necessidade de conciliar responsabilidades profissionais e familiares, que podem ser acentuadas, se houver a existência de filhos. (Santana; Menezes, 2019)

Outro ponto que se quer discutir neste tópico se refere a como a viuvez pode estar ligada a estereótipos de gênero. Falar em viuvez feminina, por vezes pode até soar como uma redundância. Historicamente, a viuvez é uma condição associada diretamente à construção do ser feminino. Isso é endossado até mesmo pelos dados estatísticos de pesquisas oficiais do governo que apontam a viuvez como um estado civil mais comum entre as mulheres<sup>10</sup>. Os dados permitem concluir que, após a morte de cônjuges, é mais comum que homens se casem novamente do que mulheres.

Nesse sentido, a viuvez enquanto fenômeno social e individual, carrega complexidades que se desdobram em diversas camadas de análise, especialmente quando associada com questões de gênero. Não é por acaso que a condição de viuvez está historicamente atrelada às mulheres. Essa noção está enraizada na sociedade a partir de construções culturais, econômicas, demográficas, que se perpetuam ao longo do tempo.

Culturalmente, a viuvez feminina é cercada por normas de gênero que historicamente colocam as mulheres em uma posição de dependência em relação aos seus maridos, principalmente se forem aplicados recortes financeiros e econômicos. Nas sociedades patriarcais, a identidade e o status social das mulheres estão estreitamente ligados ao seu papel como esposas. Após a morte do companheiro, a viúva está sujeita não só a crises emocionais, mas também a uma desestabilização econômica, de seu papel e de sua identidade social. Foucault, em suas análises sobre as relações de poder, chama atenção para o modo como as estruturas sociais podem moldar a identidade individual, uma interpretação que pode ser aplicada para compreender como a viuvez é vivenciada de formas diferentes por homens e mulheres. (Foucault, 1977).

Nessa perspectiva, os estudos feministas contemporâneos oferecem um olhar crítico sobre a relação entre viuvez e as questões de gênero, destacando que uma eventual vulnerabilidade das mulheres viúvas não é uma consequência natural, mas sim um produto das estruturas patriarcais que limitam as oportunidades e os direitos femininos. Dessa forma, as experiências e subjetividades de mulheres viúvas não podem ser

---

<sup>10</sup> Os dados da pesquisa no Brasil demonstram ainda que a viuvez é o estado conjugal predominante entre as mulheres idosas, com 41% (2003, p. 39), sendo que os viúvos são 13%.

desvinculadas das desigualdades entre homens e mulheres que moldam as relações sociais.

Outro ponto atrelado ao patriarcado, mas que gera repercussões específicas na ideia da viuvez como uma experiência majoritariamente feminina, é a valorização do casamento como uma norma social predominante. O casamento, visto como um símbolo de realização pessoal, particularmente pelas mulheres, pode ser um fator que contribui para amplificar estigmas em torno da viuvez. Simone de Beauvoir, na obra *O Segundo Sexo*, analisa como as imposições do matrimônio (o que nos leva a inclusão da viuvez nessa linha reflexiva) agem sobre as mulheres, apontando para as limitações impostas pela construção social do gênero (Beauvoir, 1949). Tudo isso é reforçado pela divisão tradicional de papéis, na qual dentro de um casamento o homem é visto como provedor, enquanto a mulher é responsável pelo lar e pela família.

No artigo *A viuvez: a representação da morte na visão masculina e feminina*, publicado na Revista *Kairós*, os autores partiram de entrevistas realizadas com homens e mulheres viúvos, acima de 60 anos, a fim de analisar as repercussões da viuvez a partir do gênero e da velhice. Apesar de entender que a reação diante da perda é subjetiva, concluiu-se que, na narrativa dos viúvos, além da ausência da esposa, houve a perda daquela que lhes proporcionavam o cuidado e de alguém responsável pelos afazeres domésticos. Já nas viúvas, observou-se uma sensação de liberdade após a morte do cônjuge, pois a dependência durante o matrimônio representava um desconforto. (Rubio; Wanderley; Ventura, 2011).

Por fim, este tópico ainda pretende analisar os estereótipos mobilizados quando o assunto é viuvez feminina, ou seja, quais as imagens que historicamente são acionadas ao pensar em uma viúva. Nesse sentido, os elementos supracitados são centrais para a criação de um modelo ocidental de mulheres viúvas, mas ainda vale a pena aprofundar outras questões.

Nesse sentido, é importante destacar que questões culturais e religiosas também contribuem para a construção de uma visão da viúva pautada em arquétipos negativos. Em diversas sociedades, a mulher que enviuvava estava associada à má sorte, ao desamparo, às práticas restritivas e discriminatórias, como por exemplo, a possibilidade de casar-se novamente, e até mesmo à bruxaria. Tais estereótipos enraízam-se em crenças que visam a preservação da moral e da ordem sociocultural, assim como o controle do corpo e da sexualidade feminina, limitando a autonomia e subjetividades das mulheres, além da imposição de comportamentos de luto prolongado e isolamento social.



O romance *A Viúva Simões*, já citado no início deste capítulo, publicado em 1897 pela escritora brasileira Júlia Lopes de Almeida, narra a vida de uma mulher que após a morte do marido leva uma vida restrita ao espaço do lar. Ao longo da narrativa, é possível perceber como uma mulher viúva era cercada por imposições culturais, atreladas à moral e aos bons costumes cristãos e patriarcais. Logo no primeiro capítulo, a viúva Simões é apresentada como uma mulher que, apesar de jovem e bonita, raramente saía de casa, desde a morte de seu esposo, dedicava-se absolutamente a sua casa e a sua filha Sara. Passava os dias ordenando atividades domésticas, ao vasto grupo de empregados que a servia. Sua casa era grande e bem localizada na cidade do Rio de Janeiro, evidenciando a sua classe social e a abundância econômica. Um elemento que chama atenção na leitura das primeiras páginas do livro é a protagonista ser sempre referida como a viúva Simões, o sobrenome de seu falecido marido. Só depois de 20 páginas é que seu nome aparece pela primeira vez na narrativa. O nome da viúva Simões é Ernestina, uma mulher recentemente viúva, na qual usa roupas pretas, vive para administrar sua casa e considera que, desde a partida de seu esposo, sua filha é a única razão para a felicidade.

De forma aproximada, no romance *Ressurreição*, publicado em 1872 por Machado de Assis, a personagem Lívia também apresenta questões que nos permite refletir quais pressões sociais uma mulher viúva estava sujeita. Embora seja descrita como uma mulher corajosa, confiante, experiente, as atitudes de Lívia estão sempre atreladas às figuras masculinas de sua vida, exercendo sempre com muito capricho as funções de mãe, esposa e irmã. A condição de viúva faz com que Lívia viva o seu período de reclusão: “ninguém mais a viu no teatro, na rua, ou em reuniões. Suas visitas são poucas e íntimas. Dos que a conheceram outrora, muitos a esqueceram mais tarde; alguns a desconheciam agora” (Assis, 1998, p.103). Ao longo da narrativa Lívia irá se apaixonar por um jovem médico, porém o relacionamento não corresponde as suas expectativas. Tal como a Viúva Simões, a felicidade de Lívia passa ser concentrada na figura de seu filho, fruto do seu primeiro casamento. Além disso, a personagem Viana, irmão de Lívia, passa a ter forte influência sobre a sua vida, reforçando a ideia de que a vida dela estava sempre em função de uma figura masculina que deveria lhe indicar sempre a melhor decisão.

É importante destacar que a discussão que se quer fazer neste tópico não pretende pensar as complexidades presentes na construção das personagens de Júlia Lopes de Almeida e Machado de Assis. É óbvio que as mulheres viúvas dos dois romances não se resumem aos papéis sociais e culturais da época, nos quais estão inseridas. No entanto, as duas narrativas são muito interessantes para pensar preconceitos, estereótipos, imposições

patriarcais e religiosas, atreladas à moral e à honra do marido que as mulheres tinham de enfrentar. Dessa forma, o objetivo aqui é problematizar o embate temporal que se observa, ao analisar a vida das mulheres viúvas desta pesquisa, isto é, de que forma as viúvas entrevistadas para este trabalho, do tempo presente, ainda reproduzem ou não um comportamento atrelado aos estereótipos que historicamente atravessam a condição de viuvez feminina.

Nessa perspectiva, uma das mulheres que eu entrevistei foi Maria Lucinda Xavier, conhecida como Branquinha, viúva de José Maria Filho, conhecido como Zé Maria do Tomé. Zé Maria do Tomé foi um líder comunitário na localidade Tomé, no município de Limoeiro do Norte, no vale do Jaguaribe, Ceará. Em 21 de abril de 2010, Zé Maria foi assassinado com mais de 20 tiros, à queima-roupa, próximo a sua residência, na comunidade de Tomé. Zé Maria destacou-se na luta contra a pulverização aérea de agrotóxicos, pelo direito à água, à terra e à moradia na Chapada do Apodi.

Todos os anos, no mês de abril, acontece em Limoeiro do Norte a Semana Zé Maria do Tomé, mobilizando discussões sobre o agronegócio e o uso de agrotóxicos, assim como a memória de Zé Maria, que se tornou um símbolo dentro dos movimentos políticos e sociais da região, é lembrada, como por exemplo no Movimento 21, o qual faz menção ao dia do assassinato de Zé Maria do Tomé. O movimento se apresenta como um grupo de resistência e denúncia às contradições do avanço do agronegócio na região do Vale do Jaguaribe, mobilizando pautas como o direito à saúde, à água e à terra para todos os habitantes da Chapada do Apodi. Além disso, existe, a nível estadual, a Lei Zé Maria do Tomé (Lei 16.820/2019), proposta pelo deputado estadual Renato Roseno, que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos no estado do Ceará.

A história de Zé Maria e o seu brutal assassinato trouxe uma visibilidade que Branquinha não estava acostumada. Rapidamente, houve uma comoção em torno do caso de Zé Maria, fazendo com que sua memória esteja inserida no calendário local de atividades políticas. Após o assassinato do esposo, Branquinha e a família passaram a ser constantemente procuradas por jornalistas, movimentos políticos, pesquisadores de universidades que estudam os conflitos por terra e por água, na região do Vale do Jaguaribe, para falar sobre Zé Maria.

Nesse sentido, é possível afirmar que, após a morte de Zé Maria, houve uma construção, por parte dos movimentos sociais e outras instituições, política e social em torno de sua imagem. Para pensar essa discussão, é importante mencionar a tese “Se eu morrer e continuarem a minha luta, morro feliz”: a construção do mártir Zé Maria do

Tomé (2010-2023), defendida por Luciana Meire Gomes Reges no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará. No trabalho, Reges propõe uma ideia interessante: “A morte de José Maria Filho fez nascer Zé Maria do Tomé.” (Reges, 2023), defendendo que o assassinato de Zé Maria gerou um alinhamento de mobilizações e reivindicações, pautadas pela atuação de militantes ligados aos movimentos sociais da região do Vale do Jaguaribe, por instituições acadêmicas, pela própria família de Zé Maria, por políticos e por tantas organizações da sociedade civil, transformando Zé Maria do Tomé em um mártir. Dessa forma, como afirma Reges, a morte de um corpo, deu vida a um novo corpo atravessado pelas lutas coletivas que gritam em protesto a um modelo de produção: o agronegócio.

O contato com Branquinha foi facilitado por sua filha Márcia Xavier, que participa das movimentações políticas do Movimento 21. Branquinha tem hoje 54 anos, é mãe de três filhos e vó de três netos. Após a morte de Zé Maria, Branquinha se viu sozinha para cuidar de seus três filhos, que na época tinham, 4, 15 e 18 anos de idade, e assumir as responsabilidades financeiras de casa.

Nas memórias de Branquinha, estão presentes o período da juventude em que ela conheceu Zé Maria, ali mesmo na Comunidade do Tomé. Os dois nasceram lá, casaram-se em 1989 e mudaram-se para São Paulo, em busca de melhores condições de vida. Em São Paulo, Zé Maria era operador de máquinas, mas pouco tempo depois Branquinha voltou a morar no Tomé, enquanto Zé Maria continuou trabalhando fora. Mas depois do nascimento das duas filhas mais velhas, ele também voltou para o Tomé. No Tomé, Zé Maria começou a trabalhar com agricultura, assim como a maioria dos habitantes da comunidade. Trabalhar no cultivo da terra, até hoje, é a principal fonte de renda dos moradores. Depois de um tempo, os dois montaram uma pequena mercearia para ajudar na renda da família.

Branquinha lembra de Zé Maria como um ótimo filho, esposo e pai. Seu sorriso estampa no rosto, ao lembrar da alegria que era quando seu Menino (como ela o chamava) estava em casa, brincando e conversando com os filhos. E depois, foi dessa presença cotidiana e feliz que ela mais sentiu falta. Quando perguntada sobre como ela soube da morte de Zé Maria e como foram os primeiros dias e as primeiras semanas sem ele, ela diz:

Naquele momento o mundo parou pra mim. Eu fiquei meia aérea, tem muita coisa que eu não lembro o que aconteceu. Nos dias seguintes, foi um sofrimento, viu, que eu tive que suportar. O Gabriel, ele sofreu muito, até pela inocência dele, ele queria muito ver o pai, queria que o pai voltasse, toda hora

ficava me perguntado pelo pai, ficava caçando. Se abria uma porta, ele se escondia, dizia que era o pai. Aí tudo isso, quer dizer eu não tinha nem tempo assim pra mim desabafar, por conta assim que eu não queria que ele me visse chorar, porque ele ia chorar também, né, porque já tava sofrendo muito. Mas foi uma barra muito pesada que eu enfrentei com eles três, tanto com a Marcinha, com a Juliana e o Gabriel<sup>11</sup>. (Xavier, 2023).

Quando Zé Maria foi assassinado, Gabriel, seu filho mais novo, tinha apenas 4 anos de idade. É uma memória muito forte para Branquinha como foi difícil para a criança, e conseqüentemente, para elas, as primeiras semanas e os primeiros meses de ausência. Branquinha conta que Gabriel era muito apegado ao pai. Todos os dias, ao chegar em casa, Zé Maria levava Gabriel para passear, visitar algum parente ou vizinho, e ele sentiu muita falta desses momentos. Branquinha tentava explicar de um jeito infantil o que era a morte. Dizia a Gabriel que seu pai era agora uma estrela no céu. Ele tentava compreender com suas atitudes de crianças. Toda noite ele ia ao quintal de casa e procurava no firmamento a estrela mais brilhante e saudava ao pai, mas quando as portas fechavam e o céu já não podia ser visto, o garotinho chorava muito e sua mãe não tinha o que fazer, a não ser lamentar profundamente aquela nova realidade.

Refletindo sobre a postura de Branquinha e a sua relação com seus filhos, após a morte de Zé Maria, vale a pena pensar como, quando a figura feminina, desempenha o papel de mãe, aparece sempre a partir da força e não da fragilidade. Nesse sentido, um bom exemplo é a movimentação das mães da praça de maio na Argentina, que fazem periodicamente atos simbólicos em memória de seus filhos desaparecidos, durante a ditadura Argentina, que perdurou de 1976 a 1983. Até os dias de hoje, as mães da praça de maio não desistiram da luta, elas continuam. Mesmo sabendo que provavelmente nunca vão recuperar os restos mortais de seus filhos, mesmo tendo a certeza de que nunca saberão o que realmente aconteceu com eles.

Mais adiante, ao ser perguntada sobre como ela havia passado aqueles primeiros meses depois da morte de Zé Maria, como ela havia superado a sua ausência e o que para ela significava ser, agora, uma mulher viúva, ela diz:

Ninguém esquece. A gente acostuma, a gente acostuma a conviver sem aquela pessoa, mas esquecer não. Todo dia que Deus dá, eu me lembro do Zé Maria. Se eu acordar a noite, eu lembro do Zé Maria. A minha vida parou naquele dia, a minha vida parou. Eu fiquei só mesmo com meus filho, também não pensei em outro casamento, eu não quis.

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida em 21 de setembro de 2023, na comunidade do Tomé, Limoeiro do Norte.

Ser viúva é muito difícil, principalmente assim quando fica com filho pequeno, que a gente quer dá aquele respeito, aquele padrão de vida<sup>12</sup>. (Xavier, 2023).

Ao falar sobre a morte do marido, Branquinha apresenta uma narrativa de superação, mas não de esquecimento do companheiro, isto é, aprender a conviver com a ausência não significa esquecê-lo. Nos trechos acima, Branquinha afirma que sua vida parou após a morte de seu esposo. Ela passou a viver em função de seus filhos, pois ela precisava ser o alicerce emocional e financeiro para eles, além de nunca ter casado novamente, já que precisava dar o respeito que seus filhos precisavam, a partir da sua condição de viuvez. Nesse sentido, a viúva de Zé Maria aproxima-se muito daqueles comportamentos narrados nos romances de Júlia Lopes de Almeida e de Machado de Assis, cujas personagens viúvas estão presas aos preceitos de uma sociedade baseada em valores morais, religiosos e patriarcais. Afinal de contas, Branquinha, como afirma Reges (2023), é viúva de um mártir, e isso repercute em pressões sociais.

É nesse momento em que aparecem e se quer destacar os conflitos temporais. Branquinha ficou viúva em 2013, um momento em que já é possível observar, concretamente, mudanças significativas na vida social das mulheres, em que a emancipação feminina estava cada vez mais sendo pautada no debate público, de mais participação das mulheres, problematizando os espaços tradicionais que historicamente são destinados às mulheres. Essa discussão é feita pela historiadora Lídia Maria Vianna Possas, ao argumentar que a sua pesquisa em torno da viuvez feminina estava atrelada também ao fato de ter que “enfrentar certas representações que julgava terem sido superadas diante do processo de modernização, da garantia de direitos e do acesso das mulheres a distintas instâncias do público e da revisão das funções no espaço privado” (Possas, 2009).

Embora Branquinha tenha se tornado uma mulher viúva nessa conjuntura política de reivindicações e luta por igualdade de gênero, seu comportamento e conduta de viúva não pertence a essa temporalidade, ou seja, tem-se aqui uma experiência de viuvez que não obedece a um padrão contínuo de comportamento. Isso faz pensar nas discontinuidades do tempo, quando se estabelece recortes de classe e raça ao gênero. Pensar a viuvez não seria aqui apenas uma questão de analisar o avanço das pautas feministas e a luta das mulheres por mais participação política e econômica. Branquinha é uma mulher pobre, moradora de uma comunidade de agricultores, na qual os valores

---

<sup>12</sup> idem

religiosos são muito presentes. Isso faz com que ela exerça a sua condição de viuvez, a partir de uma outra relação com o tempo.

Nessa perspectiva, é interessante pensar que ao longo da história, a percepção e a experiência do tempo têm sido temas recorrentes na historiografia. A forma como uma sociedade percebe e vivencia o tempo está intrinsicamente ligada às suas crenças, valores e estruturas sociais. Diferentes culturas e períodos históricos abordam o tempo de maneiras diversas, tudo isso produziu e ainda constitui um vasto repertório para continuar produzindo acalorados debates entre os historiadores. Dessa forma, é possível destacar alguns momentos em que esses debates foram acionados na escrita da história.

A forma como se concebe a história nas sociedades ocidentais remonta aos pensadores e textos clássicos. Nesse sentido, a história narrativa dos filósofos e historiadores antigos, o historicismo do século XIX, a história positivista são sempre acionadas para se fazer uma história da historiografia<sup>13</sup>. Essas ideias sobre o pensamento histórico são muito importantes para entender as mudanças na maneira como se percebe o tempo com o passar dos anos, décadas e séculos. Porém, há um debate na historiografia, desde as décadas de 1970 e 1980, que aprofundou discussões e fez contribuições muito interessantes sobre as temporalidades.

Nessa perspectiva, a compreensão do tempo é um elemento central para a análise histórica na obra *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*, do historiador alemão Reinhart Koselleck, na qual ele apresenta uma reflexão sobre a noção de tempo e sua relação com a experiência histórica, pretendendo fornecer conceitos que serviriam para uma análise universal das temporalidades. No seu par de conceitos mais conhecidos, “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, Koselleck argumenta que os espaços de experiências se referem ao momento histórico específico que cada um vive e experimenta eventos, já os horizontes de expectativas seriam as projeções e aspirações das sociedades em relação ao futuro, influenciadas por suas experiências passadas. Para Koselleck essas duas noções são fundamentais para entender como as sociedades interpretam e dão sentido aos eventos históricos.

---

<sup>13</sup> Uma das influências mais significativas na noção clássica de tempo na história foi o cristianismo. A visão judaico-cristã do tempo é marcada por uma narrativa de criação, queda, redenção e escatologia. A história é concebida como um plano divino, com um começo e um fim, onde eventos significativos são interpretados à luz da vontade de Deus. Essa visão de tempo teve um impacto profundo no desenvolvimento da historiografia ocidental. Essa discussão da narrativa (e também do tempo), em textos clássicos da literatura ocidental, passando pelos antigos e pela tradição judaico-cristã, é feita por Erich Auerbach, no livro *A Representação da Realidade na Literatura Ocidental*. (Auerbach, 2021).

Além disso, Koselleck ainda apresenta a noção de “tempo histórico”, que se refere à interação dinâmica entre os espaços de experiência e os horizontes de expectativa ao longo do tempo. O historiador defende que as mudanças nas estruturas sociais e culturais provocam transformações na percepção de tempo e de história. Dessa forma, o tempo histórico não seria uma entidade estática que obedece a uma linha temporal com antecedentes e subsequentes, mas sim um processo contínuo de negociações e reinterpretções, o que leva à ideia de “múltiplas temporalidades” (Cardoso; Mudrovcic; Landwehr, 2023), ou seja, não existe apenas um tempo histórico, mas muitas formas de tempo sobrepostas umas sobre as outras.

Na mesma perspectiva de pensar a história e o tempo, o historiador francês François Hartog propõe a noção de regimes de historicidade. O autor apresenta três regimes de historicidade: antigo, moderno e presentistas. No antigo, o passado é visto como uma forma de autoridade e inspiração, ao qual o presente está subordinado; no moderno, o futuro é o espaço de possibilidades e de progresso, no qual o presente é moldado em função dele; o presentismo apresenta um excesso de presente, indiferente ao passado e ao futuro. Para Hartog, a ordem do tempo histórico, as camadas de temporalidades e as experiências históricas não são as questões mais importantes como em Koselleck; seu argumento central é que os regimes de historicidade são uma forma de organizar o tempo, e que as sociedades ou grupos podem apresentar uma ordem dominante de tempo, de acordo com o regime de historicidade, ao qual estão atreladas.

O esforço analítico de Hartog dedica mais linhas ao regime do presentismo, pois segundo o autor este seria a experiência de tempo das sociedades contemporâneas, nas quais têm uma tendência à imersão no presente imediato, sem uma noção de continuidade histórica, tampouco de imaginação e criação de futuros possíveis. No entanto, no que se refere à proposta de pensar o tempo a partir dos regimes de historicidade de Hartog, embora o autor considere trânsitos e simultaneidades entre os regimes, concorda-se aqui com o comentário do historiador brasileiro Fernando Nicolazzi, ao constatar a deficiência dos regimes de historicidade, ao tentar pensar a dinâmica das temporalidades. (Nicolazzi, 2010).

Não é pretensão desta dissertação e nem da discussão deste tópico aprofundar os debates historiográficos em torno das temporalidades. Reinhart Koselleck e François Hartog não encerram as discussões sobre o tempo e a história, mas apresentam propostas

contundentes sobre a não linearidade e dinâmica das temporalidades<sup>14</sup>, o que me parece importante para as questões levantadas sobre a experiência de viuvez das mulheres entrevistadas para esta pesquisa. Portanto, não se defende neste trabalho que as contribuições teóricas dos historiadores citados traduzem perfeitamente a experiência de tempo, vivida pelas mulheres da pesquisa. O que proponho fazer é trazer alguns autores, dos quais o debate temporal se torna central nas suas reflexões. Para analisar a relação das mulheres com o tempo, o debate temporal dentro da historiografia se constitui como um tema profícuo. Sabe-se que os autores aqui abordados estão colocados dentro de uma discussão ocidental do tempo e que essas concepções mudam de acordo com as sociedades, a cultura, o modo de vida, as visões cosmológicas, mas seus estudos apresentam contribuições para o debate sobre o tempo, a história e a historiografia.

## 2.2 A viúva está viva

Os estudos mais contemporâneos acerca da viuvez a apontam como uma construção social, atrelada às instituições disciplinadoras e de controle dos corpos<sup>15</sup>, porém é possível perceber nessa produção acadêmica mais atualizada um alargamento da compreensão de como a condição de viuvez é vivida, apresentando um interesse para as subjetividades que estão envolvidas nesse processo. Nesse sentido, é importante destacar a dissertação *La Extraordinaria Historia de Aquellas que Viven Más Alla de la Muerte: análisis de la Viudez Desde las Experiencias de Viudas en el Contexto de la Ciudad de México*, de Eugenia Galicia González. Nesse trabalho, González parte de um entendimento de que:

en la viudez hay factores sociales y características propias de quién enviuda que marcan la manera en que ésta es vivida. Los significados son diferentes de acuerdo con el contexto social, la etapa en el curso de la vida de quien enviuda, los recursos económicos de la pareja, el tipo de convivencia que tenían, el tiempo que duro su unión, el género de la persona que experimenta la viudez,

---

<sup>14</sup> Sobre o debate que envolve História e Tempo, o filósofo Paul Ricoeur apresenta boas contribuições para a historiografia, ao mobilizar os conceitos de Narrativa, Memória, Esquecimento. O autor alarga as noções sobre a escrita da história, bem como aquilo que constitui uma narrativa histórica e suas especificidades em relação à narrativa ficcional e a outras narrativas (Ricoeur, 2011). Ademais, outro intelectual francês, Michel de Certeau, também se debruçou a pensar a história e o tempo, a partir de uma proximidade com o campo da Psicanálise. Certeau discute, nos textos que compõe o livro *História e Psicanálise*, a ideia do ausente na história, referindo-se a uma história (uma temporalidade, um tempo) que está sempre retornando ao presente.

<sup>15</sup> O filósofo francês Michel Foucault é renomado por suas contribuições profundas para a compreensão das dinâmicas de poder e controle na sociedade moderna. Entre os seus conceitos mais influentes está o de poder disciplinar, uma forma de exercer o poder manifestado através de instituições e práticas normalizadoras que moldam e controlam os corpos e comportamentos dos indivíduos (Foucault, 2014); (Foucault, 2014).



si hay descrencia o no, la causa de la muerte y la memoria afectiva. De esta manera, la viudez aparece como um proceso intrincado con múltiples elementos de análisis a considerarse desde la ciencias sociales. (González, p. 6, 2019).

Nesse sentido, González entende que a condição de viuvez está sim atrelada às construções sociais, isto é, àquilo que historicamente foi atribuído aos indivíduos e, principalmente, às mulheres que enviúvam. Entretanto, seu trabalho também conclui que uma análise mais aprofundada mostra experiências multifacetadas em torno da viuvez, nas quais não cabem dentro dos estereótipos e estigmas. Dessa forma, González realiza entrevistas com mulheres viúvas na Cidade do México. A pesquisadora enfatiza na sua escrita a história de vida e o conjunto diverso de vivências das entrevistadas, produzindo, portanto, uma pesquisa que alarga o entendimento sobre como as mulheres experienciam a sua condição de viuvez.

Nessa mesma perspectiva, a historiadora Lídia Maria Vianna Possas também evidencia em seus textos (Possas, 2009); (Possas, 2008); (Possas, 2010); (Possas, 2010) que, na sociedade ocidental, a condição de viuvez está atrelada a práticas e significados bem demarcados ao longo da história. A viuvez está cristalizada no imaginário como aquilo que ficou em desamparo, em abandono, de modo que estas representações permanecem normatizadas por discursos, instituições e pelo conjunto moral ideológico da sociedade burguesa. Todavia, esses atributos são rapidamente desestabilizados quando o historiador se vale da pesquisa teórico-metodológica da História Oral. Nesse sentido, há uma questão levantada por Possas, importante para a discussão que este tópico quer provocar.

Lídia Maria, ao estudar viuvez, oralidade e gênero no período da Ditadura Civil Militar brasileira (Possas, 2010) aponta que o trabalho com História Oral é uma possibilidade de alargar o entendimento acerca das subjetividades, em torno do tema pesquisado, nesse caso, a respeito das mulheres viúvas, pois as próprias discussões teórico-metodológicas das fontes amparadas na construção de memórias e narrativas funcionam como um indicador de caminhos que rompem as cristalizações sobre a viuvez e, mais especificamente, sobre a viuvez feminina.

Nesse sentido, em conformidade com as questões apontadas por González e Possas, este tópico objetiva pensar a viuvez feminina a partir das particularidades observadas no trabalho de campo, considerando as experiências das mulheres desta pesquisa. Para isso é importante perguntar: o que essas mulheres são para além da

condição de viúvas? Quais as suas subjetividades? De que forma as narrativas das mulheres desta pesquisa contribuem para uma compreensão mais complexa e multifacetada sobre a viuvez feminina?

Além disso, é relevante destacar que o tópico anterior tentou pensar a viuvez como um conjunto de estereótipos atrelados à figura da mulher viúva: aquela que traja preto, que precisa passar, necessariamente, por um período de reclusão e abdicação de uma convivência social, ou seja, uma forma de eliminar tudo aquilo que evoca a vida, o prazer. Já neste tópico, o importante é perguntar: Quais mulheres representam esse papel de viúva? Será que esses estereótipos são os mesmos, se forem aplicados recortes de raça e classe? Dessa forma, defende-se que os estereótipos da viuvez giram em torno de um certo padrão de feminilidade, o qual obedece a uma estética burguesa, sendo mais difícil de se reproduzir, pois apresenta uma gama de complexidades, quando se fala de mulheres pobres e negras.

Cabe apontar inicialmente que algumas das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, antes de conhecerem os seus companheiros e ficarem viúvas, vieram de casamentos frustrados, de separações dolorosas. Após a experiência da morte de seus companheiros, cada uma, à sua maneira, acabou se envolvendo novamente com outros homens. Para algumas, a morte significou uma perda irreparável, um momento extremo de dor e sofrimento, para outras, a união uma hora acabaria de um jeito ou de outro, e em meio as mudanças repentinas, elas continuavam com a expectativa de, mais uma vez, reconstruir suas vidas. Dessa forma, vale ressaltar que essas mulheres nunca dependeram inteiramente de seus companheiros, seja emocionalmente ou financeiramente. Embora sejam elas mulheres pobres, aquela imagem do homem provedor, da mulher reclusa ao espaço do lar, já não se reproduzia na vida de algumas dessas mulheres. São mulheres pobres e trabalhadoras. Ora, isso importa muito, pois faz pensar que a morte pode até ser um momento de dor e sofrimento, mas não necessariamente de abandono e desamparo, como se observam nos modelos clássicos de viuvez feminina. Essas mulheres sempre se reinventaram com ou sem marido. Isso fica evidente, quando elas falam de seus casamentos frustrados. Muitas tiveram até mesmo de criar sozinha um ou dois filhos.

No entanto, essa imagem de independência nem sempre foi o ponto mais forte na narrativa, e aí entram as subjetividades. As dores são diferentes. A morte de um marido pode acarretar muitos sentimentos: sofrimento, reclusão, problemas de saúde ou, simplesmente, um novo começo. Quando perguntei a Lena, uma das entrevistadas, se ela havia sofrido muito quando Mundinho, seu companheiro, morreu, sua resposta foi

instintiva, ativa, direta, decidida: “não”. Para ela, aquela união, uma hora ou outra, acabaria de qualquer maneira. Já na narrativa de Evelize, outra mulher entrevistada, a história é outra. Eu nem precisei perguntar, seu olhar, o ritmo da fala, a emoção que lhe tomava à medida em que lembrava, eram mais que suficientes para revelar uma tristeza profunda deixada pela ausência de seu companheiro Rafael.

O que isso pode evidenciar? Que a forma de lidar com a morte é diferente? Sim, mas para além disso, as narrativas são capazes de expressar o tipo de relacionamento que essas mulheres tinham com seus companheiros. E isso permite traçar sentidos diferentes para a condição da viuvez, sendo possível questionar os estereótipos cristalizados sobre as mudanças na vida de uma mulher viúva, bem como sua conduta social. Ao tentar fazer isso, há uma desnaturalização daquilo que deve ser o comportamento de uma mulher, cujo marido morreu, se deixa, portanto, de definir a mulher pela circunstância, para tentar entender como essas mulheres apresentam formas diferentes de lidar com as circunstâncias.

Por que algumas mulheres não cabem nos estereótipos da viuvez? Algumas podem até aceitar o nome, mas outras se quer se veem como viúvas. Por exemplo, numa relação atravessada por episódios de violência doméstica, a morte de um companheiro pode significar um alívio. Ou quando a relação entre os cônjuges não ia muito bem, e de repente, um deles é surpreendido pela morte. Como, então, cobrar um “comportamento de viúva”? Nesses casos, a morte pode apresentar uma oportunidade de começar novamente a vida. Aqui a morte não significa viuvez, quer dizer significa estar solteira novamente, e isso aciona sentidos e sentimentos opostos aos estereótipos burgueses sobre a viuvez.

Nesse sentido de problematizar os estereótipos e papéis cristalizados em torno da viuvez feminina, a entrevista de Vera Lúcia Lima, viúva de José Eudes Santiago, chama atenção. Vera é uma mulher negra de 42 anos, mãe de um homem já feito, de 24 anos, fruto de seu primeiro casamento, antes de conhecer José Eudes. Vera trabalhou a vida inteira como empregada doméstica. Das entrevistas realizadas para esta pesquisa, Vera era a viúva mais recente. Havia um pouco mais de dois meses, desde a morte de seu companheiro. Mas o que ficou evidente desde o início, é que Vera não correspondia aos estereótipos em torno da viuvez feminina.

Cheguei à casa de Vera, mais ou menos, umas três da tarde, naquela hora do dia em que o sol esquenta, e é impossível estar dentro de casa. Era uma residência simples, de portas e janelas abertas que davam direto à via pública. Na calçada, havia três mulheres

conversando. Dei boa tarde e perguntei se a Vera estava. A mulher de aparência mais jovem respondeu: “sou eu”. Tentei disfarçar rapidamente o desconcerto e disse sorrindo: “ah, é você”. Repeti o protocolo que havia feito nas entrevistas anteriores, apresentei-me, expliquei sobre a pesquisa que estava realizando e demos início à conversa.

Em meio às perguntas e respostas, descobri que a morte de José Eudes era muito recente. Vera havia largado o emprego para cuidar do companheiro e ainda estava sem trabalho fixo<sup>16</sup>. Eudinho, durante mais de cinco anos, trabalhou com agricultura na empresa Del Monte<sup>17</sup>, no plantio de mamão e banana. Sempre foi um homem muito ativo, gostava de jogar futebol com os amigos aos finais de tarde. Foi em um desses jogos vespertinos que ele sentiu os primeiros sintomas da doença que, mais tarde, seria diagnosticada. No meio da partida, ele passou mal e voltou para casa. Desde esse dia, Vera conta que ele passou a se queixar de fortes dores nas costas, então ela lembra que começou a ficar desconfiada e o levou para o hospital da cidade.

Da ida aos médicos em Limoeiro do Norte, até o encaminhamento para Fortaleza, a história de José Eudes é muito parecida com a que eu já tinha ouvido das outras viúvas, nas quais o companheiro tinha sido surpreendido com uma doença que rapidamente debilita e mata o paciente. Mas antes mesmo de ir para a capital, Eudinho foi diagnosticado com um tumor na região da lombo-sacra. Após ser levado para uma consulta em Fortaleza, Vera entendeu que, lá, Eudinho teria mais chances de entender a natureza da sua doença, de fazer um tratamento, recuperar-se e voltar a vida de antes. Mas como Eudinho ficaria internado em algum hospital de Fortaleza, se eles não tinham residência na cidade? Foi então que Vera teve a ideia de falar com uma antiga patroa que estava morando em Fortaleza para que ela pudesse lhe fornecer um comprovante de residência. A ideia deu certo, e Eudinho ficou internado no Hospital Geral de Fortaleza (HGF).

É importante dizer que Eudinho foi internado no meio do ano de 2021, momento em que a humanidade passava pela pandemia do COVID-19. Vera relata que a situação do hospital era muito complicada, haja vista a maioria dos esforços estavam concentrados em resolver as demandas do coronavírus. Mesmo diante das dificuldades, Vera ficou

---

<sup>16</sup>A dimensão do trabalho na vida de Vera será abordada de forma mais específica no capítulo 3 desta dissertação.

<sup>17</sup> Del Monte Fresh Produce é uma multinacional estadunidense, que segundo o site da empresa, chegou ao Brasil nos anos 1980, no Rio Grande do Norte. No Ceará, a empresa se instalou em propriedades do Baixo Jaguaribe no final dos 1990, e logo se destacou como uma das maiores exportadoras de frutas do país. Entre as culturas, estavam banana, abacaxi, melão e melancia.

como acompanhante e ajudando a cuidar de Eudinho. Lá, ele passou por sessões agressivas de quimioterapia, nas quais aceleraram ainda mais a sua debilidade. Vera conta que no início os médicos de Fortaleza não conseguiram identificar qual era a natureza do tumor de Eudinho. Mesmo estando visivelmente pior, os médicos diziam que não poderiam tomar uma medida mais efetiva sem saber do que se tratava. Porém, as duas vezes em que colheram material para fazer a biopsia, Vera constatou o quanto Eudinho piorou.

Vera conta que diante do sofrimento de Eudinho, os médicos e enfermeiros disseram que iriam iniciar os cuidados paliativos. Porém, Vera não sabia do que se tratava esses cuidados paliativos, mas imaginava que seria algo positivo, pois, desde então, toda a equipe médica, enfermeiros, médicos, fisioterapeutas passaram acompanhar de perto o quadro de seu companheiro. Porém, Vera percebeu que Eudinho havia perdido quase integralmente os movimentos, já não era mais possível comer, nem tomar água. Dali a uma semana, Eudinho faleceria. Vera diz que só depois ficou sabendo o que eram os cuidados paliativos. Não se tratava de um tratamento que pudesse curar Eudinho, mas sim um acompanhamento dos seus últimos dias de vida.

Vera falava de Eudinho como um bom companheiro. Mas nem sempre sua vida amorosa foi tranquila, assim como das outras mulheres entrevistadas. Vera vinha de um casamento frustrado, antes de conhecer Eudinho. Do primeiro marido, pai de seu filho, as lembranças são péssimas: era um homem egoísta, que não a respeitava, não fazia nada por ela, nem pelo próprio filho. Ela sente como se os 12 anos vividos com ele tivessem sido perdidos. Na narrativa, ela expressa o arrependimento de ter passado tanto tempo com alguém que a fez tanto mal. “Eu vivia com ele só por viver mesmo, só pra dizer que eu tinha um homem” (Lúcia, 2022).

Eu gostava demais, gostava muito dele. Mas também por causa que eu tô viúva não vou deixar de viver minha vida, nem vou prolongar pra me divertir, não. O que eu tiver de fazer daqui pra frente eu vou fazer, porque ele morreu muito novo e a gente tem que ver que a vida da gente é um sopro. Hoje a gente tá aqui, amanhã a gente pode não tá. A gente tem que viver cada dia sem pensar no amanhã<sup>18</sup>. (Lúcia, 2022).

Ao contar sobre seu primeiro casamento, Vera dá indícios de que era mesmo uma mulher independente. Afinal de contas, ela sempre trabalhou, engravidou muito cedo, criou sozinha o filho, conseguiu construir sua casa própria. Tudo isso transpareceu que

---

<sup>18</sup> Entrevista concedida em 03 de janeiro de 2022, em Limoeiro do Norte.

Vera não encarava a morte de Eudinho como uma interrupção de sua vida, e embora ela lamentasse a morte e gostasse muito de seu companheiro, isso não significa que sua vida havia parado com a sua partida. Sua narrativa demonstra que ela havia feito o que pôde: esteve ao lado de Eudinho em todos os terríveis meses da doença, quando ele gritava de dores, às idas à Fortaleza. Vera lembra de quando Eudinho não conseguia mais se deitar. Dormia sentado no sofá. Ela saiu do emprego para acompanhá-lo nas consultas médicas e no tratamento da doença. Mas o que ela poderia fazer depois da morte? Bem, a vida continua, como ela mesmo disse.

Vera é uma mulher jovem, que gosta de sair, ir para as festas, ir à academia, trabalhar, ter seu próprio dinheiro e não depender de ninguém, afinal de contas essa foi a grande lição de seu primeiro casamento. A morte de Eudinho, para ela, não significou ou a fez pensar em renunciar a isso, para ser simplesmente a viúva. Dessa forma, Vera não corresponde ao ideal de viúva desamparada, reclusa, abandonada, pelo contrário. A primeira vez em que esteve casada já havia lhe mostrado que não vale a pena viver em função de outra pessoa, muito menos de um homem. É como se a vida a tivesse mostrado que antes de tudo ela precisava pensar nela mesma. A entrevista de Vera Lúcia, nesse sentido, foi uma das mais importantes para pensar a desconstrução da clássica ideia sobre quais seriam os comportamentos de uma mulher viúva.

Outra mulher entrevistada para esta pesquisa foi Lena Gomes, viúva de Raimundo Santiago. Para as entrevistas desta pesquisa, Lena era a primeira viúva com quem tive contato. As expectativas para realizar a primeira entrevista eram elevadas. Elaborei um roteiro de perguntas imaginando que me depararia com narrativas sensíveis, que fossem mexer com a entrevistada, especulando sobre a dificuldade de contar uma história sobre a perda de alguém tão próximo, um companheiro de vida. No trajeto que me levava até à casa de Lena, eu ia me perguntando qual seria a melhor forma de começar a conversa. A minha tensão se justificava, pois tratava-se da primeira viúva com quem eu conversaria. No entanto, assim como toda entrevista de história oral, grandes surpresas me esperavam.

Lena é uma mulher de meia idade, trabalhadora, mãe de duas filhas, já casadas. Nossa entrevista foi marcada para o início da noite, pois naquele dia ela trabalhava até às 17 horas numa cidade vizinha. Sua residência fica a pouco tempo do centro da cidade de Limoeiro do Norte, de modo que não tive grandes dificuldades para localizá-la. Ao me aproximar de sua rua, do outro lado, alguém acenava: era Lena me convidando para entrar. No alpendre da casa, havia duas cadeiras postas. Acomodei-me, apresentei-me e

expliquei sobre a pesquisa que estava desenvolvendo com algumas mulheres viúvas, por fim, começamos a entrevista.

Comecei perguntando sobre seu falecido companheiro, seu nome, como se conheceram e a respeito do trabalho que ele exercia. Sobre o trabalho de Raimundo Santiago, Lena diz:

(...) o pessoal botava na cabeça dele porque nunca trabalhou de carteira assinada, o lugar era carteira assinada. Ele foi mais por influência, porque ele nunca tinha trabalhado de carteira assinada. (...) Aí o pessoal botaram na cabeça dele pra ir trabalhar em firma, que era bom, mas aí durou pouco<sup>19</sup>. (Gomes, 2022).

Raimundo Santiago tinha mais de 40 anos, quando teve o primeiro emprego de carteira assinada. Nascido numa comunidade chamada Os Morros, a poucos quilômetros do centro de Limoeiro do Norte, ele trabalhou a vida inteira como vaqueiro, cuidando dos animais. A possibilidade de conseguir um serviço que cumpria, minimamente, as legislações trabalhistas, o direito a férias, o décimo terceiro, a hora extra, o animava. Com a indicação de alguns conhecidos, seu Raimundo acabou conseguindo um emprego na empresa multinacional Del Monte, em 2016, mas ele nem imaginava que seu novo trabalho duraria pouco tempo.

O novo trabalho era diferente daquele que ele estava acostumado a vida inteira na vacaria. Seu Raimundo, na empresa instalada na Chapada do Apodi, atuava na colheita de bananas. Para ele, a estabilidade do emprego valia a pena diante das adversidades. No entanto, após poucos meses de serviço, Mundinho (a forma como Lema chamava Raimundo Santiago) passou a chegar doente em casa. Sentia dores no estômago, febre alta e vômitos intensos. Inicialmente, Lena lembra da relutância que ele teve em ir ao hospital. Não haveria de ser nada demais, dizia Mundinho, mas como os sintomas não passavam, Lena o levou para o hospital da cidade. No hospital, os médicos diziam que se tratava de uma infecção. O receitaram umas gotinhas e ele voltou para casa. Após sete dias, os sintomas persistiram: os vômitos, a febre, lhe foi recomendado bater uma endoscopia. O resultado foi bem diferente de uma simples infecção. Mundinho tinha um câncer no estômago, já em estado avançado.

Mundinho havia começado a trabalhar na empresa em novembro de 2016, em maio de 2017, já não tinha mais saúde para continuar no emprego. Foi afastado do

---

<sup>19</sup> Entrevista concedida em 03 de janeiro de 2022, em Limoeiro do Norte.

trabalho para tratar de sua doença. Ao descobrir a gravidade e o estágio da doença, o hospital da cidade já não tinha estrutura suficiente para atendê-lo, e foi encaminhado para Fortaleza. Na capital, os médicos especialistas não deram muitas esperanças: o câncer já estava generalizado no estômago, não tinha muitas alternativas. Deram-lhe 6 meses de vida, mas o sofrimento de Mundinho não duraria nem mais um mês. Em junho daquele mesmo ano, ele faleceu.

Lena conta que conheceu Mundinho “nas farras”. Após o término de seu primeiro casamento frustrado e com suas filhas já crescidas, ela lembra que se abriu mais para a vida. Sempre gostou muito de sair com as amigas, ir para às festas e brincadeiras que aconteciam pelas redondezas. Suas lembranças de seu falecido companheiro eram de um homem alegre, brincalhão, conversador que gostava de fazer amizades e jogar baralho. Dentro de casa era um homem calmo, não gostava de muitas discussões, embora as brigas entre os dois fossem constantes.

Todos esses fatos sobre a vida, a personalidade, o trabalho, o adoecimento, os primeiros sintomas da doença, a descoberta do câncer até a morte de seu Raimundo, eu fiquei sabendo em pouco tempo de conversa. Logo nos primeiros minutos, minhas expectativas de encontrar uma pobre viúva triste e solitária iam sendo, pouco a pouco, quebradas. Lena tinha uma maneira muito peculiar e objetiva de narrar os acontecimentos, sem muito entusiasmo, de modo que eu já não tinha muitas perguntas para fazer. Mas ao longo da conversa, algumas coisas foram sendo reveladas, e de fato, não só as minhas expectativas foram surpreendidas, algo bastante inesperado, pelo menos por mim, ainda estava para ser revelado.

À medida que a conversa ia avançando, sem muitos detalhes dos acontecimentos e com longas pausas, eu ia percebendo que Lena lembrava de Seu Raimundo de uma forma meio distante, ao contrário do que eu tanto especulava antes da entrevista, no meu entendimento. Seria muito difícil conversar com uma viúva sobre a morte do próprio marido, pois tratava-se de um acontecimento de extrema dor e sofrimento, que seria muito complicado lidar com lembranças tão sensíveis. No entanto, Lena não parecia nem um pouco abatida, ao recordar a doença e a morte de seu falecido companheiro.

Pensando nisso, e meio surpresa com o rumo da conversa, decidi fazer uma pergunta que me ajudaria a entender que tipo de relação havia entre Mundinho e Lena. Que ela havia sido sua companheira durante 6 anos, eu já sabia. Que ela tinha cuidado dele diante de uma doença grave, que ela tinha estado ao lado dele, cuidando-o até o último dia, eu também já sabia, mas não entendia o porquê de uma forma tão indiferente



de lembrá-lo. E então eu perguntei: “Você sofreu muito com a morte dele?” A resposta foi instintiva e precisou apenas de uma única sílaba: “Não”. Essa foi a resposta mais surpreendente de nossa conversa, pois ela não só quebrava de vez as minhas expectativas sobre aquela primeira entrevista, como revelava que o sentimento de uma viúva, diante da morte do companheiro, não significa, necessariamente, uma dor profunda, um sofrimento quase inenarrável, como eu havia especulado ao elaborar o roteiro de entrevista.

É importante frisar que a forma distante e rápida com que Lena contava suas lembranças sobre Seu Raimundo não significava dizer que ela era uma “mulher desalmada”, indiferente à morte de alguém próximo. Mas isso, certamente era um indicativo para entender o tipo de relação existente entre os dois. Ao ser perguntada sobre como era a relação entre ela e Mundinho, Lena disse: “A gente vivia, mas vivia em crise”. Nesse momento, ficou claro que havia uma tensão entre o casal antes da morte de Seu Raimundo. Mas logo depois ela completa: “Mas eu cuidei dele até a última hora, eu é que banhava ele, que levava ele nos braços pro banheiro”, como uma forma de dizer que ela havia cumprido o seu papel de esposa<sup>20</sup>.

Após alguns meses da entrevista feita com Lena Gomes, eu li um livro que me fez retomar algumas reflexões sobre o sentimento e a forma com que Lena lembrava e narrava sua relação com seu falecido companheiro. O livro *Aprender a Falar com as Plantas* da escritora catalã Marta Orriols<sup>21</sup>, publicado no Brasil pela editora Dublinense em 2022, narra o trabalho de luto de Paulo Cid, uma médica neonatóloga de 41 anos, que após a morte de seu parceiro, Mauro, vive em um apartamento cheio de plantas, deixadas por ele. Ao longo da narrativa, fica-se sabendo que o luto de Paula traz uma particularidade que faz com que esse momento da sua vida seja duplamente doloroso. Momentos antes de Mauro sofrer um acidente de trânsito, ele havia revelado à Paula que a traía alguns meses com outra mulher e estava convencido de que queria a separação.

---

<sup>20</sup> Vale a pena mencionar as estatísticas que apontam o fato de os homens abandonarem suas parceiras no momento em que elas são diagnosticadas com alguma doença grave, enquanto as mulheres costumam permanecer ao lado dos companheiros. Segundo a Associação Médica Brasileira (AMB), 70% das mulheres que são diagnosticadas com câncer são abandonadas por seus parceiros. Disponível em: <https://amb.org.br/brasil-urgente/audiencia-publica-debate-sobre-o-abandono-de-mulheres-por-seus-parceiros-durante-tratamento-contracancer/>

<sup>21</sup> Marta Orriols Balaguer é uma escritora espanhola, radicada em Barcelona, formada em história da arte, estudou posteriormente roteiro de cinema na escola de cinema *Bande à Parte* e redação criativa na Escola de Redação *Ateneu Barcelonès*. Colabora com diversos meios de comunicação culturais, como *Catorze.cat* e *Núvol*. Em 2016, publicou seu primeiro romance, *Anatomia de les distancies*, sem tradução para o português. Em 2019, ganhou o prêmio *Òmnium* de melhor romance publicado em 2018, por *Aprenda a falar com as plantas*, seu livro mais conhecido, publicado no Brasil pela editora Dublinense, em 2022.

Paula Cid, além de enfrentar a dor da morte repentina do homem com quem tinha um relacionamento estável há anos, precisava lidar simultaneamente com a traição e a rejeição deste mesmo homem. Diante dessa especificidade, como elaborar e lidar com o turbilhão de sentimentos? Como fica os pensamentos de uma mulher viúva e abandonada? Ela chora a morte do parceiro ou acha merecido o seu destino? Quais lembranças Paula conservará de Mauro, o homem que amava ou o homem que a enganou? A revelação feita por Mauro, um pouco antes de morrer, altera a forma como Paula viverá o processo de luto? Bom, o livro de Orriols apresenta um esforço narrativo para dar conta dessas questões.

Ao longo do livro, a vida e as subjetividades de Paula são apresentadas. Fica-se sabendo mais sobre o seu trabalho, as suas relações familiares, suas aspirações enquanto mulher, a forma como ela entende o casamento e a maternidade. Paula não reproduz os sonhos burgueses de uma mulher. Ela é totalmente diferente de sua melhor amiga Lídia, a qual corresponde ao ideário tradicional atribuído as mulheres, de mãe e esposa feliz. Entretanto, Paula mostra-se triste e melancólica após a morte de Mauro. Suas reflexões e conversas com as plantas do apartamento, que ela dividia com Mauro, mostram uma mulher amargurada que tenta exorcizar a dor, submetendo-se a exaustivas jornadas de trabalho, fazendo com que todas as pessoas ao seu redor sintam dó de sua triste situação de viúva. Quando na verdade, a viuvez é apenas uma parte dos pensamentos que atormentam diariamente a vida de Paula.

O livro de Marta Orriols é uma narrativa ficcional que ajuda a endossar aquilo que foi dito por (Gonzalez, 2019), quando afirma que a condição de viuvez depende, dentre outros aspectos, da relação da viúva com o companheiro. E essa ideia também é reforçada pela narrativa de Lena Gomes. Porém, a ideia aqui não é equiparar a personagem de Orriols à Lena, pois trata-se de duas mulheres completamente diferentes. Embora Lena e Paula sejam viúvas, as duas têm vidas completamente diferentes. Paula Cid é uma mulher que vive numa grande cidade e tem condições econômicas totalmente diferentes de Lena, na qual é uma mulher assalariada, residente numa pequena cidade do interior do Ceará. E aqui, mais uma vez, é possível se remeter às estruturas temporais mencionadas no tópico anterior.

Mas há um outro elemento que se quer destacar no romance de Orriols para pensar a narrativa de Lena. Imagina-se que antes da morte de Mauro, ao invés de ele revelar que tinha outra e queria a separação, fosse Paula que tivesse feito tais revelações, ou seja, ela o enganava e ela queria a separação. Bom, é obvio que se estaria diante de outra narrativa,

pois as reflexões e o trabalho de luto de Paula seriam totalmente diferentes. O que Paula sentiria? Culpa? Remorso? Como ela seguiria a vida? É evidente que não se pode responder essas questões, mas esse cenário seria parecido com o que Lena viveu após a morte de Raimundo Santiago, e a respeito de Lena sim, pode-se dizer que culpa e remorso não fazem parte dos seus sentimentos, após a morte de seu companheiro. Em contrapartida, a esse estado emocional, Lena seguiu adiante, por um caminho em que a morte de Mundinho parecia indicar um novo recomeço.

Essa questão me ocorreu ao revisitar a entrevista de Lena, sobretudo, quando chegou ao momento em que ela falou sobre o seu novo companheiro, após a morte de Sr. Raimundo. Como já foi dito, a entrevista realizada com Lena foi feita no alpendre de sua casa, mas ela não estava sozinha. No interior da residência, havia um homem que, inicialmente, estava limpando uma motocicleta e depois assistindo televisão. Após alguns diálogos trocados entre ele e Lena, percebi que os dois eram um casal. Então, já surpreendida com o rumo que a entrevista havia tomado, perguntei quando ela havia conhecido esse atual companheiro. Lena conta que, após a morte de Mundinho, não demorou muito para ela ter um novo parceiro:

Foi bem pouquinho tempo. Ele morreu em junho, quando foi final de julho, eu me ajuntei (risadas). Era porque eu era sem vergonha mesmo, eu era sem vergonha mesmo. Gostava de sair, deixava ele em casa. Às vezes, a gente tava bebendo numa boa, e ele pegava no sono. Eu aproveitava ele dormindo e eu ia sair no meio do mundo. Eu era sem vergonha mesmo. (Gomes, 2022)<sup>22</sup>.

Esse trecho da entrevista de Lena me chamou atenção, pois agora estava claro que eu não estava diante de uma mulher que representava o sentido clássico de viuvez. De fato, o luto e a viuvez são diferentes de acordo com o tipo de relação existente entre o casal, antes da morte de um dos dois e, no caso das mulheres, devido ao lugar social e ao trabalho que são atrelados a figuras femininas. É possível dizer que isso as encoraja a tomar novos rumos, quando se tornam viúvas. Mas, o fato é que Lena não performava a viuvez a partir dos estereótipos historicamente construídos, e nem poderia fazê-lo, pois a morte de seu companheiro não era para ela uma perda, um momento de profunda dor e sofrimento.

Ao longo da entrevista, outro elemento foi importante para amadurecer essa noção de que a morte de Sr. Raimundo não tinha sido para ela um momento trágico. Ainda pelo fato de ter ficado surpresa com a forma em que ela lembrava de Mundinho, eu quis saber

---

<sup>22</sup> Idem.

mais sobre como era sua relação com a morte de alguém, por quem ela tivesse laços emocionais mais profundos, e foi então que me ocorreu perguntar se ela já havia perdido alguém próximo, no qual a morte tenha significado para ela uma ausência, de fato.

Ao fazer a indagação, eu descobri que Lena, há 12 anos, havia perdido o irmão caçula em um acidente de motocicleta. Ao falar do irmão, algo no semblante de Lena mudou. Lembrar da morte do irmão era totalmente diferente da forma em que ela lembrava da morte de Sr. Raimundo.

Meu irmão, tá doido, meu irmão vai fazer 12 anos, mas pra mim eu me lembro dele toda hora. (...) Eu acho que é uma coisa que a gente não sabe nem explicar, sabe? A minha mãe guardou as roupas dele até hoje, e nós chega pra lavar. Eu, minha mãe, minhas meninas e todo mundo chora. (...) Não gosto de ficar vendo as coisas que lembra a ele, pois isso traz mais sofrimento. É porque dói, sei lá, é tipo assim, dói muito lembrar dele. Não gosto de falar sobre ele<sup>23</sup>. (Gomes, 2022).

Quando Lena falou de seu irmão que havia morrido inesperadamente em um acidente de moto, uma outra expressão estampou em seu rosto. Agora, eu estava diante de um outro tom de voz, de um outro tipo de resposta, de uma outra história, de um luto diferente. Tratava-se de uma outra maneira de narrar, pois a morte do irmão sim, representava uma grande perda, uma grande dor. Ao lembrar do irmão caçula, revela-se uma outra forma de dar sentido aos acontecimentos. Ao falar do irmão a indiferença, por fim, dá lugar a dor de recordar a perda de um ente querido, de alguém que tinha sido tão importante na sua vida.

Embora Lena diga que não gosta de falar a respeito de seu irmão, sobre a morte dele ela dá mais detalhes. Lembra como o acidente foi um momento difícil em sua vida e de toda a família, fala das roupas dele, nas quais a família guarda até hoje, dos objetos pessoais, lembra de um relógio que ele usava, de acessórios e peças de roupas que foram doados aos sobrinhos e parentes. Dessa forma, entendi que Lena não era indiferente à morte, ela só não sentia a ausência de seu falecido companheiro, conforme eu havia especulado antes da entrevista.

Após a entrevista de Lena, voltando para casa, refleti sobre a razão de ter sentido, durante boa parte da conversa, que algo faltava em sua narrativa. Dei-me conta que a morte, por ser uma experiência tradicionalmente associada à dor e ao sofrimento, faz pensar que a experiência de perder alguém próximo significa um trauma ou um momento

---

<sup>23</sup> Idem.

de dor irreparável. No entanto, até mesmo a perda de um marido, nem sempre, culmina numa tragédia de vida. Ao falar da relação com Sr. Raimundo, Lena se preocupa em justificar o motivo de não ter sofrido sua partida: “A gente vivia, mas vivia em crise”.

As entrevistas de Lena e Vera fizeram-me pensar nas subjetividades das mulheres que tive contato. Comecei a refletir sobre as expectativas que eu tinha antes de iniciar o trabalho de campo. Eu achava que seria possível prevê o comportamento, a partir de suas condições de mulheres viúvas. Acho inclusive que a ideia de uma mulher viúva que eu tinha na cabeça estava muito atrelada aos estereótipos burgueses sobre a viuvez, e esse julgamento tinha tudo a ver com a forma narrativa da primeira vez em que eu ouvi falar das “viúvas do veneno”.

### 2.3 A viúva pública

Ao estudar a expansão do agronegócio no Vale do Jaguaribe, uma das questões que mais se destacou foi o uso intensivo de agrotóxicos na região. Dessa forma, inicialmente, interessei-me por estudar a chegada de grandes e médias empresas nas cidades de Limoeiro do Norte e Quixeré, no início dos anos 2000. Nessa perspectiva, queria entender quais tipos de trabalho eram realizados, em contato direto com agrotóxicos, e os perigos que o uso dessas substâncias oferecia à saúde e ao meio ambiente. A primeira vez que eu ouvi falar de mulheres que haviam perdido seus companheiros, os quais trabalhavam nesses empreendimentos na região jaguaribana e haviam adoecido de forma repentina, foi por meio de uma série de reportagens especiais, intitulada Viúvas do Veneno, publicadas em 2013, no jornal O Diário do Nordeste, pelo jornalista Melquíades Júnior. Ao analisar o conteúdo das reportagens, constatei que não se tratava de casos isolados. O índice de adoecimentos e adoecimentos seguidos de morte de homens e mulheres que trabalham nos campos brasileiros nos últimos anos, era no mínimo preocupante. O trecho abaixo é um fragmento da reportagem Viúvas do Veneno, feita com Gerlene Silva, viúva de Vanderlei Matos.

A jovem viúva Gerlene não esperava que acontecesse, muito menos tão cedo, mas, como a mãe, sente a dor de ser viúva. Dona Maria do Socorro Silva dos Santos preenche, junto com seu filho, Davi, uma parte do vazio deixado por Vanderlei. Hoje, a família é formada pelas duas viúvas, Davi e o retrato de um homem que nunca sairá da parede da sala<sup>24</sup>. (Júnior, 2013).

---

<sup>24</sup> JÚNIOR, Melquíades. Jornal Diário do Nordeste. **Série de reportagem Viúvas do Veneno**. Fortaleza, 2013.

A série de reportagens *Viúvas do Veneno*, como já foi dito anteriormente, apresentou-me por primeira vez mais um impacto causado pela expansão do agronegócio na região do Vale do Jaguaribe. A reportagem trazia à tona a história de quatro mulheres e um homem que haviam perdido seus cônjuges em decorrência do contato que eles tinham com agrotóxicos no local de trabalho, mais especificamente, o trabalho na agricultura. Nesse sentido, ao longo de cinco semanas, a série trouxe o drama das famílias de Valderi, Wanderlei, Rosália, Liberato e Antônio, vítimas de doenças associadas à exposição aos agrotóxicos, ao mesmo tempo que mostrava, a partir de dados estatísticos, o aumento considerável de intoxicações causadas pelo uso de agentes químicos nos campos brasileiros.

Melquíades Júnior é um jornalista nascido em Limoeiro do Norte. Em 2013, ele era repórter especial do jornal *Diário do Nordeste (CE)* – do Grupo Verdes Mares – correspondente de Limoeiro do Norte. Desde 2008, suas reportagens ganham destaque na imprensa cearense. Com a série de reportagem especial *Viúvas do Veneno*, Melquíades ganhou o Prêmio HSBC de Jornalismo na categoria Nacional Impresso, em 2013; Prêmio ANAMAREA de Direitos Humanos, em 2014; Prêmio MPT de Jornalismo, em 2014. Além disso, foi finalista em outros prêmios regionais e nacionais.

Além disso, a série de reportagens ganhou uma adaptação para o teatro, em 2017. O grupo de teatro *Oficarte*<sup>25</sup> apresentou o espetáculo *Viúvas do Veneno*, no galpão das artes, na cidade de Russas. E ainda, a partir da reportagem, em 2020, foi lançado o documentário<sup>26</sup> *Doce Veneno (Sweet Poison)*, com direção de Waleska Santiago e produção de Melquíades Júnior, Martin Thiel e Kurt Vanzo. Nesse sentido, é possível dizer que a reportagem teve uma boa repercussão nos veículos de comunicação local, regional, nacional e internacional.

A série de reportagens foi publicada entre os dias 17 e 29 de abril de 2013. O intuito da produção era contar histórias de adoecimento e morte de trabalhadores rurais que tinham contato direto com agrotóxicos. A série é constituída por uma matéria de abertura e três reportagens. No texto inicial, Melquíades conta que durante 15 dias de

---

<sup>25</sup> Oficina de Arte, Teatro e Cia ou *Oficarte* é uma companhia de Artes e Ciências, fundada em 1990 na cidade de Russas-Ce. No site da companhia, lê-se: “Tem como missão proporcionar a produção, pesquisa e difusão artística e cultural, socializar as produções com as comunidades, permitindo-lhes o acesso à informação, diversão e apreciação da arte de forma democrática e participativa; promover a integração sócio-cultural-educativa de crianças e adolescentes e desenvolver pesquisas sobre artes e ciências, Arte-educação e Cultura Popular.” Disponível em: [oficarte.wordpress.com/sobre/](http://oficarte.wordpress.com/sobre/)

<sup>26</sup> Ver sinopse e ficha técnica em: [amazoniaflix.com.br/filme/doce-veneno](http://amazoniaflix.com.br/filme/doce-veneno)

trabalho de campo, mais de 6 mil quilômetros foram percorridos entre os estados de Pernambuco Ceará, Paraíba, Bahia e São Paulo, a fim de em busca de narrativas que ajudassem a elucidar as consequências do uso de agrotóxicos na vida agricultores. Viúvas do veneno é resultado, ainda, de mais de um ano de pesquisas e contatos com as fontes que mostram os dados de intoxicações no Brasil, desde o início dos anos 2000, “mas é, sobretudo, o fechamento de 11 anos de envolvimento de Melquíades Júnior com o tema” (Araújo; Patrício, p. 78, 2018).

Como o próprio Melquíades disse, em uma entrevista concedida à página EntreFios<sup>27</sup>, sua forma de fazer jornalismo está associada ao seu interesse pelas histórias de vida das “pessoas comuns” aliada ao seu lugar e exercício político:

Olha, eu sempre digo que as maiores referências que tenho nesse processo de contar histórias são as pessoas comuns, conhecer as pessoas comuns com suas histórias. E cada um de nós tem uma história, nós temos as nossas histórias, temos várias, mas eu acho que o jornalista é, sobretudo, um observador. Então, ao observar os outros, sejam os outros contando suas histórias ou não, apenas vivendo suas histórias, isso me servia de inspiração para as histórias que eu iria contar. A inspiração é o desejo de transformação social.<sup>28</sup> (Júnior, 2023).

Ao debruçar-me sobre o conteúdo da série Viúvas do Veneno, ficou claro que se tratava de um tipo de jornalismo engajado. Era nítido que a prática profissional e a construção narrativa de Melquíades eram constituídas a partir de escolhas acadêmicas e políticas que colocavam em debate as questões de objetividade e subjetividade na escrita jornalística. Isso foi observado por Mayara Araújo e Edgard Patrício no artigo ‘Viúvas do Veneno’: a valorização da subjetividade, como indício de rupturas paradigmáticas no jornalismo.

Os autores refletem como a escrita de Melquíades, a partir do interesse se dar foco às histórias de vida, aciona recursos que deixam aparecer a subjetividade dos relatos. Tudo isso tem a ver com a forma que se escolhe para abordar e comunicar os temas. No artigo mencionado os autores citam dois teóricos que estudam essas questões dentro do campo do jornalismo: “Os jornalistas estão conscientes de poder ‘criar’ algo real a partir do real, por exemplo, escolhendo o ângulo sob o qual abordar as ocorrências (...), ou ainda se interessando por partes menos evidentes do real, como as ‘vivências’ das pessoas comuns” (Charron; Bonville, 2016, p. 199).

---

<sup>27</sup> EntreFios – Tecendo Narrativas é uma produção dos estudantes das disciplinas Entrevista Jornalística e Gêneros e Formatos II (Opinião) do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará, campus de Fortaleza.

<sup>28</sup> Entrevista disponível em: [medium.com/entrefios/melquides-junior-sem-inquietude-nao-ha-jornalismo-a71026af071e](https://medium.com/entrefios/melquides-junior-sem-inquietude-nao-ha-jornalismo-a71026af071e)

Dessa forma, *Viúvas do Veneno* é uma reportagem denúncia, na qual conta a história de vida de homens e mulheres, vítimas dos impactos nefastos da expansão do agronegócio nos campos brasileiros. Nesse sentido, fica evidente que Melquíades Júnior queria denunciar as consequências do uso de agrotóxicos, ou seja, os seus prejuízos à saúde e ao meio ambiente, a partir da sua prática profissional de jornalista, assim como de alguém nascido numa região, na qual nos últimos anos sofreu com uma série de impactos sociais, ambientais e políticos provenientes do avanço do agronegócio, pois Melquíades é de Limoeiro do Norte.

Nesse sentido, é possível perceber na reportagem o uso de uma linguagem apelativa, na qual tenta sensibilizar o leitor em torno dos perigos do contato humano com substâncias tóxicas, combinando isso com uma escrita que apresenta a história de vida de mulheres, que haviam perdido seus maridos, os quais adoeciam em seus respectivos locais de trabalho, junto a um compilado de dados estatísticos que revelam os óbitos nacionais por intoxicação. Dessa forma, a reportagem acaba mobilizando uma emotividade em torno da morte e da viuvez. Aqui é importante destacar como a condição de viuvez gera uma certa comoção: “a falta do par conjugal é vista como uma fragilidade” (Motta, p.10, 2005), principalmente em mulheres. Isso pode ser reforçado na reportagem desde o seu próprio título *Viúvas do Veneno*, pois embora haja, dentre as histórias contadas, um homem viúvo, é claro que a viúva gera mais impacto nos leitores e cumpre melhor os objetivos do trabalho que Melquíades quer mobilizar.

A reportagem, por ter o objetivo claro de informar sobre um problema por meio de uma linguagem emotiva, acaba colocando as mulheres viúvas como vítimas. Desse modo, reforça os estereótipos em torno das mulheres viúvas, colocando-as na condição do desamparo, do abandono, da fragilidade e, nesse caso específico das viúvas do veneno, de ter de passar pelo drama de conviver com uma pessoa (cônjuge) que repentinamente descobriu uma doença violenta, na qual mutila o corpo e mata rapidamente. A reportagem quer mesmo mostrar a dor e o sofrimento de mulheres que ficaram em condição de desamparo, após a morte de seus maridos. Além dessa reportagem especial, outras matérias foram publicadas no sentido de demonstrar a luta judicial que essas mulheres viúvas começaram a traçar na justiça, em busca de auxílio financeiro e indenizações das empresas que seus maridos trabalhavam. Vale ressaltar, é uma reivindicação muito



legítima, embora, acabe endossando, mais uma vez, a imagem da viúva desamparada, em busca de ajuda econômica<sup>29</sup>.

Nesse mesmo sentido, quero chamar atenção para a forma como os movimentos sociais e os discursos políticos também contribuem para reafirmar os estereótipos em torno da condição de viuvez, principalmente a feminina. Essa questão me ocorreu durante os meus trabalhos de campo. Para conseguir informações e contato com as mulheres viúvas de agricultores ou trabalhadores de empresas agrícolas, me aproximei dos movimentos sociais da região do Vale do Jaguaribe. Nesse sentido, é importante dizer que as organizações políticas em Limoeiro do Norte, localidades e cidades vizinhas, são muito atuantes na promoção de eventos e projetos que visam discutir temas como Direitos Humanos, Luta pelo acesso à terra e à água, Educação Ambiental.

Vale destacar aqui as movimentações do Acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) Zé Maria do Tomé<sup>30</sup>, em Limoeiro do Norte, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte<sup>31</sup>, da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte<sup>32</sup>, AEFAJA Jaguaribana<sup>33</sup>, Fundação FAMEJE<sup>34</sup>, Movimento 21, entre outros, contando ainda com o apoio de Universidades e grupos de pesquisas acadêmicas, a exemplo da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), em Limoeiro do Norte, do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (NATERRA), Laboratório de Estudo do Campo, Natureza e Território (LECANTE), ligados à Universidade Estadual do Ceará (UECE), do Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (TRAMAS) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

O contato com os líderes, articuladores e participantes dos movimentos e entidades supracitados foi muito importante para entender os conflitos históricos que

---

<sup>29</sup>Reportagens:cebes.org.br/morte-por-agrotoxico-justica-mantem-decisao-que-condena-multinacional/12800/mst.org.br/2014/11/14/del-monte-e-condenada-por-morte-de-trabalhador-por-agrotoxicos/racismoambiental.net.br/2018/12/19/multinacional-e-condenada-por-morte-de-trablhadorpor-agrotoxico-em-fazenda-de-abacaxis/

<sup>30</sup> Criado em 2014, o acampamento está localizado na Chapada do Apodi, dentro do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi.

<sup>31</sup> O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Limoeiro do Norte completa em 2024 61 anos de existência. Lucas Mendes é o atual presidente do Sindicato.

<sup>32</sup> Organização ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em Limoeiro do Norte, a Cáritas se apresenta como uma organização de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável solidário.

<sup>33</sup> Associação Escola Família Agrícola Jaguaribana (AEFAJA) é uma entidade que conduz os trabalhadores da Escola Família Agrícola (EFA) Jaguaribe Zé Maria do Tomé, além de outros projetos de Educação do Campo, Agroecologia e Convivência com o Semiárido.

<sup>34</sup> A Fundação FAMEJE foi construída em 5 de junho de 1995, pelo casal Jesus Moreira de Andrade e Geruza Maurício de Andrade, com a finalidade de promover a educação e a defesa do meio ambiente em Tabuleiro do Norte e na região do Vale do Jaguaribe.

acontecem na região do Vale do Jaguaribe. A Semana Zé Maria do Tomé e as feiras agroecológicas na cidade de Limoeiro do Norte são exemplos de momentos inseridos no calendário anual de lutas, produções narrativas de resistência desses grupos ao Agronegócio e aos grandes proprietários de terra, no Vale do Jaguaribe e na Chapada do Apodi. Fazer parte desses momentos foi enriquecedor, não só para a pesquisa que eu estava desenvolvendo, mas também para entender a potência das movimentações e articulações coletivas. O sentimento de esperança, de força conjunta, de solidariedade, o ato de partilhar a comida, fazer festas e reivindicar condições dignas de vida e o trabalho me ensinaram uma forma simultaneamente bela e política de enxergar e conduzir a vida. Isso foi sem dúvidas um dos grandes aprendizados de todo o tempo que compartilhei com essas pessoas.

Através desses eventos, contatos e conversas com agricultores e pessoas que faziam parte dos movimentos, consegui informações que me levaram até às viúvas, algumas que estavam presentes na reportagem de Melquíades Júnior e outras que não estavam. Mas sempre foi muito visível o quanto o tema que eu abordava estava inserido em uma construção imagética, na qual mobilizava sim os sentimentos de comoção e pena, em torno dessas mulheres que perdiam seus maridos. A forma que alguns integrantes do movimento me apresentavam a outras pessoas já gerava essa carga de sentido: “Esta é Karol, ela pesquisa as viúvas do veneno aqui na região”. Declarações como esta também demonstrava dois elementos: como as pessoas estavam de alguma maneira cientes dessa face do agronegócio e do uso de agrotóxicos, assim como o quanto o trabalho de Melquíades ajudou a construir o que seria essas viúvas do veneno, e a repercussão da sua reportagem.

Nesse sentido, quer-se argumentar que esses dois exemplos: a reportagem Viúvas do Veneno e os movimentos sociais de organização política, com o apoio das universidades e grupos de pesquisa acadêmica, ao mobilizarem uma narrativa contrária ao projeto econômico do Agronegócio e ao uso de agrotóxicos, destacando o caso das viúvas, acabam reforçando os estereótipos em torno da viuvez feminina.

Em contrapartida a essa reafirmação dos estereótipos em torno da viuvez feminina produzido pelo jornalismo e pelos movimentos sociais, no tópico anterior, apresentei as entrevistas de Lena e Vera (duas viúvas que não estavam na reportagem de Melquíades e tampouco faziam parte dos movimentos sociais), as quais me colocaram diante de narrativas sobre a viuvez bem diferentes da que a série de reportagem apresentava. Só depois eu percebi que a minha forma de pensar as mulheres viúvas estava totalmente

atravessada por essa linguagem jornalística, na qual cumpria a função, politicamente engajada, de informar ao grande público sobre os efeitos nefastos de um modelo de produção que põe em risco à vida de trabalhadores. Dessa forma, eu sempre achei que a série de reportagens assumia esse papel político de denúncia e, de fato, trata-se de algo muito importante. Porém, fui percebendo que o objetivo da série não era apresentar as subjetividades dessas mulheres, a partir de suas condições de viúvas. Melquíades já partia da viuvez como algo que gerava comoção. As viúvas do veneno tinham um apelo muito forte e, por essa razão, acabava por enquadrar essas mulheres como vítimas.

De toda forma, vale ressaltar que os impactos do agronegócio e do uso de agrotóxicos, de fato, transformam milhares de seres humanos em vítimas, mas defendo que nenhum grupo ou categoria social deve ser pensada apenas como vítima, pois onde há opressão e enquadramento, também há formas de contrariá-los. Sendo, portanto, esta a maior contribuição do trabalho que estou propondo com esta dissertação: as viúvas do veneno não são apenas viúvas e vítimas, são também mães, filhas, trabalhadoras, dentre outras possibilidades. Ainda que a viuvez seja demorada para umas e passageira para outras, de um jeito ou de outro, trata-se de um novo começo.

Nesse sentido, esse é o ponto de partida para analisar uma outra discussão que se pretende fazer neste tópico: pensar a viuvez a partir de suas repercussões públicas e políticas. A viúva pública foi uma reflexão que surgiu a partir dessas observações feitas nos parágrafos anteriores, das entrevistas que eu realizei com Branquinha e Gerlene Silva, e da leitura do texto *Sentidos e Significados da Viuvez: gênero e poder*, de Lídia Maria Vianna Possas. O objetivo de Possas nesse artigo é:

Refletir sobre a categoria “viuvez” no fluxo dos avanços da modernidade, a partir dos anos 1930, priorizando o cenário urbano das cidades da Frente Pioneira do estado de São Paulo, evidenciando os arranjos e a (re)construção das relações de gênero no âmbito da família, dos papéis normativos na vida privada e sua repercussão no espaço público. (Possas, p. 1, 2009).

Dessa forma, esse artigo faz parte de uma série de textos que Possas escreveu e apresentou em eventos acadêmicos provenientes de uma pesquisa intitulada *Gênero e Cotidiano*, aprovada no Edital MCT/ CNPq 50/ 2006 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. O artigo analisa duas mulheres viúvas que viveram nas primeiras décadas do século XX, em Bauru, São Paulo. Lídia Maria trabalhou com fragmentos documentais do jornal do Comércio de Bauru (1915) e da revista Ouro Verde (1934), nos quais repercutiram a situação de duas mulheres, após a morte de seus esposos. O que me

pareceu interessante nesse estudo foi Possas chamar atenção para a forma como um assunto privado torna-se público. De que forma acontece esse movimento? Quais os interesses ao tornar públicos documentos pessoais? Quais sentimentos são mobilizados nesse movimento?

Nesse sentido, vale a pena apresentar uma das duas viúvas abordadas por Possas. A primeira trata-se da viúva Maria Dalla Ru. Seu marido Sr. Dalla Ru era um comerciante que cometeu suicídio após contrair altas dívidas. Após a morte de Dalla Ru, observou-se que sua viúva procurou os veículos de imprensa para solicitar a publicação de um bilhete que o Sr. Dalla Ru teria deixado para ela, dias depois. Maria Dalla volta a fazer nova solicitação. A publicação de um documento pessoal tinha o objetivo de sair em defesa do marido e justificar suas atitudes. A viúva Dalla Ru estava se utilizando do espaço público para defender a sua honra e a da família.

A segunda viúva analisada por Possas traz um elemento ainda mais interessante. Trata-se da viúva de Nicola Rosica considerado “o primeiro mártir do integralismo”. Em 1934, Rosica, um servente da Estrada de ferro da Noroeste, foi assassinado durante uma passeata dos integralistas, no centro da cidade de Bauru. Do dia para a noite, Rosica foi transformado em uma vítima do “avanço dos comunistas no país”, e a imagem de sua viúva foi utilizada para fazer propaganda e servir a um discurso político integralista, reforçando a ideia da viúva/mãe/desamparada.

A imagem de uma mulher só e com dois filhos foi lançada como bandeira de luta pelos líderes do Integralismo, reforçando aquela viuvez feminina típica do “desamparo”, e veiculada na imprensa local sempre de preto, acompanhada pelos filhos pequenos, como propaganda contra o avanço dos comunistas. Em vários dias, os jornais apelavam com os seguintes dizeres: “Viúva e filhos de Nicola Rosica, primeiro mártir do movimento Integralista”. (Possas, p.149, 2009).

Lídia Maria observa como a viuvez foi transformada em discurso e instrumento político de uma agremiação partidária. Mesmo que a viúva não tenha aparecido ou procurado a imprensa para falar sobre seu esposo, sua morte ou com qualquer outro objetivo, a Ação Integralista Brasileira (AIB) mobilizou a imagem de uma mulher de luto, vulnerável, que precisava de ajuda. Dessa forma, a viuvez, analisada por Possas, a partir desses dois exemplos, foi reapropriada e utilizada de diferentes maneiras, para acionar objetivos distintos no âmbito público. (Possas, 2009).

As questões levantadas por Possas sobre o uso da viuvez nos espaços públicos e a forma como ela pode ser mobilizada por grupos e discursos políticos, pareceu-me

interessantíssimas para pensar a reportagem *Viúvas do Veneno*, assim como a maneira em que os movimentos sociais da região do Vale do Jaguaribe se utilizam da condição de viuvez feminina. Nesse sentido, cabem os casos de Maria Lucinda Xavier, a Branquinha, esposa de Zé Maria do Tomé, e Gerlene Silva, uma das viúvas trazidas na reportagem de Melquíades Júnior.

Quando Zé Maria do Tomé foi assassinado, rapidamente a sua imagem ganhou repercussão. Zé Maria era mais um ativista, líder comunitário que tinha a vida brutalmente ceifada a partir do embate entre pequenos agricultores e grandes proprietários de terra. Após a sua morte, a sua família, seus três filhos e esposas, passaram a ser constantemente procurados para dar entrevistas e falar sobre Zé Maria, o que é de certa forma uma publicização de uma questão particular. Ou seja, como o processo de luto de seus filhos e a viuvez de sua esposa passa a ser um assunto que gera reportagens, pesquisas acadêmicas, ademais, o nome de Zé Maria é utilizado pelos movimentos sociais no Vale do Jaguaribe, como um símbolo da luta contra o agronegócio. Mas se Zé Maria era um líder comunitário, uma voz forte contra os grandes proprietários de terra, a sua esposa não era.

Entrevistadora: e quando ele começou a se envolver nos movimentos? A senhora lembra?

Branquinha: mulher, eu não lembro bem porque eu não gostava muito não.

Entrevistadora: A senhora acha que ele se envolveu com isso por quê?

Branquinha: Ele dizia que era uma missão que ele tinha. Eu pedia muito, muitas vezes eu implorava pra ele, eu chorava, dizia: sai disso, Zé Maria, que isso não dá certo pra você não. Aqui na comunidade era ele sozinho a lutar, não tinha ninguém assim pra fazer assim um papo, ajudar ele, não. Eu lembro que um dia eu disse: Zé Maria, se você ganhar alguma coisa aqui pra comunidade, todo mundo vai bater palma, vai dizer que foi Zé Maria, mas se você tiver na esquina apanhando ninguém vai te socorrer não, todo mundo vai correr e ele dizia assim: eu que me importo, é uma missão que eu tenho. (Xavier, 2023).

Branquinha lembra de quando Zé Maria começou a se envolver com os movimentos, ele passou a ter menos tempo para a família. Ela não gostava da participação tão efetiva do marido. Ela mesmo tinha medo das consequências ruins que o ativismo de seu esposo poderia causar para ele e para a família, mas também não imaginava que ele acabaria sendo assassinado. Mas, diante de tudo que aconteceu, sempre que chega o mês de abril (mês da semana Zé Maria do Tomé), ela gosta de ver o povo que todos os anos lota a praça do Tomé, pertinho de sua casa, prestando bonitas homenagens ao homem que antes de ser o Zé Maria do Tomé, era o seu esposo, companheiro de vida, pai de seus filhos.

Mas, como analisou Luciana Meire Gomes Reges (2023), após o assassinato de Zé Maria, sua filha primogênita, Márcia Xavier, passou a integrar movimentos sociais e políticos, falar com canais de imprensa para denunciar o viés político do assassinato de seu pai. Reges chama atenção para a forma como a família de Zé Maria participa da construção que o transformou em um mártir, ao mesmo tempo em que destaca Márcia Xavier como a filha que deu continuidade à luta do pai.

(...) É simbólica na construção de seu lugar social, como liderança e herdeira das lutas sociais. Entretanto, o lugar de protagonismo nas lutas sociais iniciadas por seu pai não é natural. É uma construção que coloca a condição de filha como inerente a um papel autorizado e inquestionável, bem como na adesão positiva dos movimentos sociais. (Reges, 2023, p. 120).

Nesse mesmo sentido, também vale a pena lembrar de uma passagem do filme *Cabra Marcado Para Morrer*<sup>35</sup>, dirigido por Eduardo Coutinho<sup>36</sup>. Uma das personagens centrais desta produção é Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira. O camponês João Pedro era militante da luta pelo direito à terra no Brasil, sendo um dos principais nomes das ligas camponesas<sup>37</sup>, que desafiavam o poder dos grandes latifundiários no nordeste do Brasil. No documentário de Coutinho, diz Elizabeth Teixeira: “Eu tive que ir ao Rio de Janeiro, né, participar da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Chegando ao Rio, fui a Brasília. Em Brasília, os deputados junto com o presidente achava que eu devia substituir o lugar de João Pedro, principalmente, para a manutenção de meus filhos e para que a liga, ela engrandecesse com a minha presença, né, eu era a viúva do líder e eu continuei,

<sup>35</sup> *Cabra Marcado Para Morrer* é um filme/documentário brasileiro de 1984 e dirigido por Eduardo Coutinho. Com o apoio do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes, as gravações para o longa começaram em fevereiro de 1962, no engenho de Galileia em Pernambuco. A produção tinha o objetivo de abordar a luta dos camponeses no Brasil antes da ditadura civil-militar, a personagem principal do filme era João Pedro Teixeira, líder da liga camponesa de Sapé na Paraíba. No entanto, em abril de 1964, as gravações foram interrompidas pelo exército que invadiu Galileia, ameaçou a população, prendeu os líderes camponeses e alguns membros da equipe de Coutinho. No dia 02 de abril, João Pedro Teixeira foi assassinado numa emboscada. 17 anos depois, Coutinho retomou o projeto do filme, agora reencontrando os camponeses que participaram do filme e a Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro.

<sup>36</sup> Eduardo de Oliveira Coutinho (São Paulo, São Paulo, 1933 – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014) foi um dos mais importantes diretores de cinema e documentaristas brasileiros. Seus filmes são considerados verdadeiras obras-primas do cinema nacional, incluindo *Cabra Marcado Para Morrer*, tido como um dos melhores filmes brasileiros. Coutinho é reconhecido por levar a experiência do jornalismo para a construção de seus documentários, aproximando o cinema da entrevista para registrar os relatos de seus personagens, sem distanciar-se da cena.

<sup>37</sup> Segundo Antônio Torres Montenegro, as ligas camponesas adquiriram, a partir das movimentações dos trabalhadores de Galileia (conflito liderado por João Pedro Teixeira), uma nova dinâmica, ganhando mais expressividade e repercussão. “A partir deste encontro fortuito dos trabalhadores com o deputado e advogado Francisco Julião, as Ligas Camponesas (criadas pelo Partido Comunista, desde a década de 1940, mas com atuação pouco expressiva, embora bastante vigiadas pela polícia) ganharam uma nova dinâmica. Transformaram-se, segundo grande parte da imprensa, dos políticos e mesmo da sociedade civil, numa grande ameaça à ordem social e, sobretudo, à “paz agrária” dos latifundiários.” (Montenegro, 2004, p. 395).

disse que substituí o lugar dele com perca de vida, com perca da minha vida eu substituí e substituí e trabalhava autêntica e na minha luta protestar contra o assassinato de João Pedro e não só de João Pedro como de todos os companheiros que tombaram” (Coutinho, 1984)<sup>38</sup>.

Como é possível inferir do trecho acima, após o assassinato de João Pedro, Elizabeth Teixeira assumiu um lugar de destaque e continuou a luta de seu companheiro, sofrendo diversos tipos de violência e chegando, até mesmo, a ser presa. A fala de Elizabeth reforça o argumento de que a condição feminina de viúva e mãe tem uma boa capacidade de mobilização nos espaços público e político, e os parlamentares que se aproximaram de Elizabeth sabiam disso, tanto que sugeririam que ela deveria usar dessas representações para dar continuidade à luta de João Pedro Teixeira. É importante destacar que o interesse aqui não é fazer juízo de valor sobre a luta e as escolhas políticas de Elizabeth Teixeira, uma mulher que sempre se manteve firme e forte sobre suas convicções e reivindicações em prol de uma vida mais digna e justa para os camponeses/as e trabalhadores/as.

O que é interessante destacar é como os textos de Possas e Reges, assim como o relato de Elizabeth Teixeira, se conectam no que se refere à instituição de imagens, de uma memória, de um apelo público e até mesmo na construção de um mártir a partir das figuras femininas da viúva, da filha e da família que ficou sem o seu patriarca. Dessa forma, é possível afirmar que esses lugares geram comoção popular e legitimidade aos discursos, e por essa razão são fortemente mobilizados pelos movimentos políticos.

Após quase 10 anos do crime, diversas investigações foram feitas. Em alguns momentos, foram apontados os nomes das pessoas que estavam por trás do crime, quem apertou o gatilho e de quem havia mandado apertar, mas os assassinos de Zé Maria jamais tiveram um julgamento. O sentimento de impunidade ainda é presente na família. Ao ser chamada a falar mais uma vez sobre esse assunto, Branquinha fala da sua vontade de virar a página: “O julgamento é sempre adiado. Já tá com mais de 13 anos e a gente nunca chegou ao fim desse assassinato, né. Assim, nunca concluiu, pra virar a página pra dizer acabou e pronto. É sempre só adiando”. (Xavier, 2023).

Nesse mesmo sentido, a entrevista com Gerlene Silva também me ajudou a amadurecer essa questão da viuvez a partir dos sentidos públicos e políticos que ela poderia mobilizar. Ao falar sobre a repercussão da morte de Vanderlei, Gerlene relata:

---

<sup>38</sup> Coutinho, E. **Cabra Marcado para Morrer**. Rio de Janeiro: Mapa Filmes, Globo Vídeo, 1964-1981. VHS, 35mm. 119 min, 1984.

O caso dele foi bem mais divulgado, o caso dele foi nacional. Veio repórter pra cá, até o Cabrine e tudo. Repórter aqui quase toda semana e gente de fora. Uma vez chegou foi uma topic aqui, cheio de estudante e sentado aí no chão, tudo nas cadeira. E até hoje, muita gente me procura, não só você, mas outras pessoas também. Às vezes que eu não quero mais ficar tocando nesse assunto, as vezes eu mesmo assim me recuso”. (Silva, 2022).

Gerlene Silva foi uma das viúvas entrevistadas pelo jornalista Melquíades Júnior. A história de Gerlene e de seu marido, Vanderlei Matos, é uma das mais conhecidas, quando se lembram das Viúvas do Veneno. Vanderlei Matos trabalhou por mais de três anos em contato direto com produtos químicos. Ele era responsável por estocar, pesar e transportar agrotóxicos dentro da fazenda da empresa Del Monte Fresh Produce. Em dezembro de 2008, após um mês de internação no Hospital Universitário Walter Cantídio, em Fortaleza, Vanderlei acabou falecendo. Em seu laudo médico, segundo o Diário do Nordeste, consta que sua morte foi causada por hepatopatia grave de provável etiologia induzida por substâncias tóxicas, em outras palavras, por uma doença do fígado causada pela constante exposição a agentes químicos. O caso se tornou importante, pois foi um dos primeiros que conseguiu mostrar evidências científicas que relacionavam a morte de um trabalhador ao contato com agrotóxicos em seu ambiente de trabalho.

Desde os meus primeiros trabalhos de campo, eu sempre quis entrevistar Gerlene, mas nunca era possível. Nos eventos e atividades que aconteciam na cidade de Limoeiro do Norte, promovidos pelo sindicato dos trabalhadores rurais, pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), pelos movimentos sociais, na Semana Zé Maria do Tomé, eu sempre tentava marcar uma entrevista com Gerlene; estava certa de que ela poderia me dizer coisas importantes para o trabalho que eu estava fazendo. Aos membros dos movimentos sociais, eu sempre perguntava se alguém a conhecia, se tinha o seu contato. Conheci um primo distante de Gerlene que me deu o seu número de telefone. Liguei, falei com sua mãe, dona Socorro, mas ainda não seria daquela vez que eu conseguia uma entrevista com Gerlene. Achei então que ela estava fugindo e decidi não insistir mais.

No entanto, em março de 2022, aconteceu em Limoeiro do Norte uma sessão do Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Ceará. Um conhecido do Movimento 21 me informou que Gerlene estaria na sessão. Diante disso, fui até a sessão, era a oportunidade de conhecer Gerlene.

Nesse dia eu fiquei sabendo que Gerlene, desde 2008, movia na justiça um processo contra a empresa Del monte, aquela que seu marido trabalhava. Ao longo de



todos esses anos, Gerlene travou na justiça uma ação contra a empresa, alegando que Vandelei foi designado para fazer um trabalho em contato direto com agrotóxicos, que ele não tinha nenhum conhecimento do perigo que as atividades poderiam oferecer, além de ser um dos primeiros casos em que ficou comprovado que a doença que causou a sua morte foi contraída no local de trabalho. O caso já havia passado pelas três instâncias da justiça do trabalho, dando causa favorável à Gerlene, mas o advogado à frente do caso informou aguardar uma decisão do juiz, para que, enfim, a situação se resolvesse, e a Del Monte pagaria a indenização que Gerlene tinha direito.

Nesse mesmo dia fui apresentada à Gerlene. Conteí sobre o trabalho que eu estava fazendo e que gostaria muito de conversar com ela. Mas, aquele dia havia sido muito desgastante para ela, de modo que ficamos de marcar em um outro dia. Em abril, quando eu voltei à cidade, consegui finalmente ir à casa de Gerlene e entrevistá-la. 13 anos depois da morte de Vanderlei, Gerlene está diferente das fotos que eu havia visto na série de reportagem Viúvas do Veneno, mas ainda é uma mulher jovem, agora mãe de um rapaz de quase 15 anos. Quando Vanderlei faleceu, o menino tinha menos de dois anos. Gerlene mora com a mãe, dona Socorro e seu filho Davi.

Comecei por perguntar sobre o assunto do processo judicial, como estava, se havia alguma novidade. Não. Ainda estava do mesmo jeito, esperando uma decisão do juiz. Ao longo da entrevista, foi possível entender o porquê de não ter sido fácil conversar com Gerlene. Eu percebia no seu olhar um cansaço, um certo esgotamento de ser constantemente procurada para falar sobre aquele mesmo assunto. Gerlene já deu entrevistas para diversos jornais, veículos de imprensa, para pesquisadores universitários, documentaristas, enfim, entendi que sempre a procuravam para falar sobre as mesmas coisas. Por mais que ela quisesse seguir a sua vida, ela era sempre lembrada e procurada para falar de Vanderlei. Tudo se confirmou, quando ao me despedi eu falei: Obrigada, Gerlene, espero que eu possa vir aqui em sua casa outras vezes. Ela disse: “Claro, mas eu espero que não para falar desse mesmo assunto”. Sorri meio constrangida e fui embora.

Após 13 anos da morte de Vanderlei, Gerlene não teve outro companheiro, pelo menos, oficialmente. Todos a enxergam como a viúva de Vanderlei, para as pessoas que a procuram para dar entrevistas, participar de filmes, documentários. Ela é uma fonte importante, uma prova viva dos impactos nefastos do uso intensivo e indiscriminado de agrotóxicos. Notei em Gerlene uma exaustão de ser sempre lembrada e procurada para falar sobre a morte e os agrotóxicos que mataram Vanderlei. Por mais que ela não quisesse, ou pelo menos já não quisesse mais, ser vista como a viúva de Vanderlei. Ao

ser procurada para falar sobre esse mesmo assunto, ela precisava retornar ao passado, e ser vista sob a ótica de uma viúva que ficou desamparada, com um filho pequeno para criar. Ao ser perguntada sobre o que ela sentia ao ainda ser procurada para falar sobre esse assunto ela diz: “É questão assim de lembrar, assim tudo assim que eu já vivi, sabe? Por dentro assim é aquela coisa que aperta, aquela coisa que mexe ainda. Por mais que os anos se passe, é aquela coisa que mexe, me deixa triste.” (Silva, 2022).

O que quero questionar aqui não é o direito que essas mulheres têm de procurarem a justiça do trabalho e de reivindicarem seus direitos, enquanto viúvas. Mas é importante pensar que a imagem da mulher desamparada e os estereótipos em torno da viuvez podem ser mobilizados no sentido de construir uma narrativa que capture essas mulheres, apenas como vítimas, ou até mesmo para travar uma ação judicial. Mas até que ponto não é exaustivo ser sempre vista como a viúva desamparada de alguém?

Quando Vanderlei faleceu, Gerlene era uma mulher muito jovem, tinha apenas 25 anos. Quando perguntada sobre novos relacionamentos, se durante todos esses anos ela pensou em casar-se novamente, ela diz: “Não, a gente tem uns rolé (risos). Mas nada sério”. (Silva, 2022). Depois, ela citou o filho que estava crescendo e que era complicado colocar alguém dentro de casa. E por último, citou o caso de ela ainda está em uma batalha judicial com a empresa que jamais tinha aceitado pagar a indenização. Dessa forma, é evidente que uma série de fatores contribuíram para que Gerlene nunca tivesse tido um outro relacionamento mais sério, mas o fato de que diante da justiça a imagem da viúva desamparada e sem apoio financeiro seria mais comovente foi uma questão que passou pela cabeça de Gerlene e influenciou nas suas escolhas. Além disso, a moral burguesa coloca as mulheres em certas prisões de representatividade, que acabam por descredenciá-las de suas lutas e reivindicações, caso elas se casem novamente.

Por mais que os estudos contemporâneos e as narrativas das mulheres desta pesquisa contribuam para alargar o entendimento sobre o que é a viuvez feminina, destacando as suas subjetividades e fazendo pensar que não existe um padrão certo ou errado, os estereótipos, estigmas e construções históricas, em torno dessa condição continuam sendo endossados por diversos lugares, principalmente por instituições e organizações políticas. Ao pensar a viuvez a partir de um sentido público e político, tentou-se evidenciar como a escrita jornalística, os movimentos sociais, o poder jurídico, por mais que tentem defender causas nobres e importantes na construção de uma sociedade mais justa, não estão isentos de reforçar estereótipos sobre a existência

feminina, no caso deste trabalho, estereótipos sobre a condição de viuvez na vida de mulheres.

### 3. CAPÍTULO 02: VIÚVAS DO AGROTÓXICO: TRABALHO E ADOECIMENTO, MORTE E LUTO

Eu canso de dizer que se não fosse essa tragédia que teve, porque foi uma tragédia grande, mas Deus sabe de tudo, né, mas foi os melhores anos que eu passei na minha vida foi esses que trabalhei lá no chapadão mais ele. Se não tivesse sido essa doença assim tão arrebatadora, assim de uma vez, eu acho que nós ainda continuava lá, porque eu achava muito bom, armaria.<sup>39</sup> (Costa, 2022).

O que há de mais oposto à morte é o desejo. (...) A morte obrigada a certa solenidade, à inatividade, a renegociar com cada coisa que dava sentido à vida de antes para se adaptar à de agora. (Orriols, 2021, p. 44).

O agronegócio é um modelo de produção no qual implanta as relações capitalistas no campo, ou seja, objetiva alta produtividade, produção para a exportação e a busca sedenta por lucros. No Brasil, este setor abrange todas as atividades relacionadas à produção agrícola e à pecuária, desde o cultivo de alimentos até a comercialização internacional. Além disso, o agronegócio é um dos setores mais lucrativos e consolidados da economia brasileira, tendo em vista o forte apoio político ao setor. Em algumas regiões do país, o poder econômico e político do agronegócio impõe uma quase completa dominação social e cultural, como analisa Ana Manuela Chã, em seu livro *Agronegócio e Indústria Cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia*.

Em sua análise, Chã remonta aos anos 1960, período em que o Brasil passava por uma forte modernização no campo, em consequência da Revolução Verde<sup>40</sup>. Segundo a autora, no Brasil, a Revolução Verde significou a transformação do modelo da agricultura camponesa, além do aumento expressivo do uso de insumos químicos. Nesse momento, Chã fala da criação, no país, de um complexo técnico-científico, financeiro, logístico e educacional, que previa parcerias com organismos internacionais, a exemplo da Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID) e o governo Brasileiro. Dessa forma, a autora parte desse momento histórico para compreender como o agronegócio construiu, a partir de um forte investimento em marketing, propaganda e até mesmo com patrocínio a produções artísticas, uma narrativa hegemônica de si.

---

<sup>39</sup> Entrevista concedida em 04 de janeiro de 2022, em Limoeiro do Norte.

<sup>40</sup> A Revolução Verde foi um conjunto de avanços tecnológicos, práticas agrícolas e mudanças políticas que ocorreram principalmente entre as décadas de 1940 e 1960, com o objetivo de aumentar a produção agrícola mundial, especialmente nos países em desenvolvimento.

As empresas e as entidades de classe que representam o setor do agronegócio buscam construir e fortalecer a sua hegemonia, produzindo uma imagem de campo e de Brasil bem-sucedido, sem contradições e em plena expansão. A indústria cultural, em especial através da publicidade e da propaganda de grande alcance e com o marketing cultural têm sido fundamentais para a construção desse agro sem contradições. (Chã, 2018, p. 37).

Nesse sentido, partindo do entendimento de que o agronegócio brasileiro possui uma imagem consolidada “de Brasil bem-sucedido e em plena expansão”, quer-se pensar aqui quais são as contranarrativas ao agronegócio, quem são aqueles e aquelas que sente na pele as contradições desse modelo de produção. Nessa perspectiva, este capítulo objetiva pensar a história de vida das mulheres desta pesquisa, analisando como elas narram suas experiências, enquanto viúvas, e como isso é superado ao longo de suas narrativas. Para isso, busca-se refletir sobre as questões imbricadas no tratamento de temas sensíveis, o que leva a pergunta: O que significa, para quem narra, lembranças de um passado traumático, que evoca o sofrimento, a doença e a morte de familiares em decorrência da violência, estabelecida na ordem do dia a dia dos trabalhadores e trabalhadoras que labutam nas amarras do agronegócio? Além disso, é importante indagar: Como essas mortes ganham sentido nessas narrativas que se esticam para além dos padrões burgueses de sofrimento, tristeza e trauma?

Nessa perspectiva, é interessante pensar como a morte é uma palavra-chave nessas narrativas não hegemônicas sobre o agronegócio. Isso faz lembrar a tese de doutoramento de Sarah Campelo Cruz Gois, intitulada *Na Terra, na Letra e na Voz: a luta de agricultores e agricultoras por terra e água, no Apodi (RN)*, em que ela estuda o avanço do agronegócio no Rio Grande do Norte, na região em que faz fronteira com o Ceará. Ao também realizar entrevistas e participar de momentos junto aos movimentos sociais da porção potiguara da Chapa do Apodi, Gois constatou que os camponeses e ativistas da região se referiam aos projetos de modernização do campo, ao agronegócio e ao uso de agrotóxicos como um projeto de morte.

Dessa forma, ao longo do capítulo, utilizaram-se como fonte, quatro entrevistas, realizadas com mulheres residentes na cidade e comunidades de Limoeiro do Norte. Lena Gomes, viúva de Raimundo Santiago; Vera Lúcia Lima de Oliveira, viúva de José Eudes dos Santos Santiago, Evelize Silva Costa, viúva de Francisco Rafael da Silva e Gerlene Silva, viúva de Vanderlei Matos. Essas quatro mulheres, embora possuam formas próprias de lembrar e narrar, apresentam elementos convergentes, a partir de uma experiência em comum que as aproximam. Trata-se de quatro mulheres trabalhadoras,

mães, que batalharam a vida inteira para viver com o mínimo de dignidade, suas histórias conectam-se ainda mais pelo fato de que todas perderam seus maridos após a descoberta de cânceres em diferentes partes do corpo, um tipo de doença avassaladora que além de mutilar fisicamente o paciente, atinge, de forma similarmente destrutiva, aqueles que estão ao seu redor. As histórias não são iguais. Os quatro homens trabalharam em lugares distintos, tinham idades e trajetórias de vida diferentes, mas um mesmo ponto se repete ao longo de todos os relatos: ambos adoeceram de forma repentina e em poucos meses, em alguns casos, antes mesmo de completar trinta dias, faleciam.

O que parece importante ressaltar ao tratar desses pontos de convergência entre as quatro narrativas é a dimensão da dor e do sofrimento, e até mesmo a esperança da cura diante da descoberta de uma doença que alterou significativamente a vida cotidiana, tendo a vontade maior no poder voltar para casa e retomar a vida de onde ela fora interrompida. Entre as consultas no hospital da cidade ou do município vizinho, até a transferência para a capital do Estado, pois em Fortaleza existem tratamentos mais avançados com a possibilidade de fazer exames mais conclusivos, lá estavam elas, dentre as idas e vindas. As mulheres estiveram ao lado de seus companheiros, até a hora do último suspiro.

Embora haja elementos comuns nas quatro entrevistas, não se trata de dizer que elas são todas iguais. Aquilo que se repete tem a ver com o trabalho, a exposição aos agrotóxicos, a um tipo de doença que maltrata e em pouco tempo mata. Porém, as subjetividades vão aparecendo ao longo da narrativa. Aquilo que é importante dizer vai se impondo, sendo possível perceber que cada uma lida de forma diferente com aquilo que é comum em suas vidas. É só nesse momento que eu percebo que as mulheres são o centro da narrativa, não o assunto que eu estabeleci no início das entrevistas.

Nessa perspectiva, o objetivo deste capítulo foi analisar como a chegada do agronegócio e o uso intensivo de agrotóxico se transformou em uma questão central nos conflitos que questionam o modelo capitalista de produção no campo na região do Vale do Jaguaribe e mais especificamente na Chapada do Apodi. Em seguida, pretendeu-se pensar, a partir das narrativas de mulheres viúvas e suas subjetividades, qual a relação entre trabalho e o adoecimento na vida de trabalhadores que tinham contato direto com agrotóxicos, e por último problematizar elementos que aparecem nos relatos de viúvas entrevistadas para esta pesquisa, pensando como ficou a vida dessas mulheres, após a morte do cônjuge, e o que é possível dizer sobre os seus processos de luto.

O primeiro tópico pretendeu apresentar a região do Vale do Jaguaribe e a Chapada do Apodi como o lugar, onde acontecem esses conflitos entre pequenos produtores e o

Agronegócio, destacando a chegada de grandes empresas de fruticultura para a exportação, como é o caso da Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda, onde trabalhou os companheiros de algumas mulheres entrevistadas neste trabalho, com destaque para Gerlene Silva, viúva de Vanderlei Matos.

O segundo e terceiro tópicos buscaram pensar mais especificamente a relação entre trabalho com agrotóxicos e o adoecimento, a partir das narrativas de Evelize Silva Costa, viúva de Francisco Rafael da Silva. Posteriormente, pretendeu-se analisar elementos singulares que apresentaram nos relatos, como ficou a sua vida após a morte de Rafael, chamando atenção para a forma como ela vivenciou o seu trabalho de luto.

### 3.1 O Agronegócio chega à Chapada do Apodi

Ai de quem quer negar esse mar de veneno,  
Mil vezes maldito na inconsciência das vidas à margem.

(Gonzaguinha, 1975<sup>41</sup>)

Figura 1 – Mapa de localização do Baixo Jaguaribe (região e municípios)

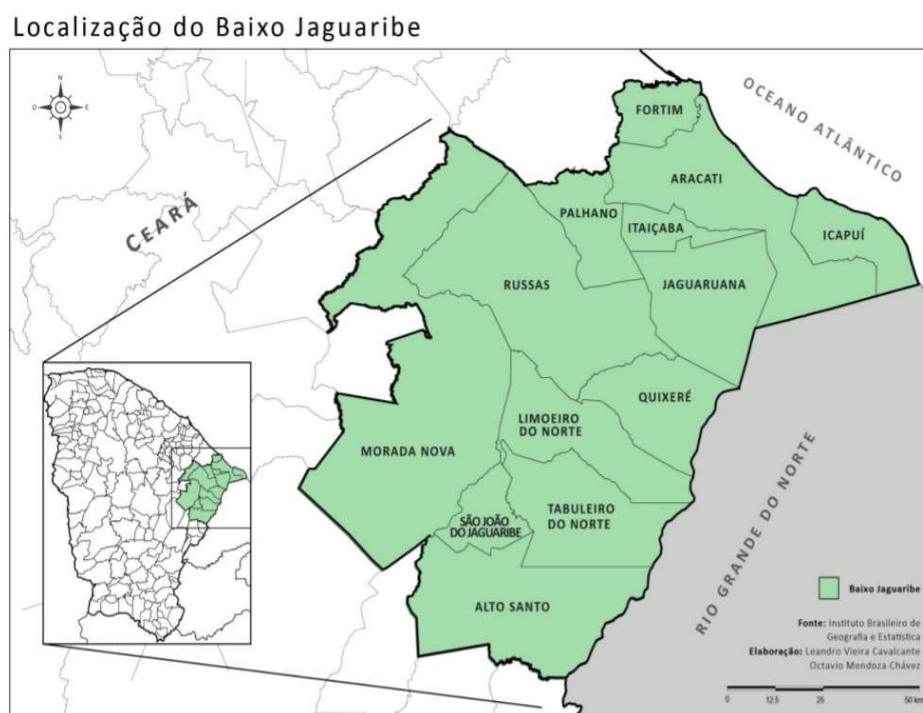


Figura 1 – Mapa de localização do Baixo Jaguaribe (região e municípios).

<sup>41</sup> GONZAGUINHA [Luiz Gonzaga Júnior]. “Artistas da vida”, LP Plano de voo. São Paulo: Gas Neon, faixa 3, 1975.

Fonte: Researchgate (2023)<sup>42</sup>.

A região do Vale do Jaguaribe, mais especificamente o Baixo Jaguaribe, está localizada na porção leste do Estado do Ceará, todavia não há um consenso por parte dos órgãos oficiais sobre a sua exata localização. Por isso, é difícil definir quais cidades compõem o chamado Baixo Jaguaribe. Apesar do dissenso, orienta-se aqui de acordo com a figura 1 – mapa de localização do Baixo Jaguaribe (região e municípios), elaborada pelos pesquisadores Leandro Vieira Cavalcante e Octavio Mendoza Chávez, a partir de dados e fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a figura 1, o Baixo Jaguaribe compreende 13 municípios. É margeado pelo Oceano Atlântico ao norte e faz fronteira com o Estado do Rio Grande do Norte ao oeste. Em outras configurações, há os municípios mais próximos à costa litorânea, ou seja, Fortim, Aracati, e Icapuí, que não são incluídos no que se conhece como Baixo Jaguaribe. No entanto, essa localização puramente geográfica, da exata espacialidade da região não interessou muito, até porque nenhum esboço cartográfico é capaz de imprimir traços socioculturais, como por exemplo, as relações históricas que todas as cidades dessa região do Ceará têm com o Rio Jaguaribe. Este fato também não é destacado pela Figura 1, todavia, fica como uma forma de situar o espaço em discussão.

Para as preocupações deste primeiro capítulo da pesquisa, duas cidades do Baixo Jaguaribe são mais importantes, são elas Quixeré e Limoeiro do Norte. Esses dois municípios foram palco da expansão do agronegócio no Ceará. Desde o final dos anos 1990 e início da década de 2000, essas cidades e suas localidades foram alvo de grandes projetos de modernização, o que atraiu diversas empresas de fruticultura do capital nacional e estrangeiro. Nesse sentido, a chegada de grandes empreendimentos alterou significativamente o trabalho e a vida da população local.

Dentro da região do Baixo Jaguaribe e das duas cidades supracitadas, a Chapada do Apodi é um território importante. Localizada entre os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, a sua porção cearense é distribuída entre os municípios de Aracati, Jaguaruana, Quixeré, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, Alto Santo e Potiretama, compreendendo uma área de 2.421,8 km<sup>2</sup>. A formação geomorfológica da Chapada do Apodi é constituída de arenito da formação Açu e calcário da formação Jandaíra, proporcionando a formação de solos do tipo cambissolos. Segundo os estudiosos do tema

---

<sup>42</sup> Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Bacia-Hidrografica-do-Rio-Jaguaribe\\_fig1\\_336513344](https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Bacia-Hidrografica-do-Rio-Jaguaribe_fig1_336513344)



esse tipo de solo possui uma elevada fertilidade natural e grande potencial para o uso agrícola. (Sampaio; Lima; Freitas, 2011.)

Essa formação naturalmente fértil da Chapada do Apodi faz com que a região seja palco de diversos embates políticos, sociais e ambientais, envolvendo o poder público, as populações locais e os interesses econômicos de um número elevado de empresários. Ainda na década de 1980, houve a implantação das técnicas de irrigação, ocasionando mudanças geográficas significativas, para, em grande medida, atender aos interesses econômicos de grupos específicos. Em 1989, foi construído o perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, em que ficam claras as articulações entre o Estado e os empreendedores que começavam a se instalar na região, pois os benefícios das obras não eram apenas para atender as demandas da população e de pequenos agricultores familiares que sofriam com o abastecimento de água. Diversas empresas agrícolas foram contempladas com áreas do perímetro. (Freitas, 2011)

Nesse sentido, é possível observar como se deu a expansão do agronegócio no Ceará, que é impulsionada pela chegada de grandes empresas na região do Baixo Jaguaribe, tendo a Chapada do Apodi como um território de forte interesse econômico. Além disso, é importante destacar que o momento sociopolítico que o Brasil e o Ceará viveram nas últimas décadas do século XX contribuiu sobremaneira para a implantação da agricultura exportadora. Como bem estudou a historiadora Virgínia Fontes (Fontes, 2010), nos anos 1990, houve a implantação do modelo neoliberal de uma forma muito contundente na política brasileira. Observou-se uma forte abertura para o capital estrangeiro, através de acordos entre governos e empresários, e incentivos fiscais.

Ao longo dos anos 2000, o comércio da fruticultura cresceu de uma forma acentuada no Ceará. Os níveis de produção e exportação de frutas aqueceram de forma significativa a economia do Estado. O geógrafo e pesquisador Leandro Vieira Cavalcante estudou, do ponto de vista geográfico e agrário, a chegada e os impactos dessas empresas no Baixo Jaguaribe, evidenciando a relação entre o Estado e os empresários, os embates em relação ao acesso à água e os conflitos territoriais. Cavalcante elaborou uma tabela, listando as principais empresas do agronegócio fruticultor da região.

Figura 2 – Resumo das empresas do agronegócio da fruticultura no Baixo Jaguaribe

<b>Nome da empresa</b>	<b>Ano de instalação no Baixo Jaguaribe</b>	<b>Localização das fazendas no Baixo Jaguaribe</b>	<b>Principais frutas cultivadas</b>
Agrícola Famosa	1995	Icapuí, Aracati, Limoeiro do Norte, Quixeré, Russas, Tabuleiro do Norte e Alto Santo	Melão, melancia, mamão e banana
Frutacor	1997	Quixeré, Limoeiro do Norte e Russas	Banana e mamão
Del Monte	1999	Quixeré e Limoeiro do Norte	Banana, coco, abacaxi e melão
Itaueira	1999	Aracati, Palhano, Itaíçaba, Russas e Morada Nova	Melão e melancia
Banesa	2004	Limoeiro do Norte	Banana
Meripobo	2013	Russas, Limoeiro do Norte e Jaguaruana	Acerola, goiaba, melão, coco, uva e melancia

Fonte: Trabalhos de campo. Elaborado por Leandro Cavalcante (2019).

Na figura 2, é possível observar as principais empresas instaladas no Baixo Jaguaribe, o ano em que chegaram, os municípios onde estão localizadas e os tipos de culturas produzidas. É importante salientar que umas das empresas listadas é exatamente a Del Monte, uma das mais antigas no território. Essa empresa é importante para esta pesquisa, pois ela é uma das personagens que apareceu ao longo do meu trabalho de campo e na realização de entrevistas, pois os companheiros de algumas das mulheres entrevistadas trabalhavam na Del Monte.

Como já foi mencionado, ao longo do trabalho de campo, na realização de entrevistas, a viuvez apareceu como uma das questões para pensar este trabalho. Estudando a expansão do agronegócio no Ceará, observei que uma das mudanças mais incisivas e contraditórias era o uso intensivo de agrotóxicos. Nesse sentido, não só as empresas nacionais e multinacionais fazem uso dos agrotóxicos, grande parte dos médios produtores, até mesmo alguns pequenos produtores, também os utilizam. Desde o início, me chamou atenção o fato de pessoas, que trabalhavam em contato direto com esses produtos, desenvolvessem doenças oncológicas, muitas seguidas de morte. Com isso, veio o interesse de entender melhor como se dava essa relação entre trabalho e adoecimento, adoecimento e morte. Sempre que eu buscava sobre esse assunto, a imagem

das mulheres viúvas aparecia de uma forma instigante, então, surgiu o interesse de procurar essas mulheres e ouvir o que elas tinham a dizer.

Nesse sentido, além de apresentar a espacialidade do Baixo do Jaguaribe e da Chapada do Apodi, este capítulo pensa sobre as tensões produzidas no trabalho com a chegada dessas grandes empresas, mais especificamente a Del Monte, utilizando as entrevistas das viúvas desta pesquisa e estabelecendo o cruzamento com outras fontes. Essas fontes ajudam a pensar o exercício do trabalho nessas empresas, destacando as movimentações de trabalhadores e o uso de agrotóxicos.

Raimundo Santiago, falecido companheiro de Lena Gomes, Francisco Eudes, falecido companheiro de Vera Lúcia e Vanderlei Matos, falecido companheiro de Gerlene Silva trabalharam na empresa Del Monte ou Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda. Raimundo Santiago e Francisco Eudes trabalhavam na produção de bananas e Vanderlei inicialmente na produção de abacaxi, e depois passou a função de misturar agrotóxicos, fazendo o chamado coquetel<sup>43</sup>. Sobre os trabalhos que Vanderlei fazia na Del Monte, Gerlene lembra:

No começo, o primeiro trabalho que ele fez lá na empresa foi o que a gente chamava de boia fria, que ia de madrugada, levava o alimento, ele levava a marmitta pra poder ficar o dia por lá, aí ele foi e mudou de cargo, né, antes ele fazia uma coisa e já depois resolveram mudar ele de cargo pra fazer as misturas dos agrotóxicos, ele fazia o produto, chamava de coquetel. (Silva, 2022).

Vanderlei nasceu numa comunidade de Limoeiro o Norte chamada Campo Grande, trabalhou a vida inteira como agricultor. Gerlene fala que ele sempre gostou de criar e cuidar de animais. Quando Gerlene e Vanderlei se conheceram, ela conta que tinha de 16 para 17 anos e ele estava desempregado. Quando eles decidiram morar juntos, Vanderlei conseguiu um trabalho na Del Monte. Isso era no ano de 2004, ou seja, um momento em que a produção da Del Monte na Chapada do Apodi estava a todo vapor, as safras já estavam sendo programadas para abastecer o mercado internacional<sup>44</sup>, e nos anos seguintes as exportações só aumentaram. Ainda em 2004, a produção de abacaxi no Ceará chamava a atenção da imprensa nacional que cobria o assunto economia, pois do abacaxi havia alcançado um crescimento de impressionantes 114% no estado<sup>45</sup>. É importante destacar que essa forma polida e elogiosa de noticiar os números do agronegócio cearense

---

<sup>43</sup> Coquetel é a forma como é chamada a mistura de agrotóxicos feita por trabalhadores, como Vanderlei, responsáveis por preparar os produtos que eram jogados nas plantações.

<sup>44</sup> Ver: [diariodonordeste.verdesmares.com.br/região/lançada-primeira-safra-de-abacaxi-para-exportacao-1.359171](http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/região/lançada-primeira-safra-de-abacaxi-para-exportacao-1.359171)

<sup>45</sup> Disponível em: [www.1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1409200438.htm](http://www.1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1409200438.htm)

é feita pela imprensa hegemônica, a qual ajuda a corroborar uma imagem inquestionável sobre o setor.

Com níveis tão impressionantes de produção, era óbvio que a demanda por mão de obra na região era elevada. A Del Monte gerava muitos empregos na região. Gerlene lembra que nesse período muitas pessoas de Limoeiro trabalhavam nas fazendas da empresa, havia transporte para levá-los pela manhã. “Quando ele trabalhava lá era cheio de ônibus levando aí os funcionários” (Silva, 2022).

Segundo Leandro Vieira Calcante, a Del Monte é uma empresa multinacional de capital estadunidense, atualmente com sede em George Town, na Ilhas Cayman, importe de paraíso fiscal caribenho, e com o escritório executivo localizado em Coral Gables, na Flórida. Foi fundada em San Francisco, Califórnia, em 1886. “Destaca-se como produtora e distribuidora de frutas e legumes, sendo uma das maiores corporações mundiais a atuar na produção e comercialização de frutas, com fazendas, fábricas e escritórios em todos os continentes”. (Cavalcante, 2010, p. 165).

A Del Monte é uma empresa com atuação em todos os continentes, sua produção destaca-se principalmente na Ásia e América Latina. No Ceará, a empresa tem um escritório na avenida Desembargador Moreira, de onde comanda as atividades de suas unidades de produção distribuídas por municípios do Baixo Jaguaribe e do Rio Grande do Norte. Em documento anexado ao processo judicial movido contra a empresa, em 2012, consta que a Del Monte possuía mais de 15 fazendas entre cidades do Ceará e Rio Grande do Norte, onde produzia majoritariamente abacaxi e banana, mas também melão e melancia para a exportação.

Nas cidades de Quixeré e Limoeiro do Norte, a empresa é bastante conhecida. A sua instalação na Chapada do Apodi e o sucesso de produção, ao longo dos anos 2000, gerou centenas de trabalhos. Vanderlei, Mundinho e Eudinho eram uns dos trabalhadores que seis dias por semana subiam a Chapada para trabalhar na Del Monte. Mundinho e Eudinho na produção, na colheita de bananas; Vanderlei, em contato direto com agrotóxicos, pois sua função era armazenar e misturar as caldas tóxicas.

Inicialmente, a geração de empregos, promovida pela Del Monte e outros grupos empresariais, instalados na Chapada do Apodi, foi vista com bons olhos pela população. A verdade é que até hoje a atuação das empresas divide opiniões até mesmo entre a os moradores da região. Ter um emprego, com carteira assinada, acesso à legislação trabalhistas são direitos básicos que muitos na região só conheceram com a chegada dessas grandes empresas, como foi o caso de Raimundo Santiago, que teve a carteira de

trabalho assinada por primeira vez na Del Monte, aos 40 anos, como lembrou Lena Gomes, sua companheira.

O pessoal botava na cabeça dele, porque nunca trabalhou de carteira assinada, o lugar era carteira assinada. Ele foi mais por influência, porque ele nunca tinha trabalhado de carteira assinada (...). Aí, o pessoal botaram na cabeça dele pra ir trabalhar em firma, que era bom, mas aí durou pouco. (Gomes, 2022).

No entanto, pequenos camponeses, pessoas que moravam mais próximo às propriedades das empresas na Chapada do Apodi, a atuação dos movimentos sociais, a repercussão nacional da morte de Vanderlei fizeram com que parte da população atentasse para um outro lado da moeda. Sobre o período em que Vanderlei trabalhou na produção de abacaxis, Gerlene diz:

Na época a empresa fazia abacaxis. Era tanto que ele cansou de trazer os abacaxis bem grandes pra cá, as bichona desse tamanho. Até hoje quando a gente procura frutas e verduras a gente não procura os bem grande, todos tem agrotóxicos. Mas desde esse tempo para cá, que eu não compro mais coisa exagerada, grandona, pra mim, ave Maria, nam, num gosto não. (Silva, 2022).

É interessante, quando Gerlene diz que tem receio de comprar frutas e verduras grandes, “bonitas” e vistosas, pois isso seria um indicativo de que aquele produto foi feito com agrotóxicos, ou seja, o próprio aspecto dos alimentos serve como um alerta de que ele é prejudicial à saúde. Isso é uma consciência que Gerlene obteve, após tudo o que aconteceu com Vanderlei. Nesse sentido, é possível dizer que esse mesmo entendimento está presente no entendimento dos pequenos produtores rurais e no vocabulário dos movimentos sociais na região do Vale do Jaguaribe, conforme observei em diversas falas ao longo dos trabalhos de campo.

Sobre o adoecimento de Vanderlei, Gerlene lembra que inicialmente ele começou a sentir muitas náuseas ao chegar do trabalho e constante falta de apetite, e por isso, já não estava mais levando almoço para o trabalho. Depois, Vanderlei pareceu com rachaduras nos lábios e nos dedos, olhos amarelados. No início, os médicos de Limoeiro disseram que ele tinha contraído hepatite. Gerlene conta que o jeito calado de Vanderlei fez com que ele passasse algum tempo sem dizer que estava se sentindo mal, e ele acabou não procurando ajuda médica de uma forma mais imediata.

Mas os danos causados à saúde da população e ao meio ambiente eram apenas um dos problemas gerados pela atuação da Del Monte e outras empresas. Em 2008 e 2012, os trabalhadores da Del Monte deflagraram greve. Dentre as reivindicações em 2012, os

trabalhadores apontavam para o descumprimento de leis trabalhistas e assédio moral por parte da empresa.

- ✓ Não pagamento das horas *in itinere*s, como foi explicitado anteriormente;
- ✓ Assédio Moral, onde a empresa faz imposição de metas de trabalho que ultrapassam a nossa capacidade operacional;
- ✓ Imposição abusiva de horas extras, desrespeitando as leis trabalhistas, mas, sobretudo, desrespeitando o tempo que nós deveríamos ter para descanso e estar com a família;
- ✓ Não pagamento de insalubridade para trabalhadores que estão expostos ao veneno;
- ✓ Não fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e Equipamentos de Trabalho;
- ✓ Intimidações criadas pela própria empresa equipando os fiscais com facões, de forma desnecessária;
- ✓ Desrespeito e constrangimento do trabalhador, quando são criadas situações injustas de advertências e suspensões, descontadas em nossos já pequenos salários<sup>46</sup>.

Os trechos acima fazem parte das reivindicações dos trabalhadores/as da Del Monte, presentes no folder de divulgação da greve de 2012. Aqui é possível perceber a insatisfação frente aos diversos abusos que constantemente eram praticados dentro da empresa. É comum nas falas de quem já trabalhou nas firmas da Chapada do Apodi as reclamações, em relação às pessoas que ocupavam cargos de gerenciamento, nos quais praticavam uma vigilância abusiva e constrangedora, em relação àquele/as que realizavam serviços mais subalternos. Muitos se queixam dessa marcação cerrada pela produtividade que vinha carregada de abuso de autoridade.

Outra reivindicação que chama atenção é a exigência do pagamento pelo grau de insalubridade dos trabalhos que tinham contato direto com agrotóxicos. Isso demonstra que os trabalhadores/as, juntamente com a população local e os movimentos sociais, começaram a entender melhor quais os riscos o uso de veneno poderiam provocar a saúde dos trabalhadores/as.

No acervo da Cáritas de Limoeiro do Norte, tive contato com uma documentação sobre a greve de 2012. Tratava-se de processos judiciais movidos por trabalhadores/as da Del Monte, com o auxílio da Defensoria Pública do Ceará. Nos processos também constam que, segundo os trabalhadores/as, a Del Monte estava proibindo médicos de fornecer atestado médicos, como mostra um pedido de apuração de fatos da RENAP (Rede Nacional de Advogados e Advogas Populares):

---

<sup>46</sup> Acervo Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte.

(...) uma das reivindicações postas pelos trabalhadores se refere às atitudes da região do Vale do Jaguaribe, em relação à expedição de atestados médicos para funcionários da referida empresa.

Segundo os trabalhadores, os médicos da região foram proibidos pela Del Monte de fornecer atestado médico aos trabalhadores dela. Além da orientação aos médicos, em caso de apresentação do documento (atestado) aos responsáveis por seu recebimento, ele não é aceito, causando diversos constrangimentos e violações ao trabalhador, como o desconto salarial dos dias em que se faltou.

A greve de 2012 desgastou bastante a imagem da Del Monte na região. A insatisfação dos trabalhadores juntou-se ao grito dos movimentos sociais, que tentava demonstrar a relação da empresa nos conflitos pela água, pela terra. A greve, o uso intensivo de agrotóxicos, a morte de Vanderlei, que se tornou um dos primeiros casos em que era possível estabelecer uma clara relação ente o adoecimento e a atividade laboral exercida na empresa, foram motivos para que a população elaborasse contrapartidas, em relação ao discurso do desenvolvimento econômico e da geração de empregos.

Além disso, a articulação dos movimentos sociais junto com grupos de cientistas, advogados, jornalistas fizeram com que as reivindicações contra o uso de agrotóxicos na Chapada do Apodi e as pautas trabalhistas ganhassem destaque na imprensa local, estadual e nacional<sup>47</sup>. A Del Monte ficou conhecida como uma empresa que não cumpria os direitos trabalhistas e submetia seus trabalhadores/as a graus elevados de insegurança e insalubridade.

Tudo isso deu início ao embate jurídico entre trabalhadores/as e empresa. Diversos trabalhadores/as moveram processos judiciais contra a Del Monte, contribuindo para o seu desgaste. Diferente da sua primeira década de atuação no Baixo Jaguaribe, a segunda já não era tão produtiva e lucrativa. Hoje, a atuação da Del Monte no Baixo Jaguaribe é bem menos expressiva do que já foi no passado. O que não impediu que o agronegócio, referente a outros setores, continuasse avançando na região, como é o caso da cidade de Tabuleiro do Norte e a produção algodoeira<sup>48</sup>.

A batalha judicial não é uma exclusividade dos trabalhadores/as. Esta é inclusive uma das questões que mais gera apelo em relação às viúvas do agrotóxico. Todas as mulheres que entrevistei procuraram a justiça do trabalho. Muitas acabaram conseguindo indenizações por conta da morte repentina de seus companheiros. No caso de Gerlene

---

<sup>47</sup> Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/trabalhadores-preocupados-com-uso-de-agrotoxico-1.657179>

<sup>48</sup> Disponível em: <https://marcozero.org/faltaaguasobraveneno/project/tabuleiro-em-disputa/>

Silva, viúva de Vanderlei Matos, ela abriu um processo contra a própria Del Monte, mas até hoje a empresa não cumpriu aquilo que a justiça determinou ser o direito de Gerlene.

### **3.2 Agrotóxicos, trabalho e adoecimento, morte e luto nas narrativas de Evelize Silva Costa**

Seu avião derrama a chuva de veneno,  
Na plantação e causa a náusea violenta,  
E a intoxicação, né, adultos e pequenos.  
Na mãe que contamina o filho que amamenta  
Provoca aborto e suicídio, o inseticida.  
Mas na mansão o fato não sensibiliza.  
Vocês já não tão nem aí com aquelas vidas.  
Vejam como é que o ogrobis desumaniza.

Chico César (2015)

O agronegócio pode ser definido como a implementação do capitalismo no campo, ou seja, trata-se de uma indústria. Neste sistema, o uso da terra, da água e dos produtos cultivados não estão atrelados à qualidade de vida, nem aos direitos sociais e ambientais das populações. O objetivo maior do agronegócio é investir numa produção que gere lucros cada vez mais altos. Nesse sentido, para que se atinjam os níveis satisfatórios, na maioria das vezes exorbitantes, de lucros, é preciso inibir todos os empecilhos que possam vir a comprometer os cultivos. Nesse caso, a aceleração da produção significa mais lucros e aqui entra uma das grandes questões do agronegócio: o uso de agrotóxicos, os quais são utilizadas para o combate de “pragas” e o aumento da produtividade. Desse modo, a ligação entre agronegócio e o uso de agrotóxicos é intrínseca.<sup>49</sup>

Na perspectiva de discutir as contradições do agronegócio, este trabalho quer apresentar e problematizar camadas de seus efeitos e reverberações. Nesse sentido, o uso intensivo e, muitas vezes, indiscriminado de agrotóxicos constitui um dos pilares da reflexão, sobretudo no que se refere aos grupos sociais que trabalham ou vivem em contato direto com essas substâncias.

Para analisar a ligação entre agronegócio e o uso de agrotóxicos, observaram-se os dados. Nas últimas décadas, o agronegócio se firmou como uma realidade nos campos brasileiros, principalmente a partir da monocultura da soja, do milho e a fruticultura para a exportação. Atrelado a isso, em 2008, o Brasil passou a ser o maior consumidor de

---

<sup>49</sup>Disponível em: <https://mst.org.br/2020/11/12/agro-e-toxico-somos-o-pais-que-mais-consome-agrotoxicos-no-planeta/>



agrotóxicos do mundo<sup>50</sup>. No entanto, esses dados não devem ser pensados apenas com a chave do desenvolvimento econômico, que é a maneira como a narrativa hegemônica do agronegócio os impõe. O uso intensivo, muitas vezes indiscriminado de agrotóxicos, produz uma série de contrapartidas que precisam ser pensadas, como por exemplo, a demanda por novos trabalhos e o descarte adequado das embalagens de produtos químicos.

O trabalho que demanda contato direto com agrotóxicos expõe os/as trabalhadores/as a níveis consideráveis de vulnerabilidade e de precariedade. É possível afirmar que há uma preocupação por parte das empresas do agronegócio em promover a qualificação para o manuseio de produtos químicos? O/a trabalhador/a sempre está ciente dos perigos desse contato direto? Como é o uso dos equipamentos de proteção individual? Além disso, diante de tanto desenvolvimento, é preciso pensar: quais os impactos que este modelo de desenvolvimento gera para saúde, qualidade do solo, dos alimentos e de vida das populações? E para aqueles que trabalham em contato direto com essas substâncias? Como afeta suas famílias?

Ao existir um discurso hegemônico acerca do agronegócio, que o coloca como sinônimo de desenvolvimento, progresso, oportunidades, a vida das pessoas que são diariamente afetadas por este modelo de desenvolvimento econômico é diminuída, ou pelo menos, é posta como uma questão menor. O agronegócio pode até ser um setor importante da economia brasileira que movimenta milhões e milhões de dólares, mas também é um modelo de produção que destrói, não apenas o meio ambiente, mas também vidas e famílias. De que forma o reconhecimento dos danos causados pelo agronegócio poderia repensar este modelo produtivo, de uma maneira que a vida fosse respeitada, sobretudo, a vida de agricultores, de seus filhos, de familiares? Por que não há um luto coletivo em relação a essas vidas, de uma forma unânime, e não apenas pelos movimentos sociais? O reconhecimento do luto, do trauma causado seria o mínimo. O que se poderia fazer para não ter mais esses casos? Isto passa por uma humanização das pessoas afetadas? Implica o valor da vida de pessoas específicas? Seria necessária somente uma política que proíba agrotóxicos ou também passe por uma redefinição de valores, de simples respeito pela vida e pela vida de trabalhadores rurais, de pessoas pobres, que tiram da terra o seu sustento?

---

<sup>50</sup>Disponível em: <https://observatorio-eco.jusbrasil.com.br/noticias/2548118/brasil-e-o-maior-consumidor-de-agrotoxicos-do-mundo>

Aqui cabe retomar a ideia de Necropolítica, cunhada pelo filósofo camaronês Achille Mbembe. Partindo das elaborações de Michel Foucault sobre biopolítica e biopoder, ou seja, como as formas modernas de controle dá ao soberano o poder para decidir sobre a vida e a morte dos indivíduos, conectando-as às noções de soberania e estado de exceção. O ponto central de Mbembe é analisar como esse poder evoluiu para uma política de destruição material de coletividades consideradas “menos humanas”. “Minha preocupação é com aquelas formas de soberania, cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (Mbembe, 2018, p. 11).

Nesse sentido, a Necropolítica de Achille Mbembe é uma noção indispensável para compreender como as formas contemporâneas de exercer poder, e não só o poder de estado, combinam disciplina (racionalização) e biopolítica (controle sobre a vida), para sistematizar políticas da morte (necropolítica) e decidir quais populações têm o direito à vida, em detrimento daquelas consideradas descartáveis e que, portanto, devem morrer. Dessa forma, usando o referencial teórico mobilizado por Mbembe, é possível afirmar que os grupos que produzem narrativas hegemônicas sobre o agronegócio brasileiro, como os parlamentares que facilitam a circulação de agrotóxicos no país, empresários que lucram com o adoecimento das populações e fazendeiros que pagam para assassinar ambientalistas, exercem as práticas da necropolítica.

Nesse sentido, este trabalho propõe problematizar as narrativas hegemônicas sobre o agronegócio. O esforço aqui é de pensar as contradições de um modelo produtivo que se coloca como o sustentáculo da economia brasileira. Ao se colocar a serviço dos interesses das elites políticas e econômicas, o agronegócio evidencia a sua perversa indiferença pela vida e pelo meio ambiente. O trabalho quer pensar quais grupos, quais subjetividades permitem pensar uma contranarrativa ao agronegócio? Quem são as mulheres do agronegócio? Empresárias? Empreendedoras? Trabalhadoras rurais?

Nesse sentido, o capítulo apresentado pensa acerca das narrativas de mulheres viúvas, que perderam seus companheiros em decorrência do contato que estes tinham com agrotóxicos no local de trabalho. O objetivo foi problematizar os discursos hegemônicos que apontam o agronegócio como um setor indispensável para a economia brasileira, firmando-o como sinônimo de modernização e progresso. Para isso, interessa pensar, no primeiro capítulo, a partir das narrativas de viúvas e suas subjetividades. Nos próximos capítulos pretendeu-se debater como as dimensões do trabalho, as visões de mundo, os

conflitos de interesse, são colocados e manipulados pelo discurso hegemônico do agronegócio.

Este tópico objetiva apresentar e pensar questões a partir da entrevista com Evelize Silva Costa, viúva de Francisco Rafael da Silva. É importante destacar que Evelize, além de ser a viúva, também trabalhava com seu companheiro numa empresa de médio porte, realizando trabalhos semelhantes. Evelize reside na comunidade Canafistula de Baixo, distante uns 15 quilômetros de Limoeiro do Norte. Após alguns contratempos para conseguir condução do centro da cidade para Canafistula, e um pouco depois da hora combinada, finalmente cheguei à casa de Evelize. Ela mesma me recebeu, no alpendre da casa, cercada por animais. Havia duas cadeiras nos esperando. Me sentei, tentei explicar, agora “entre vistas”, de forma objetiva, o que me levava até sua casa, e ali, ao som do cacarejo das galinhas e aos berros das cabras, começamos a nossa conversa.

Evelize, embora tenha sido a primeira pessoa com quem entrei em contato, seria a terceira viúva a ser entrevistada, de modo que eu já havia conversado com outras duas. Ao chegar à sua casa, depois de todos os contratempos daquele dia, confesso, não estava tão entusiasmada como na primeira entrevista, do dia anterior. Mas uma surpresa me esperava: Evelize não só abriria as portas de sua casa para uma estranha, alguém que vinha não sei lá de onde, da universidade, interessada em sua vida, no caminho de volta para Limoeiro, eu senti que, na verdade, ela havia aberto as portas de seu coração.

Tive a sensação de que ela precisava mesmo dizer tudo que me disse. Lembrei contente e orgulhosa que, durante a entrevista, eu não olhava muito para o roteiro de perguntas que estava em minhas mãos. Em certos instantes, eu esqueci que estava fazendo uma entrevista para um trabalho acadêmico. Eu não precisava fazer perguntas. Evelize, espontaneamente narrava o trabalho, a felicidade, a doença, o desespero, a dor, a falta de ar, a morte; falava até mais do que eu seria capaz de indagar. E assim, por duas horas, que eu só soube, depois que olhei no gravador, ela contou. E eu, cada vez mais interessada, a ouvi, a observei. Fiquei empolgada com a entrevista de Evelize, pois parecia que o trabalho com a história oral tinha acabado de começar.

Evelize Silva é uma mulher jovem, mãe de dois filhos, trabalhadora. Antes de conhecer Francisco Rafael, havia sido casada com o pai de seus dois meninos. O primeiro casamento não foi uma boa experiência: o homem era caminhoneiro, passava dias fora de casa, e em pouco tempo, a abandonou com dois filhos pequenos. Para conseguir sustentar os meninos, não havia outro jeito: era preciso deixá-los com a avó ou na casa das tias, e sair para trabalhar. Perto de onde morava, Evelize começou a trabalhar no cultivo de

frutas, numa propriedade de médio porte pertencente a uma família do Estado do Rio Grande do Norte. Foi no trabalho e nos espaços de sociabilidade da comunidade que ela conheceu Rafael, ambos frequentavam os torneios domingueiros de futebol, formados pelos trabalhadores das empresas, e um mesmo bar que havia por perto.

Evelize conta como sua vida ficou difícil, após o término com o primeiro marido. Suas responsabilidades haviam dobrado. Cuidar de dois filhos pequenos, sendo ela a única pessoa para sustentar as despesas mensais. Mas, com a ajuda da mãe e de familiares próximos, ela foi levando a vida. No entanto, ao falar do casamento frustrado, percebi, pelo ritmo da fala, pelo movimento dos olhos, pelas expressões faciais, que suas mágoas não eram apenas pela dificuldade financeira de manter sozinha uma casa. Ela era adulta saberia se recompor. Mas, e os meninos? Ela não conseguia entender como seu marido, pai dos meninos havia ido embora, como ele pôde abandonar os dois filhos. Ela se perguntava. A dor de ser largada, de não saber explicar o porquê, debilitou sobremaneira sua saúde. O fim do casamento lhe trouxe demandas muito pesadas; não tinha muito ânimo para sair, se divertir. Ela acabou desenvolvendo uma depressão. Foi a necessidade de trabalhar e criar os filhos, além do uso de remédios, que a mantiveram firme para continuar a vida.

Evelize conta como foi seu primeiro contato mais próximo com Francisco Rafael, para além do trabalho. Viram-se no torneio de futebol que acontecia aos domingos. Rafael era um dos jogadores dos times formados pelos trabalhadores da empresa, onde trabalhava. À medida que os gols iam sendo marcados, a torcida fazia a festa. Naquele dia, vendo Evelize animada na plateia, junto com algumas amigas no momento de descontração, Rafael veio correndo em sua direção e disse que faria um gol para ela. “O próximo gol eu vou fazer pra você, morena”, lembra Evelize. Evelize, com um sorriso de quem retorna a uma lembrança boa, recorda: “Ele acabou fazendo o gol mesmo”. Depois do jogo, o homem, de porte atlético, acaba fazendo mais uma investida: lhe oferece uma bebida, e os dois acabam se conhecendo melhor naquele domingo. Pouco tempo depois, Rafael, mesmo sem saber direito onde morava Evelize, apareceu no portão de sua casa, na esperança de vê-la novamente. Assim começa o que ela mesma classificou como os melhores anos de sua vida.

Francisco Rafael, nasceu no município de Jaguaruana, uma das cidades que compõem a região do Baixo Jaguaribe. Lá o rapaz nunca teve muitas oportunidades de emprego e, através de um irmão, foi para Limoeiro do Norte trabalhar em um lote que cultivava frutas. O emprego era bom, Rafael ganhava numa semana aquilo que passava

um mês para conseguir trabalhando em Jaguaruana. Em Limoeiro, Rafael trabalhou em alguns lotes diferentes, mas sempre realizando os mesmos tipos de trabalho na agricultura, seja no plantio, na colheita, na irrigação, na adubação ou até mesmo na pulverização. No último emprego, juntamente com Evelize, Rafael trabalhou numa empresa de médio porte, chamada Seivas, cujos proprietários faziam parte de uma mesma família do Rio Grande do Norte.

Nesta empresa, Rafael era o responsável geral pelo lote. Era encarregado de fazer todos os serviços, desde o plantio até à colheita, além de ser o homem de confiança dos proprietários. Aos domingos, por exemplo, o número de trabalhadores era reduzido e Rafael e Evelize eram os primeiros a chegar e os últimos a sair do lote, pois era o dia em que os compradores das frutas iam até ao lote buscar as mercadorias. De lá, eles iam para diversos lugares, para Fortaleza ou para fábricas que produziam algum tipo de produto a partir das frutas, como por exemplo, doces ou polpas.

Neste lote, que foi seu último serviço. Rafael trabalhava com a carteira assinada, enquanto Evelize era temporária. Mas durante seis anos, os dois trabalharam juntos, fazendo todos os tipos de atividade na agricultura: “plantando tudo o que tinha para plantar”, como diz Evelize. Ela recorda especificamente da temporada de goiabas, no período em que elas ainda estavam novinhas, em que havia o trabalho de observá-las, pois, às vezes, dava uma espécie de besouro na plantação. Então, era preciso avisar ao proprietário para que ele consultasse o agrônomo, e este analisaria qual o tipo de veneno deveria ser aplicado. É interessante que ela mesmo classificou os produtos utilizados de veneno. Dentre todos os tipos de trabalho, Evelize fazia de tudo. O único que não conseguia era a pulverização, pois o cheiro concentrado lhe causava fortes dores de cabeça. Ao falar sobre os produtos utilizados para o controle de pragas nas plantações, Evelize deixa evidente uma certa noção dos perigos que eles poderiam oferecer. Primeiro, por conta da forma como ela os classificou: veneno. Segundo, porque ela mesma se recusava a exercer funções que tivessem proximidade com as substâncias, pois o mínimo era prejudicial a sua saúde. O que Evelize nunca chegou a pensar é que o trabalho com este tipo de veneno poderia custar a vida de seu companheiro.

Figura 3- Homem pulverizando manualmente uma plantação de bananas



Fonte: Reporter Brasil (2013)<sup>51</sup>.

A pulverização que Rafael realizava, junto com outros trabalhadores, era a manual, ou seja, era preciso colocar uma bomba nas costas e, através de uma mangueira, iam despejando o veneno ao longo da plantação, como mostra a figura 3. É importante destacar que este tipo de atividade é muito perigosa para o aplicador, pois ela promove um contato direto destes com os agrotóxicos. O trabalhador, além de inalar o odor, tem seu corpo respingado pelas substâncias. Quando perguntei a Evelize se Rafael usava equipamentos de segurança, ao realizar a atividade de pulverização, e se a empresa os oferecia, ela disse que sim, que, no último lugar em que ele trabalhou, o empregador fornecia o material de proteção individual, embora não tivesse ocorrido o mesmo nos outros dois lotes em que ele havia trabalhado anteriormente. Mesmo assim, ela conta que Rafael não gostava muito de usá-los, de colocar uma roupa especial para fazer a aplicação dos agrotóxicos, pois achava muito custoso vesti-las, apenas para o rápido momento da pulverização.

Este aspecto me fez pensar que a discussão sobre os equipamentos de segurança sempre está associada a questão de até onde o empregador os oferece ou não, mas talvez este não seja o ponto crucial, até porque as leis trabalhistas já os obrigam a fornecê-los. O que passa despercebido acerca destes materiais é o entendimento da sua efetiva serventia, por parte dos empregados. É possível questionar se um trabalhador, que exerce atividade com diferentes graus de periculosidade no seu local de trabalho, está sempre ciente dos perigos que o cerca, principalmente quando não se trata de uma ameaça assim

---

<sup>51</sup> Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2013/09/monocultivo-e-veneno-ameacam-chapada-do-apodi-rn/>

tão material, que talvez cause problemas a longo prazo, como o contato com substâncias tóxicas. Sobre este ponto é importante destacar que os equipamentos de segurança quase sempre são uma imposição, um desconforto para o corpo, que provavelmente são evitados pelo trabalhador. Ainda que sejam fornecidos, a questão maior talvez seja como esses trabalhadores sabem ou não acerca dos riscos que correm. Esta discussão permite lembrar os soldados de Tchernobil, que, após meses na zona radioativa, se acostumaram com a aparente normalidade do local e simplesmente pararam de usar os equipamentos de segurança<sup>52</sup>.

Além disso, no Almanaque do Baixo Jaguaribe, elaborado pelo núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (TRAMAS)<sup>53</sup>, ligado ao programa de Saúde Comunitária da Universidade Federal do Ceará, é possível questionar como é feito o chamado “uso seguro de agrotóxicos”. O almanaque traz uma série de conteúdos ilustrados e de fácil linguagem, tendo por objetivo alertar a população e a sociedade como um todo sobre os impactos do uso de agrotóxicos, no meio ambiente e na saúde dos moradores da região do Baixo Jaguaribe. Sobre o uso seguro dos agrotóxicos e a utilização de EPIs, traz o almanaque:

O uso de venenos contamina o solo, a água e o ar. E mesmo os pequenos produtores fazendo uso de agrotóxicos, a escala desse uso não se compara com a que é praticada pelas empresas de fruticultura na região, nem o uso de EPIs elimina os riscos do contato com os venenos<sup>54</sup>.

Neste ponto, o almanaque quer chamar atenção para o mito do discurso acionado por certos empregadores de que é possível fazer um uso seguro de agrotóxicos. Atrelado a isso, as grandes empresas afirmam que os pequenos produtores são os responsáveis por fazer um mau uso das substâncias, pois estes ignoram a utilização dos equipamentos de segurança. No entanto, facilmente é possível desmascarar esta falácia. Em primeiro lugar, porque a quantidade de veneno utilizada pelos pequenos e médios produtores não se compara com aquela usada pelas grandes empresas; em segundo lugar, porque, no caso do uso de agrotóxicos, portar os equipamentos de segurança não garante a proteção da integridade física do/a trabalhador/a.

---

<sup>52</sup> ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **Vozes de Tchernóbil**. 1 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

<sup>53</sup> Núcleo ligado à Universidade Federal do Ceará, tendo como foco as relações entre Produção, Trabalho, Ambiente e Saúde, abordadas numa perspectiva crítica. Integrando professores, estudantes e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, o objetivo é promover ações de ensino-aprendizado e produzir conhecimento, a partir da relação Universidade-Sociedade.

<sup>54</sup> UFC. Almanaque do Baixo Jaguaribe ou tramas para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade. Núcleo Tramas. Fortaleza: 2012. 160p.

Os malefícios do uso de agrotóxicos não se restringem ao momento da aplicação, muito menos ao/a trabalhador/a que tem contato direto, ainda que esse/a possa vir a ser o/a mais prejudicado/a. O veneno chega à população pelo vento, pela contaminação do solo, da água, e até mesmo pela quantidade que é retida nos produtos que chega à mesa das pessoas. Nesse sentido, quando se trata do uso de agrotóxicos, é incorreto, e até mesmo criminoso, falar em uso seguro.

Além disso, é importante destacar a finalidade do uso de agrotóxicos. Os agrotóxicos mais utilizados no Brasil são agrupados em três grandes tipologias, são elas: fungicidas, inseticidas e herbicidas. Dentro da agricultura eles são utilizados para controlar reações naturais de insetos ou de outras espécies que podem ameaçar a produção agrícola. Ademais, no que diz respeito ao grau de toxicidade, segundo uma reformulação feita em 2019, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), eles são classificados em classe e grau de toxicidade. Classe I, extremamente tóxico, faixa vermelha; classe II, altamente tóxico, faixa vermelha, Classe III, moderadamente tóxico, faixa amarela; classe IV, pouco tóxico, faixa verde.<sup>55</sup>

Dito isso, para além dos comprovados malefícios que os agrotóxicos causam à saúde humana, quero chamar atenção para o desequilíbrio ambiental que eles podem ocasionar, o que em boa medida tem a ver com o assunto do “uso seguro de agrotóxico”. A bióloga estadunidense Rachael Carson, ainda nos anos 1950 e 1960, chamou atenção de forma pioneira para os problemas ocasionados pela intervenção humana aos agentes e espécies que atuam naturalmente na natureza.

(...) O ataque de nossos produtos químicos está enfraquecendo as defesas internas do próprio meio ambiente, defesas projetadas para manter as várias espécies sob controle. Cada vez que rompemos essas defesas, uma horda de insetos se lança para dentro desse meio. (...) Por sua própria natureza, os controles químicos se voltam contra si mesmos, pois vêm sendo concebidos e aplicados sem levar em conta os complexos sistemas biológicos contra os quais vêm sendo cegamente lançados. Os produtos químicos podem ter sido testados previamente contra algumas espécies individuais, mas não contra comunidades vivas. (...) O equilíbrio da natureza não é um status quo; é fluido, em perpétua mudança, em constante estado de ajuste. O ser humano também é parte desse equilíbrio. Às vezes o equilíbrio perde a seu favor; outras vezes — muitas vezes em decorrência de suas próprias atividades —, ele perde para o lado contrário ao seu. (Carson, 2010)

---

<sup>55</sup>Disponível em: [http://antigo.anvisa.gov.br/resultado-debusca?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column1&p\\_p\\_col\\_count=1&\\_101\\_struts\\_action=%2Fasset\\_publisher%2Fview\\_content&\\_101\\_assetEntryId=5578706&\\_101\\_type=content&\\_101\\_groupId=219201&\\_101\\_urlTitle=publicada-reclassificacao-toxicologica-de-agrotoxicos-&inheritRedirect=true](http://antigo.anvisa.gov.br/resultado-debusca?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&p_p_col_id=column1&p_p_col_count=1&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=5578706&_101_type=content&_101_groupId=219201&_101_urlTitle=publicada-reclassificacao-toxicologica-de-agrotoxicos-&inheritRedirect=true)



O ser humano, na sua ânsia por inventar valores sociais, culturais, políticos, econômicos, parece esquecer que divide a natureza, o planeta, com milhares de outras espécies. A crença numa suposta superioridade humana pode ser exatamente aquilo que talvez o leve a mais irracional derrocada. Este é o cerne da crise climática e ambiental, pela qual a humanidade passa atualmente. Há anos, décadas que cientistas, ativistas, artistas chamam atenção para a ineficácia de um sistema econômico de exploração irresponsável dos recursos naturais do planeta, o qual faz correr riscos ambientais sem precedentes na história.

Nesse sentido, nos trechos supracitados, Carson também ajuda a desmascarar o discurso de desenvolvimento, progresso, modernização, de um modo de produção indiferente as demandas naturais do planeta. O que vale no agronegócio é o lucro, acima de tudo, acima de todos. Além disso, a bióloga contribui para o exercício político de desmontar a falácia por trás do discurso do uso seguro de agrotóxicos, haja vista a impossibilidade de um uso seguro de substâncias que são feitas para alterar as manifestações e os ciclos naturais do meio ambiente. A finalidade do uso de agrotóxicos é, portanto, a causa direta de um desequilíbrio ambiental, que aparentemente não faz mal, mas que o tempo será implacável em mostrar seus efeitos.

Ainda sobre a utilização de agrotóxicos, é importante chamar atenção para a prática da pulverização aérea, um drama vivido a bastante tempo pela sociedade civil das cidades e comunidades de Quixeré e Limoeiro do Norte. A pulverização aérea é a chamada chuva de veneno. A prática consiste na utilização de aviões que sobrevoam as plantações jogando as substâncias tóxicas, como mostra a figura 4.

Figura 4 – Pulverização aérea



Fonte: Repórter Brasil (2019)<sup>56</sup>.

É importante ressaltar que todos os impactos causados pelo uso de agrotóxicos são intensificados, quando o assunto é a pulverização aérea. A contaminação da água, do solo, do ar se apresenta de uma maneira muito mais acentuada. Estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) evidenciam que, apesar da aplicação ocorrer em condições consideradas ideais e com total controle sobre os fatores como temperatura, calibração e ventos, ocorre o que se denomina de uma “deriva técnica”. Este termo corresponde à quantidade de produto que não atinge o alvo principal, que no caso, seriam as plantações. Segundo os autores da pesquisa, apenas 32% do veneno utilizado na pulverização permanecem nas plantas. O restante vai para o solo (49%) ou para as áreas circunvizinhas através do ar (19%) (Rigotto, 2011).

Estudos feitos demonstram que há contaminação da água na Chapada do Apodi, inclusive do aquífero Jandaíra; a pulverização aérea não distingue o que é plantação das empresas das comunidades vizinhas, espalhando poluição e doenças por toda a região. O uso de venenos contamina o solo, a água e o ar<sup>57</sup>.

A prática da pulverização aérea é comprovadamente um dos motivos que fizeram com que as cidades do Baixo Jaguaribe apresentassem números alarmante em relação ao crescimento de doenças oncológicas e de outros problemas de saúde pública. Esse parecer técnico foi elaborado pela professora Raquel Rigotto e o médico Saulo da Silva Diógenes, ambos ligados ao grupo TRAMAS, e demonstrou a relação entre a pulverização aérea e o aparecimento de doenças na região.

a) Estudo Epidemiológico realizado na região do Baixo Jaguaribe/Ceará3 com apoio do CNPq identificou que, dos 545 trabalhadores examinados, 30,7% apresentaram quadro de intoxicação aguda por agrotóxicos, no momento do exame.

b) Efeitos crônicos: Tais efeitos, conforme demonstrado pela literatura científica, podem acometer o sistema nervoso, causando desde alterações neurocomportamentais a encefalopatias ou suicídios; o sistema respiratório, provocando de asma a fibrose pulmonar; ou hepatopatias tóxicas crônicas; obesidade, síndrome metabólica, síndrome dos ovários policísticos, diabetes tipo II, doença cardiovascular. São descritas ainda alterações na reprodução humana, como infertilidade masculina, abortamento, malformações congênitas, parto prematuro e recém-nascido de baixo peso, associadas aos

<sup>56</sup>Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/02/antes-do-ceara-8-municipios-ja-haviam-proibido-fumigacao-aerea-de-agrotoxicos/>

<sup>57</sup>UFC. Almanaque do Baixo Jaguaribe ou tramas para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade. **Núcleo Tramas**. Fortaleza: 2012. 160p.

efeitos de desregulação endócrina e imunogenéticas de alguns ingredientes ativos, além dos cânceres<sup>58</sup>.

Além disso, o parecer técnico apresenta uma pesquisa elaborada pelo Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR) da Universidade Federal do Ceará, que revelou o elevado grau de contaminação das águas de cidades do Baixo Jaguaribe.

Pesquisadores do LABOMAR-UFC fizeram o diagnóstico do risco de contaminação dos recursos hídricos, através dos princípios ativos dos agrotóxicos comercializados no Litoral de Aracati e Baixo Jaguaribe. O estudo identificou 198 princípios ativos: 48% com classes toxicológica I e II e mais de 60% com classificação ambiental I e II<sup>59</sup>.

A Associação Brasileira de Saúde Pública (ABRASCO)<sup>60</sup>, em um dossiê intitulado Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde, elaborado em 2012, analisou a situação de diversos lugares do Brasil, em que o uso intensivo de agrotóxicos estava chamando a atenção da comunidade científica, dentre eles estava a Chapada do Apodi, na qual tornou-se um lugar nacionalmente conhecido em relação à luta contra a pulverização aérea.

O monocultivo da banana na Chapada do Apodi, assim como em outras regiões, enfrenta o problema da Sigatoka-amarela, doença endêmica causada pelo fungo *Mycosphaerella musicola* Leach que, ao infectar as folhas, provoca sua morte prematura, ocasionando a diminuição do fruto e perdas de até 50% na produção. Na tentativa de controle da doença, a aplicação de fungicidas tem sido prática frequente das empresas nacionais e transnacionais instaladas na região, sendo a pulverização aérea o método considerado mais vantajoso pelos empresários no combate ao fungo. Considerando-se o total de 2.950 hectares destinados ao cultivo da banana, tem-se, aproximadamente, o lançamento de 73.750 litros de calda tóxica a cada pulverização. Como eram realizadas no mínimo seis pulverizações durante a quadra chuvosa, estima-se um lançamento anual de 442.500 litros de calda tóxica no meio ambiente. (Marinho; Carneiro; Almeida, 2011)<sup>61</sup>.

Os trechos acima fazem parte do dossiê ABRASCO, o qual, em consonância com outros estudos, como o já citado sobre a “deriva técnica”, demonstram os efeitos nefastos da prática da pulverização aérea. Os dados revelam uma quantidade alarmante de veneno

---

<sup>58</sup> UFC, Universidade Federal do Ceará. **Parecer técnico sobre pulverização aérea.** Faculdade de Medicina. Departamento de Saúde Comunitária. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Núcleo de Pesquisa Trabalho, Meio Ambiente e Saúde. Abrasco. Rio de Janeiro, 2012.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Fundada em 1979, a ABRASCO é uma organização de apoio ao ensino, pesquisa, cooperação e prestação de serviços no campo da saúde pública e saúde coletiva. Seu corpo social é formado por técnicos, profissionais, estudantes e professores da área, além de instituições de ensino, pesquisa e serviço.

<sup>61</sup> MARINHO; ALMEIDA; CANEIRO. - Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde Parte 2 - **Dossiê ABRASCO.** Agrotóxicos, saúde, ambiente e sustentabilidade. 140 p, 2011.

que é jogada sobre as comunidades, contaminando o meio ambiente e ameaçando a qualidade de vida das populações. Além disso, o dossiê traz um quadro evidenciando os ingredientes ativos utilizados na pulverização aérea.

A figura 5 deixa ainda mais nítidos os perigos nefastos existentes na prática da pulverização aérea, ao revelar quais os tipos de agrotóxicos são utilizados. De acordo com o grupo químico, a classe toxicológica e a classe ambiental, foram constatadas tipologias dos mais tóxicos agroquímicos, de acordo com as categorias oficiais de classificação.

Figura 5 – Ingredientes ativos utilizados na pulverização aérea na Chapada do Apodi e sua classificação toxicológica e ambiental

AGROTÓXICOS/ GRUPO QUÍMICO	CLASSE TOXICOLÓGICA	CLASSE AMBIENTAL
Difenoconazol / Triazol Score®	I - Extremamente Tóxico	II - Muito Perigoso e Altamente Persistente no Meio Ambiente
Epoxiconazol e Piraclostrobina / Triazol e Strobilurina Opera®	II - Muito Tóxico	II - Muito Perigoso e Altamente Persistente no Meio Ambiente
Piraclostrobina / Comet®	II - Muito Tóxico	II - Muito Perigoso e Altamente Persistente no Meio Ambiente

Fonte: MARINHO; CARNEIRO; ALMEIDA, 2011.

Fonte: Marinho; Carneiro; Almeida, 2011<sup>62</sup>.

Voltando à narrativa, Evelize lembra que o trabalho era puxado, todos os dias os dois saíam juntos para trabalhar. O dia começava antes mesmo do céu clarear. Aos domingos o trabalho também era intenso. Nestes dias, de todos os funcionários, apenas Rafael e Evelize trabalhavam. Era o dia em que o comprador vinha buscar os produtos, e assim eles selecionavam as frutas colhidas durante a semanas: as maduras, as verdes, as que deveriam ser mandadas para a fábrica de doces, de polpas e as que seguiriam para ser comercializadas na Ceasa.

<sup>62</sup> Idem

Ao narrar o trabalho puxado de domingo a domingo e sua relação com Rafael, Evelize deixa escapar mais do que seu carinho e amor pelo companheiro. Há em sua narrativa um sentimento de gratidão por aquele homem que mudara sua vida, que lhe mostrou a possibilidade de um casamento muito diferente do primeiro. Quando os dois se aproximaram, Evelize ainda estava sofrendo os impactos da separação. Rafael havia sido para seus filhos o pai que eles nunca tiveram, que lhe ajudou no momento mais difícil de sua vida. Entendi que a morte de Rafael significava para Evelize uma dor ainda maior do que a do abandono. Aquela doença arrebatadora, que levou Rafael em menos de 1 mês foi a grande tragédia de sua vida.

Ao recordar o trabalho e os momentos bons ao lado de Rafael, Evelize usa um recurso narrativo, presente nos relatos de outras viúvas que sentiram profundamente a morte de seus maridos. A exemplo das viúvas de Tchernobil, as frases “eu era feliz e não sabia” “como eu era feliz naqueles tempos” são recorrentes nas recordações de quem dá sentido ao passado por uma perspectiva positiva. A constatação do eu era feliz e não sabia é uma forma de narrar que só é possível a posteriori. A felicidade não era constatada naquele tempo, até porque naquele tempo ainda não sabiam que eram felizes. Trata-se, portanto, de uma forma de instituir um passado, atribuindo-lhe sentido e significado.

Mas as lembranças de Evelize não são apenas dos melhores anos de sua vida. As recordações acerca da doença são difíceis, não há como conter a emoção. Sobre a doença, Evelize diz: “foi um período muito rápido e muito difícil”. Rafael nunca havia sentido nada, nunca se queixava de nada. Ela lembra o dia, um sábado, dia de feira, Rafael não conseguiu ficar no trabalho. Veio para casa reclamando de uma dor nas costas. Em pouco tempo, começou a vomitar e o sague excretado deixou todos muito preocupados. No hospital da cidade, o médico diz que podia ser tuberculose, mas encaminhou alguns exames. No mesmo dia, eles ficam sabendo que podia ser uma doença muito mais grave do que poderiam imaginar. O médico aconselhou levá-lo para Fortaleza, e desta viagem Rafael nunca mais voltou.

Em Fortaleza, o diagnóstico é dado: Rafael tem um câncer muito agressivo no pulmão. Internado no hospital, mesmo sentindo-se fraco, constantes falta de ar e fortes dores, Rafael tinha muitas esperanças de ficar bom. Sentia saudade de casa, dos meninos, dos bichos, do trabalho.

É por isso que, armaria, tem hora que, tem dia assim que eu lembro dele demais. E quando eu olho pra esse meu menino mais pequeno, oh meu Deus,

até o jeito que ele sai do banheiro, que enrola toalha aqui na cintura é mesmo que tá vendo, o jeito que ele ensinou ele faz ainda, acredita? (Silva, 2022)<sup>63</sup>.

A narrativa de Evelize, mais uma vez, revela como a morte de Rafael representa um imenso vazio em sua vida. Lembra dos dias que passou ao seu lado no hospital, a agonia que ela sentia ao vê-lo se debater com falta de ar, as memórias daquele sofrimento são impossíveis de esquecer. Tem dias que ela perde o sono lembrado, mesmo depois de quase cinco anos de sua morte, de ter reconstruído, minimante, sua vida, de ter conseguido se interessar por outro homem. Ainda assim, num cantinho reservado do guarda-roupas, Evelize guarda o relógio, o cordão, algumas roupas e o par de alianças que os dois haviam comprado para o casamento que aconteceria em dezembro, mas não deu tempo. Rafael morreu em novembro, 21 dias depois de ter descoberto um câncer no pulmão.

Sobre o uso de agrotóxicos, ainda cabe apontar sobre a sua comercialização e as discussões jurídicas, em torno do seu uso e da prática da pulverização aérea. Devido aos comprovados perigos em torno dos agrotóxicos, existe toda uma legislação que regulariza a produção, o transporte, a compra, a venda, o manuseio e o descarte de embalagens. O descumprimento das normas pode ser enquadrado nas leis dos Crimes Ambientais (Lei 9605/1988) e dos Agrotóxicos (Lei 7.802/1989), e no Código Penal (artigos 334 e 334-A)<sup>64</sup>. Embora exista todo esse aparato legal, o número de agrotóxicos contrabandeados e falsificados só aumentaram ao longo dos anos, chegando a gerar apreensão entre aqueles que sabem dos riscos que isso representa para a vida e para o meio ambiente<sup>65</sup>.

Ademais, o Brasil ocupa lugares preocupantes quando o assunto é a utilização inadequada de agrotóxicos. Antes de serem registrados e liberados para a comercialização, são submetidos à avaliação agronômica, ambiental e toxicológica dos ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e da Saúde, por meio da ANVISA, a qual coordena as ações na área de toxicologia no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde, regulamentando, analisando, controlando e fiscalizando produtos e serviços que envolvam riscos à saúde – agrotóxicos, componentes e afins, além de outras substâncias químicas de interesse toxicológico. A ANVISA também

realiza a avaliação toxicológica para fins de registro dos agrotóxicos, a reavaliação de moléculas já registradas e normatiza e elabora regulamentos técnicos e monografias dos ingredientes ativos dos agrotóxicos. Além disso,

---

<sup>63</sup> Entrevista concedida em 04 de janeiro de 2022, em Limoeiro do Norte.

<sup>64</sup> Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/content/for%C3%A7a-dos-agrot%C3%B3xicos-legais-e-ilegais-no-brasil>

<sup>65</sup> idem

coordena o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos nos Alimentos (PARA) e a Rede Nacional de Centros de Informação Toxicológica (Renaciat) e promove capacitações em toxicologia<sup>66</sup>.

Embora haja todos esses procedimentos, os quais visam a regulamentação e um uso minimamente responsável, o registro de agrotóxicos no Brasil não tem prazo de validade, ao contrário do que ocorre na União Europeia (10 anos) e em países como Estados Unidos (15 anos), Japão (3 anos) e Uruguai (4 anos)<sup>67</sup>. Além de que no Brasil são regularizados vários tipos de agrotóxicos banidos em outros países, o que faz com que a ANVISA seja notificada e levada a fazer uma reavaliação toxicológica.

É possível afirmar que no Brasil a regularização, o comércio, o manuseio e o uso de agrotóxicos não correspondem aos interesses da saúde pública e da preservação do meio ambiente. Não é o grau de periculosidade que define a legalidade dos agrotóxicos. Acima de profissionais, cientistas e populações afetadas estão os sórdidos interesses políticos e econômicos. Isto ficou muito nítido no governo Bolsonaro, quando via decreto alterou a regulamentação de 2018, facilitando a entrada e a comercialização de uma lista de agrotóxicos, ainda que estes fossem considerados altamente tóxicos e já estivessem banidos de diversos países<sup>68</sup>.

Na Chapada do Apodi, um dos principais embates jurídicos gira em torno da lei número 1.478/09, lei Zé Maria do Tomé, a qual homenageia o líder comunitário e ativista ambiental, que foi brutalmente assassinado em abril de 2010. A lei visa a proibição da pulverização aérea de agrotóxicos. Em 2009, a cidade de Limoeiro do Norte, aprovou em âmbito municipal, a proibição da pulverização aérea, tornando-se uma referência no Brasil e em toda a América Latina, como o primeiro lugar a conseguir barrar uma prática tão nociva à saúde e ao meio ambiente<sup>69</sup>. No entanto, após o assassinato de Zé Maria em 2010, a lei municipal foi revogada pelos mesmos parlamentares que a provaram. Desde então, a lei sempre esteve presente nos debates públicos sobre o uso de agrotóxicos. Em 2018, ela foi aprovada em âmbito estadual.

#### Figura 6 – Contiguidade existente entre as áreas de plantio e as residências

---

<sup>66</sup>Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/content/controv%C3%A9rsia-sobre-o-uso-seguro-de-agrot%C3%B3xicos>

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/10/via-decreto-bolsonaro-altera-lei-dos-agrotoxicos-e-flexibiliza-aprovacao-dos-venenos/>

<sup>69</sup>Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2023/05/19/lei-ze-maria-do-tome-uma-conquista-em-defesa-da-vida/>



Fonte: Marinho; Almeida; Carneiro (2012) <sup>70</sup>.

Apesar de as empresas garantirem a existência de um uso seguro dos agrotóxicos e da pulverização aérea, a realidade mostra que os moradores muitas vezes estavam muito próximos das plantações que recebiam a chuva de veneno, como mostra a figura 6. Na imagem é possível perceber a proximidade entre as residências da população e as plantações que recebiam a pulverização aérea, o que é proibido de acordo com a “Instrução Normativa Nº 2, de 3 de janeiro de 2008, estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que define a distância mínima de 500 metros de povoações, cidades, vilas e bairros para a prática da pulverização aérea” <sup>71</sup>.

A indiferença de grandes proprietários e empresas de fruticultura da Chapada do Apodi, frente aos direitos sociais e ambientais das populações locais, chegou a ameaçar até mesmo a existência de comunidade da região, como aponta o Dossiê da ABRASCO.

Conclui-se que a contaminação ambiental é uma decorrência da estratégia de expropriação das terras, adotada pelo agronegócio, como forma de expulsar os camponeses de suas terras. Este foi o caso da Comunidade do KM 69, apresentado por Lima, Vasconcelos e Freitas (2011). De acordo com os autores, essa comunidade quase foi destruída por meio do artifício cruel das empresas de espalhar enxofre na direção das comunidades. Como corolário, grande parte das famílias foi obrigada a vender suas terras por um preço irrisório ao agronegócio, ou mesmo abandoná-las, devido aos frequentes

<sup>70</sup> MARINHO; ALMEIDA; CARNEIRO. Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde Parte 2 - Agrotóxicos, saúde, ambiente e sustentabilidade. **Dossiê ABRASCO**, 140 p, 2012.

<sup>71</sup> Idem



problemas de saúde ocasionados pelo desconforto do contato com essa substância tóxica (Marinho; Almeida; Carneiro, p.81, 2012)<sup>72</sup>.

As doenças e as mortes de Francisco Rafael, de Raimundo Santiago, de Francisco Eldes, Vanderlei Matos são as histórias reais por trás dos números que compõem o aumento de cânceres na região do Baixo Jaguaribe. A dor de Evelize Silva, de Gerlene Silva, as histórias de Lena Gomes, de Vera Lúcia, ajudam a pensar o agronegócio para além de uma linguagem que objetiva maquiagem a verdade. Quando se coloca em evidência as vidas, as subjetividades de pessoas de carne e osso, é possível problematizar o agronegócio numa chave que ultrapassa a análise de impactos. O agronegócio progressista, que promove a geração de emprego e renda, também é responsável por matar pessoas, por deixar crianças pequenas sem pais, por destruir famílias - independente da ideia burguesa do que é família – por destruir também muitas outras espécies vivas, não apenas a humana.

### 3.3 O futuro interrompido: as artes de lembrar e narrar o ausente

Acordei e pensei que não fazia sentido nenhum que a morte doesse. (Mãe, 2017, p. 27).

Ambientando nos fiordes da Islândia, o romance *A desumanização*, publicado no Brasil pela editora Biblioteca Azul, em 2017, do escritor português Valter Hugo Mãe<sup>73</sup>, tem uma atmosfera gélida e uma paisagem cinza. A escolha do cenário faz parte da rede de sentidos proposta pela narrativa. O tema central: a morte, ou melhor, a história de uma perda, o longo processo de luto. Em meio à estúpida agressividade da mãe e a profunda tristeza do pai, acompanhamos a menina Halla, de apenas 11 anos, tentar dizer o que é a dor, a solidão, o desamparo, surgidos pela morte de sua irmã gêmea Sigridur.

Em *A Desumanização*, é possível ter uma dimensão do que significa aquilo que Freud (1915) sistematizou como o trabalho de luto. O luto, assim como a paixão, é algo que ninguém tem o poder de escolher. Não é possível determinar um melhor momento, uma fase mais oportuna da vida para enfrentar essas situações. Elas simplesmente acontecem, e não é possível se preparar para vivê-las. Há um aspecto enigmático em viver um luto: não se escolhe o momento, não é possível se preparar, não se sabe quanto tempo

---

<sup>72</sup> Idem

<sup>73</sup> Valter Hugo Mãe é um escritor português, autor de diversos livros de romance, poesia, contos, livros infantis, antologias, dentre outras publicações. Mãe é bastante conhecido pelo público brasileiro, tendo suas principais obras editadas no Brasil.

dura; sabe-se apenas que a jornada implica um movimento de transformação, ou seja, quem começa e finda um processo de luto não é a mesma pessoa. Dadas as particularidades, peculiaridades e potencialidades do processo, o caminho do luto pressupõe necessariamente mudanças, transformações significativas para quem o viveu. Viver um luto, ou qualquer outra experiência que ponha o indivíduo para fora de si ou para além de si, não significa um processo de enquadramento. Não há uma forma correta, sistemática ou melhor de vivenciar. Não é algo que se tenha controle, é uma jornada imprevisível, mas que sempre leva a algum lugar inesperado. “Uma pessoa passe pelo trabalho de luto, ao aceitar que a perda a mudará, possivelmente para sempre” (Butler, 2020).

Nesse sentido, com Evelize Costa, apresentada no tópico anterior deste capítulo, este tema do luto apareceu com mais contundência. Tratava-se de uma viúva que sentiu profundamente a perda do companheiro – o que nem sempre acontece. Como já foi mencionado, quando cheguei à casa de Evelize para entrevistá-la, eu já havia conversado com outras duas viúvas. O que eu não poderia imaginar era que aquela longa conversa me traria questões totalmente novas. Aprendi no trabalho de campo que a morte de um familiar não é, necessariamente, uma perda dolorida, muitas vezes, as relações são conflituosas, de violência doméstica, e a narrativa de uma morte pode se um breve relato de indiferença, mas este não era o caso de Evelize. O relato de Evelize me fez atentar para o processo de luto, pois sua narrativa estava integralmente atravessada pela experiência de ter perdido alguém que fazia parte do que ela era, ao contrário das outras duas mulheres entrevistadas. Agora, eu estava diante de alguém que passara por um trabalho de luto.

Evelize me levou a pensar que o trabalho de luto é atravessado por questões políticas, culturais, temporais e até mesmo econômicas e, ao contrário do que parece, não se trata de um momento estritamente individual, guardando dimensões para refletir seu funcionamento num sentido de comunidade. Aqui cabe uma pergunta: como mulheres pobres vivenciam seus processos de luto? Não é que a dor seja menor, não é que não se demande um período para elaborar a perda, mas a vida, o tempo presente chama de uma forma mais urgente. Por exemplo, durante o trabalho de luto, quem cuida de seus filhos? Quem paga as contas de casa? Quem coloca a comida na mesa? Diz Evelize: “E com a ajuda dos meus vizinhos, da minha mãe, da minha irmã, graças a Deus eu recebi muita ajuda e venci. A comunidade fez um sorteio também, nós fazia parte da igreja”. Nesse sentido, sabe-se que o trabalho de luto é intransferível, mas será que ele só se torna possível com a ajuda de outros?

Dito isso, o que me interessa discutir neste tópico é como o processo de luto instiga a pensar o tempo. A forma narrativa de Evelize, tanto ao construir o passado, como ao perspectivar o futuro, está atravessada pela experiência de viver um luto, ou seja, como isso transformou a sua vida. Em *A Ridícula Ideia de Nunca Mais te Ver*, publicado no Brasil pela editora Todavia, em 2019, a espanhola Rosa Montero<sup>74</sup> conta como teve conhecimento do diário escrito por Marie Curie, após a morte de seu marido - Pierre Curie. Quando Rosa Montero teve contato com os escritos de Marie Curie havia, mais ou menos, dois anos que seu marido - Pablo Lizcano - havia falecido. Deixando-se capturar pelo luto narrado de Curie, Montero também aciona o seu próprio luto para pensar a elaboração da perda. As narrativas de Rosa Montero, Marie Curie e de Evelize me levaram a pensar essas dimensões temporais do processo de luto.

No livro, Rosa Montero me levou a refletir sobre um certo artifício da memória. Ao pensar sobre as fotografias de quando Pablo era criança, Rosa diz: “Desde que ele morreu não sinto apenas falta da sua presença, de continuar vivendo com ele e de vê-lo envelhecer. Também tenho saudades de seu passado, das muitas vivências que não conheci”. Ao ler esse trecho do livro me lembrei instantaneamente de Evelize que narrava com propriedade e interesse a vida de Rafael, em um período em que sequer o conhecia. Através de Evelize, fiquei sabendo da infância de Rafael, dos trabalhos que ele exercera antes de conhecê-la, dos relacionamentos familiares, lembro-me, especificamente, quando ela disse com riqueza de detalhes a única vez que Rafael havia falado com seu pai, que o abandonara quando era criança. Ora, Evelize me fez pensar que ela também sentia saudades do passado de Rafael. Pensei ainda está diante de um artifício da memória que autoriza e corrobora uma certa construção estética da narrativa, em que não tem a função de explicar ou validar um fato, sua virtude seria, tão somente, a magia de fazer emocionar aqueles que leem ou escutam uma história.

Ao elaborar sobre o próprio processo de luto, Evelize diz: “é um pedaço bom e um bocado ruim”. Nessa reflexão, é possível observar uma medida de tempo e uma avaliação qualitativa do luto; *pedaço bom* é um período de tempo, não necessariamente longo, mas muito longe de ser desprezível, ínfimo; em *um bocado ruim*, qualifica o pedaço bom, o tempo em que esteve neste processo. É interessante analisar que,

---

<sup>74</sup> Rosa Montero Gayo é uma escritora e jornalista espanhola. Os seus artigos aparecem de forma habitual em jornais latino-americanos. Já escreveu e recorrentemente publica textos em jornais argentinos e chilenos e já colaborou com redações Alemãs, Francesas e Inglesas. Como escritora de ficção, Montero já publicou mais de 25 livros. Uma boa parte deles está traduzida para o português e foi editada no Brasil.

despretensiosamente, ela consegue elaborar, numa frase, o tempo e a qualidade desse tempo, que faz externar uma carga de sentidos que deixa nas entrelinhas uma significativa profundidade, elaborando sentidos provenientes da melancolia, dos tempos que esteve de luto.

Além disso, o trabalho de luto, não só o narrado por Evelize, mas também os da Literatura, instigam a pensar como passado e futuro são mobilizados dentro desse processo. Ao longo da entrevista de Evelize, nos momentos em que ela narrava a descoberta da doença grave de Rafael, como ele piorava com o passar dos dias, até o momento de sua morte, eu era atravessada por uma sensação de que sua vida havia sido interrompida, como se suas perspectivas de futuro tivessem ficado suspensas para viver aquela correria do intervalo de tempo entre descoberta da doença e a morte.

Após a morte de Rafael e o período de luto que Evelize narrava, pensei que suas perspectivas de futuro e suas memórias estavam condicionadas ao processo de elaboração da perda, em que uma pluralidade de sentimentos são condensados. Pensei, então, que o futuro como perspectiva estava mesmo suspenso, pois o futuro só era possível através daquilo que havia sido interrompido com a morte. Diz Evelize: “A gente tava se ajeitando para em dezembro, ia ter um casamento comunitário aqui, já tinha botado o nome já, ajeitado tudo pra casar em dezembro”. Durante o processo de luto, o futuro ficou limitado por aquilo que a morte interrompeu. O casamento seria em dezembro, mas Rafael morreu em novembro, 21 dias depois de descobrir um câncer no pulmão.

Até aqui falei demasiadamente do processo de luto. A pergunta agora é: quando acaba o luto? Para a Psicanálise, o chamado trabalho de luto passa por diversas etapas que cada indivíduo responde de maneira específica. Aqui não me interessa fazer um apanhado das fases do luto, que pode passar por um período de negação da perda ou até mesmo da ira e da violência. (Dunker, 2019). Evelize, quando narra o luto, não sente raiva ou mágoa pela intimidade perdida, pela vida, pelo futuro que fora interrompido, mas um lamento profundo, uma tristeza no olhar que acaba me fazendo lamentar também.

A Psicanálise fala ainda em um luto bem-sucedido. O fim do trabalho de luto não é a capacidade de esquecer ou substituir o objeto. Até porque a lembrança de Rafael e do luto estarão sempre presentes na vida de Evelize. Afinal de contas, foi esse processo que a transformou. Rafael, certamente, volta e meia, retornará a sua vida, basta que ela veja uma plantação de goiabas – o local onde os dois trabalharam – veja, na rua, alguém vestindo uma camisa parecida com a que ele usava, ou simplesmente quando seu filho mais novo sair do banho e enrolar a toalha na cintura. Porém, esse retorno acontecerá de

uma forma que não vai atormentá-la, pois essas lembranças já não têm mais o poder de interromper a sua vida. Suas perspectivas de futuro já não estão limitadas à perda.

Pensando a partir das reflexões de (Dunker, 2019), (Saflate, 2015), (Butler, 2020), (Costa, 2011). Será esse o fim de um processo de luto? A reconstrução de um futuro? O que seria aquilo que em Psicanálise se chama o luto bem-sucedido? Seria a capacidade de pensar o futuro novamente? Primeiramente, se tem uma ideia do nunca, para sempre, nunca mais vou te ver, é um tipo de reflexão que impede pensar o futuro, como se fosse incompatível viver aquele momento e elaborar algo sobre a vida depois disso, ou seja, a vida no futuro.

A noção de luto bem-sucedido não significa substituir o objeto perdido, mas uma ressignificação do objeto. Não é que ele vai desaparecer, deixar de latejar. O luto é um processo que transforma o Eu. É, portanto, o momento em que acaba a interrupção da vida. É a possibilidade de pensar novamente o futuro. É, sobretudo isto, a capacidade de perspectivar o futuro. É curioso que o final do romance de Valter Hugo Mãe, a menina Halla diz ter aprendido a solidão. A narrativa cinzenta e congelante presente em todo o livro se converte em um sentimento caloroso: o perdão. A capacidade de compreender a tristeza do pai, a agressividade da mãe e, portanto, de se abrir a novos horizontes, além dos fiordes.

Eu diria que o livro acaba com uma oração ao perdão. Se eu pudesse dar uma cor ao perdão seria laranja, da cor do fogo alto. É preciso muita coragem para perdoar. Há no final do livro a abertura de um portal, é a fuga de Halla, sua partida para longe do pai e da mãe. É, portanto, a capacidade de imaginar outros futuros. Assim como Evelize narra a sua vida com Rafael, emociona-se ao lembrar os momentos bons e ruins, mas, mais do que isso, ela vê a necessidade de pensar o futuro novamente, como uma forma de continuar a viver, afinal de contas, é preciso terminar de criar os filhos. E depois de tanto tempo, ela conta como se sentiu capaz de ter um outro companheiro.

Então, para que serve pensar a morte? Um processo de luto? Ora, pensar a morte é, antes de tudo, pensar a vida. É uma forma de atribuir sentido e beleza à própria existência, que não só a Literatura pode proporcionar, mas também a vida de uma mulher trabalhadora do campo. Narrar para conseguir suportar o próprio sofrimento. Não para dizer simplesmente o que “Eu” perdi. É o que, no outro, faz parte de mim. Admitir que há algo no outro que me constitui. Talvez assim, assumindo a importância do outro na vida, seja possível construir narrativas para questionar os discursos individualistas de autoajuda, tão presentes no tempo atual.

Quando uma viúva chora a morte do marido muitas questões são postas. A morte talvez seja um dos momentos da vida que mais causa reflexões, que mais serve de matéria ao fascínio dos literatos. Para alguns se apegar à religião é a saída, para outros a certeza de uma vida bem vivida ajuda a superar a dor causada pela partida de alguém querido. Mas é importante dizer que as atitudes diante da morte são históricas e convidam a pensar as temporalidades imbricadas no trabalho de luto.

Em um tempo em que tudo é um investimento, cada passo dado requer um minucioso planejamento. Os mestres do investimento garantem que com planejamento os lucros mudarão as vidas das pessoas. Outro dia, fiquei perplexa ao ler uma matéria de jornal: o assunto principal era a criação de filhos. Me chamou a atenção o fato desse assunto está numa parte do jornal cujo título era “Business”.<sup>75</sup> Ao contrário do que poderia parecer ou do que sugeriu Valter Hugo Mãe, “quem tem filhos precisa de futuro” (Mãe, 2017, p.27). A criação de filhos não era uma reflexão sobre a construção social que se quer legar às próximas gerações, como me sugeriu a manchete. Não era nem mesmo uma discussão sobre maternidade ou paternidade. Tratava-se de como fazer um bom investimento. Será que vale a pena ter filhos? Você sabe quanto custa criar um filho? Eis a noção de criar filhos no capitalismo especulativo. Eis o único futuro possível: a capacidade de projetar lucros. Será o processo de luto uma forma capaz de ajudar a pensar um outro futuro que não seja a projeção de investimentos, do quanto se pode lucrar daqui a dezoito anos?

Talvez, a História, a Literatura, a Psicanálise possam oferecer alternativas para questionar esse futuro, posto pelo capitalismo especulativo, uma forma de pensar outros futuros. A Literatura é o que torna a História pensável, pois ao observar a vida, esforça-se para dizer o que ela é e, sem nenhuma pretensão de dizer a verdade, acaba por instaurar o debate. A Psicanálise, por sua vez, pode tentar analisar os tipos de comportamento da ficção. É uma forma de penetrar mais fundo, pois as complexidades humanas são mais do que a descrição de procedimentos técnicos e metodológicos. A literatura junta uma acurada observação da vida com a própria experiência de quem escreve, ao descrever comportamentos, formas de dizer, formas de sentir, acaba, portanto, colocando o tempo no centro das discussões. A Psicanálise talvez seja uma chave importante para encorajar a pensar as questões espinhosas do ofício historiográfico. A Literatura, em fazer imaginar outros futuros possíveis.

---

<sup>75</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quanto-custa-criar-um-filho-ate-os-18-anos/>

As narrativas das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, Evelize Costa, Gerlene Silva, Lena Gomes e Vera Lúcia e Branquinha, embora muito diferentes, tinham muitos pontos de encontro. Cada uma dessas mulheres apresentava subjetividades, formas diferentes de lidar com a morte e com o luto, maneiras próprias de lembrar das experiências. No entanto, havia algo que interligava todas essas histórias: a morte, ou melhor, o fato de ter estado muito perto da morte. Isso é importante, porque a morte é algo que muda as perspectivas e percepções de qualquer pessoa. Depois que comecei a fazer este trabalho e a entrevistar mulheres viúvas, passei a observar o que as pessoas têm a dizer. É interessante prestar atenção nos comportamentos e comentários em um velório. Todos têm algo a dizer, seja verbalmente, seja através da expressão corporal. Os olhos esbugalhados ou algo como: “é isso mesmo, é para cá que todos nós vamos”. Velórios são momentos de pura reflexão.

Foi assim que me surgiu a ideia de futuro interrompido, mais especificamente no ato de transcrever as entrevistas. Naquelas mulheres, em que a morte do companheiro significou um momento de profunda dor e sofrimento, que passaram por um dolorido e transformador trabalho de luto, eu acabei firmando um pensamento de que era como se o tempo daquelas mulheres tivesse sido interrompido, como se o próprio processo de luto fosse um espaço de experiência que impedia a criação de horizontes de expectativas (Koselleck, 2007). Diferente das outras mulheres entrevistadas, para as quais a morte do companheiro significou um novo começo, para Evelize, a morte parecia ter bloqueado as expectativas que fazem acessar o futuro. Dessa forma, é possível afirmar que a morte anuncia muitas possibilidades de futuro para quem fica, mas para Evelize o caminho que aponta para o futuro havia sido obstruído.

O futuro interrompido me pareceu ainda mais revestido de sentidos, quando eu li A ridícula ideia de nunca mais te ver (Montero, 2019). No tópico de abertura do livro, Montero fala de situações que provocam uma “saída o tempo”, ela diz:

Como não tive filhos, a coisa mais importante que me aconteceu na vida foram os meus mortos, (...) apenas em nascimentos e mortes é que saímos do tempo. (...) Quando uma criança nasce ou uma pessoa morre, o presente se parte ao meio e nos permite espiar durante um instante pela fresta da verdade – monumental, ardente e impassível. (...) Quando entrevistava o jornalista Iñaki Gabilondo, ele me contou que a morte da sua primeira mulher, que faleceu bastante jovem de câncer, havia sido muito dura, sim, mas também a coisa mais transcendente que lhe acontecera. (...) Nem tudo é horrível na morte. (Montero, 2019, p. 9).

A saída do tempo para Montero quer dizer uma quebra do presente, ou seja, a dissolução de um tempo que torna possível o passado e o futuro e, portanto, só aí seria

possível conhecer uma verdade livre dos equívocos e das concessões feitas entre a aprendizagem apreendida do que já passou e a esperança naquilo que virá. Mas, a autora não está desqualificando os momentos nos quais há uma saída do tempo. Para ela, isso é uma experiência única na vida de quem os vive. Embora essa noção de saída do tempo esteja dentro de uma visão que pressupõe uma divisão temporal entre passado, presente e futuro, ela considera as descontinuidades do tempo, assim como a ideia de futuro interrompido. Dessa forma, defende-se que o futuro interrompido também seria como uma saída do tempo, conforme disse Rosa Montero, mas no sentido de que os acontecimentos e as experiências saturam o presente, a ponto de não ser mais possível imaginar a construção de um futuro.

Portanto, a saída do tempo quer dizer uma independência do presente em relação ao passado e ao futuro, ou seja, é a possibilidade de estar e se movimentar no presente indiferente, tanto da influência e da autoridade do que já aconteceu como da expectativa sobre o que se quer e deseja para futuro. Já, o futuro interrompido quer dizer um presente não indiferente, mas melancólico. Isso é diferente da indiferença, pois quer dizer que o passado e o presente deixam de importar, não porque tem-se um momento catártico, mas porque a dor, o sofrimento, a tristeza do momento faz com que passado e futuro não tenham a menor importância, perdem o sentido, ou fazem com que a diferença e a divisão do tempo entre passado, presente e futuro não fiquem tão nítidas, pois a experiência temporal é transcendente e não obedece, necessariamente, a uma linearidade.

Dentre os pontos de convergência nas narrativas de Evelize Costa, Gerlene Silva, Lena Gomes e Vera Lúcia, é possível dizer que, embora elas não tenham uma mesma maneira de lidar com a morte, e a morte nem sempre quer dizer um futuro interrompido, todas seguem uma sucessão de fatos muito semelhante. As quatro mulheres contam a história de um homem jovem (no caso de Evelize, Gerlene e Vera), que havia sido saudável a vida inteira. De repente, começam a aparecer sintomas daquilo que aparentemente deve ser uma doença qualquer. Vão para o hospital da cidade. Os médicos não conseguem identificar qual é o problema, os sintomas se intensificam. São encaminhados para um hospital maior na capital do estado e descobrem sérios problemas no estômago ou no fígado ou no pulmão. Inicia-se um tratamento inútil e, em pouco tempo, os homens morrem. Mas antes de morrer, a doença maltrata o paciente e aquelas que estão ao seu lado. Falta de ar intensa, dificuldade pra respirar ou fortes dores na região do quadril, não poder se deitar para dormir, passar a noite em claro, ou intensos vômitos, não conseguir comer ou beber água.



Essa sequência narrativa apresentada nas entrevistas me remeteu mais uma vez ao livro *Vozes de Tchernóbil: a história oral do desastre nuclear* (Aleksiévitch, 2016). Nessa obra, Svetlana Aleksiévitch organiza diversos relatos de moradores, camponeses, agentes do estado soviético e diversos grupos afetados pelo acidente nuclear de Chernobil. Em 26 de abril de 1986, durante um teste de segurança na Usina Nuclear de Chernobil, no norte da Ucrânia soviética, houve uma explosão de vapor no reator número 4, causando, posteriormente, um incêndio que jogou material radioativo na atmosfera. Isso fez com que os olhos do mundo se voltassem para Chernobil, pois as consequências do acidente poderiam ter impactos negativos no mundo inteiro e não apenas na União Soviética. Nesse sentido, em *Vozes de Tchernóbil*, Svetlana está interessada nas pequenas histórias narradas a partir das subjetividades de cada pessoa ouvida ao longo de sua busca em entender o que mudou a partir da madrugada do dia 26 de abril de 1986. A autora abre o livro com o relato de Liudmila Ignátienko, viúva de Vassíli Ignátienko, um dos bombeiros acionados para apagar o incêndio causado pela explosão do reator.

É interessante que Svetlana comece o livro trazendo a história de uma viúva. Talvez a escolha esteja relacionada ao tipo de impacto e comoção que a narrativa de uma mulher que perdeu o marido pode gerar. Mas dentre tantos relatos contundentes e emocionantes, é pela morte que Svetlana escolhe começar a contar a história do acidente de Chernobil. Nesse caso, os últimos dias de Vassíli, narrados pela sua viúva, não se tratava de qualquer morte, pois os dias seguintes dos bombeiros que estavam na linha de frente para apagar o incêndio de Chernobil é um dos maiores dramas trazidos pelo livro de Aleksiévitch.

Após a noite do acidente, em menos de 15 dias, todos os bombeiros que estiveram nos esforços de apagar o incêndio causado pela explosão estavam mortos. Conforme os dias iam passando, os corpos dos bombeiros iam se deteriorando e adquirindo uma figura monstruosa, devido aos efeitos do contato direto com a radiação, o que significava um momento de profunda dor e sofrimento para eles e para aquelas que estavam aos seus lados. Liudmila Ignátienko narra em um texto cujo título é: *Uma solitária voz humana*:

O meu marido começou a mudar; cada dia eu via nele uma pessoa diferente... As queimaduras saíam para fora... Na boca, na língua, nas maçãs do rosto, de início eram pequenas chagas, depois iam crescendo. As mucosas caíam em camadas, como películas brancas. A cor do rosto, a cor do corpo... Azulada... Vermelhada... Cinza-escuro... E, no entanto, tudo nele era tão meu, tão querido! É impossível contar! Impossível escrever! E mesmo sobreviver. O que salvava era que tudo acontecia de maneira instantânea, de forma que não dava tempo de pensar, não dava tempo de chorar. (Aleksiévitch, 2016, p. 23).

É possível dizer que Liudmila Ignátienko, Evelize Costa, Vera Lúcia e Gerlene Silva passaram por momentos parecidos: presenciar a agonia de um corpo que piora dia após dia, que pede por ajuda, por companhia nos momentos de dor. Aquilo que Liudmila diz ser impossível de contar parece com a barra pesada que Evelize Costa não deseja para ninguém, da aflição que a tomava, quando Rafael sentia falta de ar e não conseguia respirar.

Também é interessante perceber que nessa fase na qual a doença se manifesta, observa-se em todas essas narrativas um movimento que leva a um tempo de cura das enfermidades, isto é, um presente que ainda é capaz de imaginar um futuro. Dessa forma, é possível dizer: aquilo que interrompe o futuro não é a doença, é a morte. Ainda que não se saiba ao certo qual é a doença, mesmo que não esteja sendo feito um tratamento adequado, apesar de os médicos não terem palavras animadoras, embora o corpo piore com o passar dos dias, é a esperança de cura que move o paciente e suas companheiras. Gerlene fala que Vanderlei queria ficar bom para ver o crescimento do filho, Evelize lembra que Rafael queria voltar para casa para que eles se casassem. Vera conta que Eudim pensava muito em ficar bom.

Ainda sobre *Vozes de Tchernóbil*, no segundo texto do livro, após o relato de Luidmila Ignátienko, há um texto denominado: Entrevista da autora consigo mesma sobre a história omitida e sobre por que Tchernóbil desafia a visão de mundo. Se o livro inteiro é dedicado a ouvir as vozes da gente comum, nesse momento, Svetlana tenta, através de um diálogo com ela mesma, dizer por que Chernobil foi tão marcante na história da humanidade.

Sou testemunha de Tchernóbil (...), sou testemunha do quê, do passado ou do futuro? É tão fácil deslizar para a banalidade. Para a banalidade do horror. (...) Quando falamos de passado e futuro, imiscuímos nessas palavras a nossa concepção de tempo, mas Tchernóbil é antes de tudo uma catástrofe do tempo. (...) Rompeu-se um fio do tempo. (...) Experimentou-se uma nova sensação de tempo. (Aleksiévitch, 2016, p. 39, 41, 49).

Ao falar sobre Chernobil, Svetlana interroga-se a todo momento sobre o tempo. Sua preocupação é entender como fica o passado e o futuro, depois da madrugada do dia 26 de abril de 1986. Ao conhecer de perto as histórias que narram as ruas desertas, pessoas sendo evacuadas de suas próprias casas, camponeses obrigados a deixarem suas terras; depois da explosão seguida de incêndio, até os cachorros foram retirados da cidade, não era mais seguro permanecer em Chernobil. Os agentes do estado soviético foram

instruídos a apagar qualquer rastro de vida que insistissem em ficar. Diante da falta de informações, das imposições das autoridades soviéticas, do medo, do caos, Svetlana pergunta: isso é passado ou futuro?

A preocupação de Svetlana se manifesta quando ela constata que o desastre de Chernobil é um acontecimento sem precedentes na história. Nesse sentido, ao dizer que Chernobil rompeu o fio do tempo, Aleksiévitich pensa em um tempo que poderia orientar o presente, mas nesse caso o passado não pode ajudar, pois ela diz que o mundo passou a experimentar uma nova sensação de tempo. A humanidade estava diante de algo completamente novo, mas esse novo não era a felicidade coletiva. Tratava-se, na verdade, de um mundo catastrófico. Ao falar do futuro, a aflição da autora se aprofunda, pois a ideia de um povir desastroso é desalentadora. Como lidar com um futuro que só pode ser capaz de anunciar morte?

Nessa perspectiva, é possível dizer que há casos em que a morte pode causar o sentimento de indiferença, mas isso não é uma regra. A morte quando implica um processo de luto ou um trauma coletivo pode causar, como disse Svetlana, uma ruptura no tempo. Concordo com a autora, Chernobil produziu uma nova forma de pensar e lidar com as temporalidades. Chernobil foi uma interrupção coletiva do futuro. Quais as repercussões presentes em traumas coletivos capazes de anular o futuro, ou pelo menos transformá-lo em dor e sofrimento?

Durante a pandemia de Covid19, em 2020, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adiche<sup>76</sup> perdeu o pai e a mãe em um intervalo de poucos meses. A respeito desse momento de profundo pesar para ela e para a família, Chimamanda escreveu *Notas Sobre o Luto*, publicado no Brasil pela editora Companhia das Letras em 2021. Um pequeno e emocionado relato sobre o impacto de perder duas pessoas tão queridas em tão pouco tempo. Em um momento em que o mundo estava novamente passando por um processo de interrupção do futuro, Chimamanda tenta dizer o que é passar pelo trabalho de luto:

O luto expõe novas camadas em mim, raspando escamas de meus olhos. Arrependo-me das minhas antigas certezas: você certamente deve vivenciar seu luto, falar a respeito, encará-lo, atravessá-lo. As certezas arrogantes de alguém que ainda não o conhece. Já estive em luto antes, mas só agora toquei

---

<sup>76</sup> Chimamanda Ngozi Adichie é uma escritora e feminista nigeriana. Chimamanda é reconhecida como uma das mais importantes jovens autoras anglófonas de sucesso, atraindo uma nova geração de leitores de literatura africana. No Brasil, os seus livros são publicados pela editora Companhia das Letras. Chimamanda é bastante conhecida pelo público Brasileiro, principalmente por seus romances: *Hibisco roxo*, *Meio sol amarelo* e *Americanah* e os ensaios: *Sejamos todos feministas*, *Para educar crianças feministas*, *O perigo de uma história única*.

a sua essência mais pura. Só agora aprendi, ao tatear em busca de seus limites porosos, que não há travessia possível. (Adichie, 2021, p.23).

As palavras de Chimamanda propõem pensar, mais uma vez, o trabalho de luto como um momento de profunda reflexão e reorientação da vida. Nessa mesma perspectiva, a escritora brasileira, Noemi Jaffe<sup>77</sup>, também escreveu um texto narrando seu processo de luto. Em fevereiro de 2020, sua mãe, Lili, faleceu e a forma encontrada por Jaffe para lidar com esse momento foi escrever o livro *Lili: novela de um luto*, publicado pela editora Companhia das letras, em 2021. Para ela, o período de luto foi o momento de fazer um exercício de memória, de refletir a vida de sua mãe, lembrar a trajetória de uma existência de 93 anos. Quando se perde alguém tão próximo e importante, não há maneiras de não se transformar, como disse Marta Orrils, em *Aprender a Falar Com as Plantas*: “não há atalhos para evitar a dor pela morte de quem você amou” (Orriols, 2021, p.226). Mas tentar escrever sobre a morte significa escrever também sobre a vida que pulsa teimosa nas veias, “as coisas revestidas de morte são também as coisas revestidas de vida” (Jaffe, 2021, p. 30). O luto é um momento de interrupção do tempo para passar a limpo a própria existência. “Sei que a morte vai nos deixando cada vez mais diferentes do que éramos e cada vez mais parecidas com o que somos” (Jaffe, 2021, p. 25).

Mas o futuro interrompido não quer dizer futuro acabado. Há alguma potência na interrupção do futuro? O futuro pode ser retomado? O fim do trabalho de luto é o momento em que é possível ser novamente capaz de imaginar o futuro, a partir da esperança, diferente do futuro catastrófico de Chernobil e da pandemia de Covid-19. O término do luto significa colocar a dor e o sofrimento em um lugar que não tenham mais o poder de desestabilizar, ainda que jamais deixem de emocionar. O fim do processo de luto é, portanto, a volta do futuro.

---

<sup>77</sup> Noemi Jaffe é uma escritora, professora e crítica literária brasileira. Doutora em literatura brasileira pela USP, é autora de *Verdadeira história do alfabeto* (vencedor do prêmio Brasília de Literatura), *O que ela sussurra*, entre outros.

#### 4. CAPÍTULO 03: ANTES DA VIÚVA, A TRABALHADORA: AGRONEGÓCIO, TRABALHO E FEMINISMOS

II  
 Na minha comunidade  
 Trabalham muitas mulheres  
 No sol escaldante e forte  
 Todos sabem com é  
 Plantam melão, mamão e banana  
 Sem ser delas nem um pé<sup>78</sup>

(Lima, 2017).

Este trabalho, como já foi comentado nos capítulos anteriores, partiu da ideia de estudar as implicações do Agronegócio, mais especificamente o uso intensivo de agrotóxicos, a partir das narrativas de mulheres viúvas na espacialidade do Vale do Jaguaribe, no Ceará. Nessa perspectiva, a viuvez, as relações das mulheres com seus companheiros, a forma como elas lembrava a doença e a morte, as suas elaborações em torno do luto e a própria compreensão sobre o que, para elas, significava ser mulheres viúvas, foram as questões iniciais que estiveram presentes, ao longo do primeiro e segundo capítulos. Entretanto, o trabalho de campo e as entrevistas realizadas a partir da metodologia da História Oral não se restringiram as minhas primeiras preocupações, de modo que outras possibilidades foram sendo desenhadas e construídas.

Em boa parte das entrevistas realizadas para esta pesquisa, a relação das entrevistadas, com seus respectivos trabalhos, aparecia de uma forma central. No entanto, escrever sobre o lugar do trabalho na vida dessas mulheres, ou seja, pensá-las, mais especificamente, como mulheres trabalhadoras, não era algo que esteve desde sempre no projeto de pesquisa. Porém, desconsiderar as relações das mulheres desta pesquisa com o mundo trabalho seria uma forma de não enfrentar a contundência de um assunto que estava presente a todo momento no processo de produção das entrevistas.

Mas, por que a dimensão do trabalho esteve presente ao longo de todo o trabalho de campo e durante a realização das entrevistas? Bom, é importante destacar que as mulheres desta pesquisa são mulheres pobres, mães, filhas, viúvas, nas quais não obedecem necessariamente aos padrões da tradicional família burguesa, pois em diversos momentos de suas vidas, não apenas na viuvez, mas na infância, no momento em que se

---

<sup>78</sup> Trecho do cordel O trabalho e a vida mulher do campo, escrito por Maria de Fátima Lima, moradora da Comunidade do Tomé, Chapada do Apodi. 2017.

casaram pela primeira vez, tiveram filhos, separaram-se; sair de casa para trabalhar não era uma escolha, tratava-se de uma necessidade. Dessa forma, é possível dizer que antes dessas mulheres serem viúvas (condição na qual eu as enquadrei no momento em que iniciei a pesquisa), elas são trabalhadoras, pois a dimensão do trabalho esteve presente ao longo de toda as suas narrativas, era inclusive um elemento central na narração de suas subjetividades. Sem trabalho, essas mulheres não poderiam reproduzir suas próprias vidas, haja vista o fato de que nunca alguém havia feito isso por elas, nem a figura de um pai, tampouco a de um marido.

Ao pensar sobre a dimensão do trabalho na vida das mulheres entrevistadas, foi se evidenciando que o trabalho referente à agricultura dentro da espacialidade Vale do Jaguaribe, assim como em outras regiões brasileiras, pode ser visto e entendido a partir de diversas nuances. Nesse sentido, é possível afirmar que o trabalho relatado pelas mulheres desta pesquisa, seja na agricultura, seja na reciclagem, no trabalho doméstico, é bem diferente daquilo que o Agronegócio vende para a sociedade como o trabalho nos campos brasileiros. E isso fica ainda mais controverso quando se pensa o trabalho feminino.

Nessa mesma perspectiva de pensar o lugar do trabalho, os trabalhos de campo realizados na região do Vale do Jaguaribe, o contato com os movimentos sociais locais e seus militantes apontaram para essa mesma questão. A luta pelo direito à terra, a uma água de qualidade, contra a exploração e a hegemonia das empresas do agronegócio; evidenciavam qual o lugar do trabalho na vida dessas pessoas que não estão contempladas pela narrativa oficial do agronegócio. Mas o que significa essas duas perspectivas distintas sobre o trabalho?

Este capítulo foi dividido em dois tópicos, a fim de discutir como o trabalho é uma questão central na vida das mulheres desta pesquisa. Além disso, buscou-se problematizar quais os contrastes entre o discurso produzido pelo agronegócio sobre o trabalho feminino nos campos brasileiros e as narrativas daquelas que realizam este trabalho.

Nessa perspectiva, o primeiro tópico abordou como as duas perspectivas sobre o trabalho feminino nos campos se apresentam, discutindo quais as suas contradições. Para isso, é importante pensar a legitimidade que o agronegócio encontra na sociedade brasileira, o que acaba marginalizando outras narrativas. Nesse sentido, foi pertinente perguntar: como o discurso do agronegócio fala sobre o trabalho feminino no campo? Outros grupos sociais falam sobre a relação mulheres, trabalho e agricultura? Se falam, como falam? Há divergências entre as visões? É possível dizer que o agronegócio impõe,

a partir de seu poder político e econômico, uma narrativa dominante sobre esse tema? Quem está a serviço do agronegócio? Há mulheres que defendem o agronegócio e lutam por mais participação feminina no setor? Se sim, quais são as mulheres que falam em nome do agronegócio? Essas foram algumas das questões que orientaram o percurso do tópico. Ademais, ao final, foi pertinente pensar como alguns grupos sociais se utilizam de uma certa visão capitalista e neoliberal, a qual se utiliza de mecanismos que encontram grande vazão no debate público, para obscurecer e instrumentalizar os seus interesses. Aqui, vale a pena pensar as discussões e os debates teóricos sobre o movimento feminista, destacando a sua pluralidade de visões e vertentes.

As fontes utilizadas no primeiro tópico mobilizaram relatórios, documentos e estudos que abordam a participação das mulheres no agronegócio brasileiro, como, por exemplo, o relatório *Mulheres no Agronegócio*, elaborado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Universidade de São Paulo (USP), em 2018. Também, textos e artigos publicados na página eletrônica do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) como, por exemplo, *A Presença da Mulher no Agronegócio*, *A Força do Empreendedorismo Feminino no Agronegócio*, os quais destacam e elogiam o protagonismo das mulheres no setor<sup>79</sup>. Além disso, quis trazer para o debate a realização de um encontro que acontece desde 2016 no Brasil: O Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio (CNMA). Um evento pago que tem como objetivo discutir, incentivar e promover a participação das mulheres no agronegócio.

Com objetivo de fazer uma contrapartida ao discurso hegemônico do agronegócio, me apoiei nas entrevistas de História Oral, realizadas com as mulheres viúvas, as quais foram apresentadas nos capítulos um e dois. Além dessas entrevistas, utilizei como fonte entrevistas de outras mulheres, as quais trabalharam em empresas do agronegócio da Chapada do Apodi. Ainda foram usados materiais produzidos a partir da experiência e atuação dos movimentos sociais da região do Vale do Jaguaribe, como, por exemplo, *Mulheres em Diálogo: saberes e experiências sobre trabalho, ambiente e saúde na Chapada do Apodi/Ce*, publicado pelo Grupo TRAMAS da UFC, em 2016.

No segundo tópico, tratei especificamente de uma das mulheres apresentadas nos capítulos um e dois, Vera Lúcia Lima de Oliveira, viúva de José Eudes dos Santos

---

<sup>79</sup>Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-presenca-da-mulher-no-agronegocio,00bfd967936ef710VgnVCM100000d701210aRCRD#:~:text=O%20protagonismo%20da%20mulher%20no, pelos%20estabelecimentos%20rurais%20no%20pa%C3%ADs.>

Santiago. O objetivo foi apresentar qual a dimensão do trabalho na vida de Vera Lúcia, problematizando, em alguns momentos, a narrativa e as lembranças de uma mulher cuja vida é atravessada pelo exercício de seu trabalho. Vera Lúcia foi uma das mulheres com quem fiz mais de uma entrevista, e um aspecto que me chamou atenção, foi a forma como o trabalho estava presente em quase todos os momentos de sua narrativa. Nesse sentido, é pertinente pensar e problematizar uma questão que só foi se desenhando ao longo do trabalho de pesquisa: as subjetividades das mulheres viúvas. Agora, estava claro que, antes de serem viúvas, essas mulheres poderiam exercer e ter uma infinidade de outras atribuições. No caso de Vera Lúcia, o trabalho doméstico apareceu como uma questão central.

#### **4.1 Quem são as mulheres do agronegócio? As disputas em torno do trabalho feminino no campo**

Temos que nos livrar do pensamento identitário estreito se quisermos encorajar as pessoas progressistas a abraçar tais lutas como se fossem delas próprias. (Davis, 2018, p. 40).

O objetivo deste tópico é pensar quais grupos sociais produzem narrativas sobre o agronegócio, mais especificamente, os grupos femininos. Quem são as mulheres que sustentam uma narrativa hegemônica sobre o agronegócio? Quem são as mulheres que produzem contranarrativas a esse modelo de produção? Para este debate, busca-se dialogar com uma bibliografia que discute a relação entre feminismos e capitalismo, argumentando que o sistema capitalista tem uma forma de se apropriar de pautas, ditas progressistas, para instrumentalizar seus reais interesses. As fontes mobilizadas neste texto buscam pensar as narrativas conflitantes, partindo de estudos, organizações, eventos em torno do agronegócio e da metodologia da História Oral.

A discussão deste tópico propõe, parte de um debate teórico, mobilizado por teóricas feministas acerca do capitalismo, mais especificamente, de como o capitalismo se apropria de pautas históricas para garantir a sua reprodução. Nesse sentido, o ponto de partida foi o artigo O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história, da filósofa estadunidense Nancy Fraser. Neste texto, Fraser faz uma análise incomoda e corajosa sobre a relação entre capitalismo e feminismo, argumentando que as pautas das feministas



de segunda onda<sup>80</sup> emergiram e foram efetivadas no mesmo momento em que houve o enfraquecimento do Estado de bem-estar social e o surgimento do neoliberalismo no final dos anos 1970, perpetuando-se e consolidando-se ao longo dos anos 1980 no lado ocidental do planeta.

A discussão proposta por Fraser começa por uma pergunta provocadora: feminismo e neoliberalismo compartilham uma afinidade secreta? A questão da autora aparece inicialmente como uma hipótese que ela vai corroborando ao longo da explanação. Após esta provocação inicial, a teórica convida a pensar como acontece a cooptação das políticas de gênero pelo novo espírito do capitalismo, o que significa pensar como o neoliberalismo (este novo momento do capitalismo) instrumentalizou as bandeiras das feministas de segunda onda.

As perguntas mobilizadas por Fraser são centrais para compreender a forma como o debate econômico se intersecciona com as questões culturais. Nesse sentido, as questões se apresentam como um elemento primordial para pensar os grupos sociais que sofrem as reverberações do neoliberalismo. O cerne do argumento aponta que pautas importantes e históricas das feministas de segunda onda, como por exemplo, a crítica ao economicismo, ao salário-família, ao homem provedor do lar, ao androcentrismo do Estado, ou seja, a figura absoluta do homem branco e hétero na política, foram apropriadas e assimiladas pelo neoliberalismo, em um sentido no qual as intenções centrais do sistema, isto é, a busca sedenta por lucros e a redução do Estado a um papel meramente regulador sejam camuflados em nome de um discurso de inclusão das minorias. Além disso, Fraser defende que as reivindicações no âmbito da cultura acabaram ofuscando e deixando passar questões fundamentais de economia política, justo em um momento em que isso não poderia ter acontecido, ou seja, que era preciso atentar para as perversidades da nova forma de capitalismo que se instalava naquele momento histórico.

O surgimento da segunda onda do feminismo coincidiu com uma mudança histórica no caráter do capitalismo – do Estado de bem-estar social para o

---

<sup>80</sup> “Em geral, afirma-se que o ocidente vivenciou pelo menos três momentos de grande movimentação e articulação feminista não restritos a um único espaço geográfico e que poderiam ser chamados de ondas feministas, em uma perspectiva mais global. Durante as décadas de 1970 e 1980, milhares de mulheres ressurgiram na cena pública dos Estados Unidos e da Europa, nos mais variados contextos, com organizações feministas locais, estaduais e federais criadas ou fortalecidas naquele período.” (Zirbel, p.12, 2021). O feminismo de segunda onda, questionando a ideia universal de mulher pautada pelas sufragistas ou feminismo de primeira onda, tem uma preocupação maior com as diferenças entre as mulheres, entendendo que existem mulheres pobres, negras, lésbicas, latino-americanas. A segunda onda feminista também é marcada por uma participação mais efetiva das mulheres na ocupação de espaços públicos, de poder e na tomada de decisões políticas.

neoliberalismo – invertendo a fórmula anterior, que buscava “usar a política para domesticar mercados”, os proponentes desta nova forma de capitalismo propuseram usar mercados para domesticar a política. O surgimento do neoliberalismo mudou dramaticamente o terreno no qual a segunda onda do feminismo operava. O efeito foi “ressignificar” os ideais feministas. (Fraser, 2009, p.18).

O que parece importante nesse debate é como ele permanece indispensável para análise sociológica contemporânea. Como uma reverberação do argumento de Fraser, no Brasil, ainda é muito comum identificar como o neoliberalismo se veste de pautas, ditas progressistas, para vender produtos e promover marcas. Essa lógica de capitalismo perverso não obedece a nenhuma ética. Fala-se em nome dos negros, das mulheres, da comunidade LGBTQIAPN+, mas esse suposto avanço continua reafirmando a exploração do trabalho e a produção de capital privado. Dessa forma, dentro do neoliberalismo, dar “visibilidade” e “empoderamento” para grupos historicamente marginalizados não significa romper com as estruturas de opressão, pelo contrário, é possível afirmar que essas práticas neoliberais têm contribuído para mascarar o debate, aprofundando opressões de gênero, classe, sexualidade e raça.

Outra teórica importante nessa discussão é Angela Davis. Nos últimos anos, diversos livros da filósofa estadunidense vêm sendo publicados no Brasil, como por exemplo, *A Liberdade é uma Luta Constante* (2018) e *Mulheres, Classe e Raça* (2016). Davis é conhecida mundialmente pela sua militância, junto ao Partido Comunista dos Estados Unidos e ao Partido dos Panteras Negras, durante a década de 1970. Mas, enquanto teórica, as suas produções ganham notoriedade por terem o mérito de conseguir conectar as reivindicações feministas ao movimento negro e as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras. Nesse sentido, a trajetória política e intelectual de Angela Davis sempre foi marcada pelo anticapitalismo, mas sem deixar em segundo plano a análise sobre a misoginia e o racismo.

Um dos pontos centrais da trajetória de Angela Davis é conseguir conciliar a produção teórica à militância política. Aos 80 anos de idade, ela percorre o mundo fazendo palestras, conferências, abrindo e encerrando eventos políticos e acadêmicos. Nas últimas décadas, Davis tem se destacado como uma das principais vozes contra O sistema prisional dos Estados Unidos, o que ela chama de Complexo Industrial Prisional. Além disso, ela se posiciona ao lado dos povos palestinos que enfrentam conflitos históricos contra os israelenses.

O feminismo negro emergiu como um esforço teórico e prático de demonstrar que raça, gênero e classe são inseparáveis nos contextos sociais em que vivemos. Na época de seu surgimento, com frequência pedia-se às mulheres negras que escolhessem o que era mais importante, o movimento negro ou o movimento de mulheres. A resposta é que a questão estava errada. O mais adequado seria como compreender as intersecções e as interconexões entre os dois movimentos. Ainda estamos diante do desafio de apreender as formas complexas raça, classe e gênero, sexualidade, nacionalidade se entrelaçam – e como superamos essas categorias para entender as inter-relações entre ideias e processos que parecem ser isolados e dissociados. Nesse sentido, insistir que há ligações entre as lutas e o racismo nos Estados Unidos e as lutas contra a repressão israelense ao povo palestino é um processo feminista. (Davis, 2018, p. 21).

A citação acima faz parte do livro *A Liberdade é uma Luta Constante*, publicado no Brasil pela editora Boitempo, em 2018. O livro é uma compilação de conferências, palestras e entrevistas que Davis realizou ao redor do mundo na última década. O transcrito acima é a resposta de Davis para a pergunta feita por Frank Barat: Como você definiria “feminismo negro”? E qual papel ele poderia representar na sociedade atual? O trecho acima é interessante, pois sintetiza o pensamento de Angela Davis sobre a necessidade de não hierarquizar as categorias de análise, dentro do exercício político e acadêmico, tentando sempre perceber quais as conexões existentes entre as diversas formas de opressão.

Dessa forma, entende-se que há uma convergência nas argumentações de Fraser e Davis. Fraser esforça-se para mostrar como o surgimento e a consolidação do neoliberalismo estão associados à emergência social das pautas defendidas pelas feministas de segunda onda, o que ocasionou uma cooptação de reivindicações por parte do sistema econômico. Nesse sentido, pode-se dizer que o neoliberalismo individualizou as lutas dos diferentes grupos sociais, obscurecendo as conexões entre as diversas estruturas opressivas, para as quais Davis chama atenção. Dessa forma, a individualização das reivindicações coloca um grupo contra o outro, fortalecendo o neoliberalismo em detrimento das lutas coletivas.

Para aprofundar ainda mais essa discussão, em 2019, a editora Baderna publicou o livro *Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje*, do estadunidense de ascendência paquistanesa Asad Haider. O livro é dividido em seis partes, além de contar com um bom prefácio de Silvio Luiz de Almeida. A contribuição central de Haider está em apontar as deficiências teóricas e políticas daquilo que ele chama de “política identitária. Nesse sentido, utilizando-se dos referenciais teóricos de Judith Butler, Wendy Brown, Paul Gilroy, entre outros, Asad Haider esforça-se para demonstrar como diversos

grupos, movimentos sociais e até mesmo figuras centrais da militância de esquerda dos Estados Unidos usam um discurso identitário para firmar acordos e fazer concessões de direitos.

(...) A política no liberalismo se caracteriza por nos tornarmos sujeitos que participam da política através da sujeição ao poder. (...) E, uma vez que são a condição da política liberal, as identidades se tornam cada vez mais totalizantes e reducionistas. Nossa capacidade de ação política através da identidade é exatamente o que nos prende ao estado, o que assegura a nossa contínua sujeição. Então, como Butler afirma, a tarefa urgente é propor formas de “recusar o tipo de individualidade correspondente ao aparato disciplinar do Estado moderno” (Haider, 2019, p. 35).

(...) Defino a política identitária como a neutralização de movimentos contra a opressão racial. É a ideologia que surgiu para apropriar esse legado emancipatório e colocá-lo a serviço do avanço das elites políticas e econômicas. De modo a teorizá-la e criticá-la, é necessário usar o quadro de referências da luta revolucionária negra, incluindo o próprio Coletivo Combahee River. Esses movimentos não deveriam ser considerados desvios de um universal, mas, sim, a base para desestabilizar a categoria de identidade e criticar formas contemporâneas de política identitária – fenômeno cuja forma histórica específica a luta revolucionária negra não poderia ter previsto ou antecipado, mas cujos percussores ela identificou e a eles se opôs. (Haider, 2019, p. 37).

Asad Haider cita a atuação de algumas mulheres negras dos Estados Unidos, a exemplo do Coletivo Combahee River (CCR), um grupo de militantes negras e lésbicas formando em Boston, na década de 1970, um dos movimentos percussores em mostrar que os grandes sistemas de opressões estão interligados, opondo-se, desde o início, aos perigos que se corre ao individualizar as lutas e reivindicações. Nesse sentido, partindo, principalmente, de um referencial teórico formado nas discussões e produções dos intelectuais e militantes do movimento negro dos Estados Unidos, as críticas e propostas de Haider encontram força ao conectar as opressões de raça e classe. Mas, o autor defende que a tríade: classe, raça e gênero não se trata de categorias identitárias, embora estejam recorrentemente no vocabulário dos grupos que escolhem agir em manutenção do sistema capitalista. Aqui, Asad Haider utiliza-se da análise de Judith Butler, na obra *Problemas de Gênero*, para dizer que a noção de sujeito tem um duplo sentido interessante: tem capacidade de ação, ou seja, ser capaz de exercer poder, mas também pode ser de subordinação, isto é, de estar sob controle de um poder externo.

Por fim, ainda vale a pena mencionar as discussões que vêm sendo feitas por Rodrigo Perez Oliveira, historiador, professor do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia e analista político. Perez é bastante atuante nas redes sociais e tem uma coluna na Revista Fórum, onde publica regularmente. Os textos do historiador estão em consonância com as contribuições dos autores apresentados no

debate sobre a cooptação de pautas pelo neoliberalismo/capitalismo. Sua preocupação central é entender e problematizar a forma de como aquilo que ele chama de identitarismo está esvaziando o debate político no Brasil, à medida em que obscurece e instrumentaliza reivindicações importantes dos diversos movimentos que discutem raça, gênero, sexualidade. Nesse sentido, os textos: Cadê os pobres no discurso político da esquerda brasileira? O BBB 24 e os limites do identitarismo são reflexões pertinentes para compreender como essa discussão está presente na sociedade brasileira.

Temos aqui a manifestação daquele que é o grande impasse da esquerda brasileira contemporânea: a dificuldade em elaborar um discurso para os pobres e a resistência em tratar a pobreza material como a principal experiência de opressão inventada pela modernidade capitalista. As populações que não se percebem, através dos marcadores identitários de raça e gênero estão sendo abandonados. É como se a esquerda brasileira estivesse dizendo para essas pessoas: “não temos nada a dizer para vocês que são apenas pobres”. Os temas da pobreza material e da desigual distribuição da riqueza praticamente desapareceram do vocabulário político da esquerda brasileira. (Perez, 2024)<sup>81</sup>.

Se convencionou chamar de “identitarismo” o tipo de sensibilidade política que ampliou as experiências de opressão para além da materialidade econômica. Movimentos sociais organizados por mulheres, por pessoas LGBTQs e por negros passaram a afirmar suas trajetórias de opressão a partir de suas condições de existência. O resultado foi a ampliação dos agentes sociais que, em tese, seriam os opressores. No vocabulário político feminista, os homens, privilegiados no patriarcado, são os opressores. Na linguagem LGBTQ, o opressor é o homem heterossexual. Para o movimento negro, os opressores são os brancos em geral. Assim, a dicotomia “Rico opressor privilegiado X pobre oprimido” foi ficando cada vez mais em segundo plano entre as prioridades políticas da esquerda contemporânea. (Perez, 2024)<sup>82</sup>.

Os trechos acima foram retirados dos textos supracitados<sup>83</sup> de Rodrigo Perez publicados na Revista Fórum. É importante destacá-los, pois o conteúdo das explicações parte de um mesmo entendimento, atuação e leitura política em que Perez vem

<sup>81</sup> Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opiniao/2024/1/17/cad-os-pobres-no-discurso-politico-da-esquerda-brasileira-por-rodriigo-perez-152391.html>

<sup>82</sup> Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2024/02/16/o-bbb-24-e-os-limites-do-identitarismo/>

<sup>83</sup> Ainda se quer destacar, de autoria de Rodrigo Perez, os textos: Os dilemas da esquerda contemporânea. “No mundo inteiro, a esquerda contemporânea está fundada no paradigma da diversidade, ou no “identitarismo”, se quiser adotar vocabulário menos polido. Trata-se de olhar para a sociedade e buscar as diferenças, a diversidade, o que inviabiliza o desenvolvimento de uma abordagem política que seja capaz de afetar a totalidade das pessoas, ou pelo menos as maiorias numéricas. A esquerda abandonou completamente as pretensões universalistas. É urgente o esforço de pensar a sociedade a partir daquilo que aproxima as pessoas, daquilo que elas têm em comum” (Perez, 2024). Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opiniao/2024/6/12/os-dilemas-da-esquerda-contemporanea-por-rodriigo-perez-160358.html>.

E, ainda, A criação da Bancada Negra e a armadilha da identidade. “A criação da bancada negra é um grave erro estratégico. É uma armadilha! Diferente da frente parlamentar antirracista, instaurada em abril sob a liderança da ministra Anielle Franco, a Bancada Negra não tem sua razão de existência fundada em uma agenda temática, mas sim na afirmação de uma identidade racial profunda e perigosamente essencializada” (Perez, 2023). Disponível em: <https://revistaforum.com.br/opiniao/2023/11/2/criao-da-bancada-negra-armadilha-da-identidade-por-rodriigo-perez-147077.html>

construindo ao longo de sua trajetória pública e na ocupação de canais comunicativos. Nessa perspectiva, partindo sempre de temas que estão em evidência e que despertam o interesse do grande público, Perez esforça-se para conectar os assuntos àquilo que é a sua questão central: como o identitarismo está esvaziando o debate político e a atuação da esquerda brasileira contemporânea.

No entanto, acredito que as contribuições de Rodrigo Perez carecem de algumas ressalvas. Em primeiro lugar, é importante destacar a relevância que o bom debate de Perez promove nas redes sociais. Seus textos e publicações são corajosos, tornando-o um dos poucos, nesse ambiente, a enfrentar com ética e compromisso a urgência das questões abordadas. Entretanto, em alguns momentos, Perez acaba caindo na hierarquização das opressões, defendendo que a categoria classe deve ser a principal prioridade, o que considero um velho erro das esquerdas. Dessa forma, acredito que é necessário promover discussões e debates que sejam capazes de conectar as categorias gênero, classe e raça, mas sem se deixar cair na política identitária sistematizada por Asad Haider e Angela Davis.

Nessa perspectiva, as discussões mobilizadas por Nancy Fraser, Angela Davis, Asad Haider, Judith Butler, Rodrigo Perez são pertinentes para pensar a relação entre agronegócio, mulheres e trabalho feminino no campo. Partindo da noção que o agronegócio é uma forma de produção que implanta os valores capitalistas no campo, quer-se pensar aqui as narrativas que sugerem uma relação entre este modelo de produção e a atuação feminina. É importante destacar que quando se indaga: Quem são as mulheres do agronegócio? busca-se deixar evidente que existem narrativas diferentes sobre o mesmo agronegócio.

Dessa forma, o argumento deste texto defende que existe uma narrativa hegemônica sobre o agronegócio, ou seja, aquela que o coloca como um setor indispensável para a economia brasileira, que promove o progresso dos campos brasileiros, responsável por gerar emprego e renda. Por outro lado, existem grupos sociais que oferecem contranarrativas, nas quais denunciam os efeitos nefastos do agronegócio na saúde, na qualidade de vida das populações e no meio ambiente. Dentro dessa perspectiva, pergunta-se: Como o agronegócio se apropria de pautas feministas para se promover como um setor inquestionável? Quem são as mulheres que contribuem para uma imagem hegemônica sobre o agronegócio? Existem mulheres que se contrapõe a este modelo de desenvolvimento?

O CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) da USP (Universidade de São Paulo) publicou, em 2018, um estudo intitulado *Mulheres no Agronegócio*. O volume apresenta dados estatísticos para corroborar a ideia de que as mulheres estão cada vez mais presentes no agronegócio, que os homens ainda predominam no segmento primário, ou seja, na agropecuária, e que as mulheres atuam principalmente nas agroindústrias e nos agros serviços. O estudo considerou diversos tipos de atividades, como por exemplo, as que compõem a agroindústria de processamentos: produtos alimentícios e bebidas; têxteis e vestuários; couro, madeira, papel, celulose; móveis de madeira; e atividades que compõem a agropecuária: floricultura, suinocultura, hortifruticultura, grãos, pesca e aquicultura, entre outros. Alguns trechos do estudo apontam:

(...) as mulheres são muito demandadas em funções que exigem um manuseio mais cuidadoso da fruta; já em funções que exigem força física, há um desestímulo a contratação. (...) Tendo em mente a evolução positiva da participação da mulher no agronegócio, o caráter agroindustrial e de serviços dos empregos, parte-se para análise de aspectos adicionais sobre essa evolução. (Barros *et. al*, p. 07, 2018<sup>84</sup>).

Figura 7 – Mulheres trabalhando na produção de frutas e na criação de caprinos



Fonte: Barros *et al.* (2018)<sup>85</sup>.

Nota-se que o estudo fala de uma evolução positiva da participação feminina no agronegócio. Ao longo do texto, diversas imagens de mulheres são mobilizadas. Elas mostram mulheres jovens e de meia idade, sorridentes, vestidas adequadamente para a função que estão exercendo, seja cuidando de animais, seja cultivando frutas. Diante disso, fica muito evidente qual imagem sobre o agronegócio se quer mobilizar: um

<sup>84</sup> BARROS, G.S.C.; CASTRO, N.R.; GILIO, L.; SOUZA JUNIOR, M.L.; MORAIS, A.C.P.; ALMEIDA, A.N. *Mulheres no Agronegócio*. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), Piracicaba, v.1, n.1, 2018.

<sup>85</sup> Idem

indispensável setor da economia brasileiro que sabe a importância do trabalho feminino e, por isso, o estimula e apoia. Diante de tantos números positivos e imagens harmônicas fica difícil não acreditar nas boas intenções do agronegócio.

Nessa perspectiva de discutir as relações entre agronegócio e a atuação de mulheres no setor, é importante destacar que, desde 2016, acontece anualmente no Brasil o CNMA (Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio). Na página oficial do congresso lê-se:

Nosso tema objetiva nos inspirarmos cada vez mais para “dobrar o agro de tamanho com sustentabilidade” nos próximos 10 anos, e eu isso seja doravante valorizado e percebido como uma “marca brasileira”, sempre dentro da visão de cadeias produtivas. O potencial da mulher no sistema do agronegócio brasileiro e no mundo cresce exponencialmente. Nas análises que realizamos ao longo de 7 anos reunindo mais de 12 mil mulheres e autoridades do setor, identificamos o que chamamos das 7 virtudes que caracterizam as congressistas CNMA: liderança, resiliência, comunicação, afetividade, empreendedorismo e responsabilidade. Chamamos aqui de “aceleradores de inovação”<sup>86</sup>.

Numa rede social do evento é possível ler a qual público o congresso diz se destinar:

O CNMA – Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio – é um encontro feito para você, mulher moderna e agro urbana. Destinado a agricultoras, pecuaristas, cooperadas, profissionais da indústria, produtoras integradas, sucessoras, executivas de corporações do setor ou herdeiras de propriedade agropecuária. O evento prioriza a relevância feminina para o avanço inovador, rentável, sustentável e ético do agronegócio. #oagroédelas<sup>87</sup>.

A partir dos fragmentos supracitados, fica evidente a qual narrativa sobre o agronegócio o CNMA está a serviço. É interessante pensar nos argumentos destacados por Nancy Fraser, ao associar neoliberalismo e pautas femininas. É muito evidente como estamos diante de uma narrativa que manipula a ideia de que mulheres precisam estar no mercado de trabalho, de que mulheres precisam de visibilidade, liderança, empoderamento para pôr fim à dominação masculina. O grande problema desses conceitos, que, diga-se de passagem, estão muito presentes no vocabulário político, cultural, social, é que eles não rompem com a lógica de exploração do trabalho, dos problemas acarretados pelo agronegócio ao meio ambiente, à saúde e à qualidade de vida das populações.

---

<sup>86</sup> Disponível em: <https://www.mulheresdoagro.com.br/>

<sup>87</sup> Disponível em: <https://br.linkedin.com/showcase/congresso-nacional-das-mulheres-do-agronegocio/>



Figura 8 – 7º CNMA em 2022



Fonte: Globo (2022)<sup>88</sup>.

A foto acima foi tirada no 7º CNMA e veiculada pelo site do Globo Rural. Uma observação rápida da imagem possibilita inferir quem são as pessoas e, principalmente, quais as mulheres que participam desse tipo de evento: mulheres, brancas de classe média/alta.

Ao navegar na página oficial do CNMA, é possível ver quais as palestrantes estiveram presentes na última edição do evento. Quem são essas mulheres que estão à frente do agronegócio no país? Érika Lira Chaves, produtora rural e fundadora do grupo As Fazendeiras; Lia Harumi Kato, especialista de marketing tático de pulverizadores e plantadeiras; Priscilla Paiva, jornalista e apresentadora do canal rural; Gislaine Balbinot, diretora executiva da abag; Andrea Azevedo, diretora do fundo Amazônia d JBS; Barbara Sapunar, diretora de business transformation da Nestlé Brasil; Letícia Kawanami, diretora de sustentabilidade do negócio agrícola da Cargil, na América do Sul. A lista de mulheres “bem-sucedidas” que participaram da última edição do CNMA é longa. Acima foram citadas apenas algumas delas.

Além disso, outro ponto importante de ser ressaltado diz respeito aos patrocinadores do evento, entre eles estão: Cargil, empresa estadunidense presente no Brasil desde 1965, sua atividade é produção e processamento de alimentos; Banco

<sup>88</sup> Disponível em: <https://globorural.globo.com/noticia/2022/10/lideranca-feminina-foi-o-destaque-do-congresso-nacional-das-mulheres-do-agronegocio.ghtml>

Bradesco; Jacto, empresa brasileira criada em 1945, presente em mais 100 países, especializada em técnicas de pulverização, adubação, plantio, colheita. Trata-se de empresas grandes de forte participação no capital nacional e internacional. Tudo isso para combinar com a altura do evento, cuja inscrição custa em média 1600 reais.

Além do CNMA, também é possível citar outras organizações que promovem a participação e o “protagonismo” das mulheres no agronegócio. Nesse sentido, pode-se citar a atuação da Agromulher, uma plataforma de educação e desenvolvimento profissional dedicada exclusivamente às mulheres do setor agrícola. Nas redes sociais, a plataforma se apresenta como:

Sobre Nós: na AgroMulher, acreditamos no poder da liderança feminina para transformar o agronegócio. Somos a primeira plataforma de educação e desenvolvimento profissional dedicada exclusivamente às mulheres do setor agrícola. Nosso objetivo é fornecer as ferramentas, os recursos e o suporte necessário para que mulheres possam prosperar e liderar em um dos setores mais importantes da economia.

Nossa Missão: Capacitar, conectar e promover mulheres no agronegócio, proporcionando educação de alta qualidade, oportunidades de networking e suporte contínuo para desenvolver líderes que façam a diferença.

Nossos Serviços:

- Educação Continuada: Oferecemos uma variedade de cursos online, workshops e seminários que abordam temas desde habilidades técnicas agrícolas, até liderança e gestão empresarial.
- Mentorias: Conectamos nossas membros com mentoras experientes no setor para orientação personalizada e suporte no desenvolvimento de carreira.
- Networking: Organizamos eventos regulares, tanto online quanto presenciais, para fomentar a troca de ideias e fortalecer a rede de contatos entre profissionais do agronegócio.
- Planos de Assinatura: Disponibilizamos diversos planos, incluindo Gratuito, VIP, Consultora do Agro e CEO do Agro, cada um projetado para atender às diferentes necessidades e aspirações de nossas usuárias.

Por Que AgroMulher? Escolher a AgroMulher significa investir em seu futuro no agronegócio. Com uma comunidade crescente de mulheres inspiradoras e influentes, nossa plataforma não é apenas um lugar para aprender, mas um espaço para crescer, inovar e liderar<sup>89</sup>.

Referente à realização da última edição do CNMA, o site da Agromulher divulgou uma parceria com o evento, oferecendo, inclusive, um cupom de desconto para a participação do congresso. “Ao se inscrever no Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio em parceria com a Rede Agro Mulher você ganha 10% de desconto na hora da inscrição, basta colocar o código do cupom: AGROMULHER10<sup>90</sup>”. Dessa forma, as

<sup>89</sup> Disponível em: <https://br.linkedin.com/company/agromulher>

<sup>90</sup> Disponível em: <https://portal.agromulher.com.br/a-agromulher-em-parceria-com-congresso-nacional-das-mulheres-do-agronegocio/>

semelhanças entre os interesses do CNMA e da Agromulher são escancaradas: promover a participação e a liderança feminina no setor “mais importante da economia brasileira”.

Ainda é possível refletir sobre a estratégica atuação da plataforma Agromulher, na qual usa as bandeiras da educação e do protagonismo feminino para ampliar e fortalecer o agronegócio brasileiro. A Agromulher foi fundada pela engenheira agrônoma Vanessa Sabioni, em 2017. Para Sabioni, o “empoderamento” feminino é uma das chaves para promover o desenvolvimento profissional das mulheres no agro.

A Rede Digital AgroMulher promove todas as mulheres do agro e os grupos formados por elas, e apoia o empoderamento feminino no sentido de fortalecimento e união. Compartilha conteúdos sobre agromulheres de todo o Brasil, além de publicações relacionadas a carreira, gestão, universo agro e notícias. Fazemos eventos digitais com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal e profissional de jovens, estudantes, profissionais, gestores, empreendedores e jornalistas do agro<sup>91</sup>.

De acordo com a narrativa apresentada até aqui, as mulheres estão cada vez mais presentes no agronegócio. As mulheres que participam do CNMA, que pagam para aprender como se qualificar profissionalmente para atuar no setor e as mulheres apresentadas pelo estudo do CEPEA, são mulheres felizes, que dispõem de boas condições de trabalho, de roupas e materiais adequados para exercerem suas funções. Até aqui se está diante de um discurso oficial e hegemônico sobre o agronegócio, no qual corrobora com a propaganda: *O agro é pop, o agro é tudo*. Mas, qual a contrapartida dessa narrativa?

Nessa perspectiva de pensar outras narrativas, diferentes das que foram apresentadas até aqui, parte-se, mais uma vez, de entrevistas de História Oral. A primeira entrevista mobilizada é a de Antônia Luzia de Oliveira Costa, liderança do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Ceará, mais especificamente no Vale do Jaguaribe, realizada em 2020.

Antônia Luzia é filha de agricultores. Desde sempre, ela teve uma vida marcada pela luta que reivindica o direito à terra. Ao lembrar da infância, Luzia conta as dificuldades que seu pai tinha para sustentar a família, mas ela recorda quando tudo começou a mudar. Foi o momento em que sua família teve acesso a alguns lotes, após a construção do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi, no Baixo Jaguaribe. Essa espacialidade, desde as últimas décadas do século passado, recebe projetos de impacto

---

<sup>91</sup> Disponível em: <https://blog.mfrural.com.br/a-historia-do-portal-agromulher-pela-engenheira-agronoma-vanessa-sabioni/>

contra às secas, a fim de facilitar o acesso à água na região. No entanto, essas obras geraram muitos conflitos de terra e acesso à água, e uma parte dessa história está relacionada à chegada do agronegócio no Ceará, mais especificamente, no Vale do Jaguaribe e na Chapada do Apodi, na década de 1990.

Como já foi mencionado nos capítulos anteriores, a chegada do agronegócio gerou impactos sociais e ambientais significativos, principalmente, para aqueles que foram diretamente afetados pela implantação de grandes empreendimentos agroexportadores, como pequenos agricultores e populações de comunidades próximas às instalações agroindustriais.

Antônia Luzia conta que conheceu o MST em 2014, mas, antes de se tornar uma das lideranças femininas do movimento na região, ela conta que trabalhou em algumas empresas de fruticultura, instaladas na Chapada do Apodi. Ao lembrar sobre os seus trabalhos nas empresas, Luzia narra:

Em 2009 eu entrei na WG, uma empresa de melão que tinha lá perto do Tomé. Eu comecei a trabalhar e logo eu adoeci, tive problema de pele, sentia muita dor de cabeça, me machuquei, né, machuquei minha mão no peso do melão, né, a gente fazia uma manobra lá que a mão da gente ia pra trás se não tivesse cuidado, então a pessoa jogou o melão pra mim eu peguei com mão e machuquei a mão, a mão foi pra trás e acabei machucando feio a mão. (Costa, 2020)<sup>92</sup>.

A narrativa de Luzia vai na contramão daquilo que foi analisado na primeira parte deste tópico. Ao invés de um trabalho em que predominam mulheres felizes e bem-equipadas para realizar suas atividades, Luzia nos coloca de frente com dimensões muito críticas deste tipo de trabalho em que, muitas vezes, coloca os trabalhadores e trabalhadoras em contato direto com agrotóxicos, o que prejudica sobremaneira a saúde e a qualidade de vida. Além disso, pode-se pensar nos perigos de realizar certas manobras que podem causar lesões corporais, como a relatada por Luzia. Quando perguntada sobre possíveis sequelas deixadas pelo trabalho realizado nas empresas, Luzia conta: “O problema que até hoje eu ainda tenho é problema de coluna, né, porque a gente se agachava. A gente passava mais tempo agachada do que mesmo em pé, porque era na colheita a gente fazia um movimento e passava o dia assim” (Costa, 2020).

Em outro momento Luzia fala sobre a jornada de trabalho:

---

<sup>92</sup> Entrevista concedida em 22 de janeiro de 2020, na universidade FAFIDAM, em Limoeiro do Norte. Luzia é atualmente liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região, trabalhos nas empresas Banesa/ Tropical Nordeste e WG fruticultura, em Limoeiro do Norte.

Lá na Banesa a gente trabalhava no galpão, né, e aí a gente chegava de 8 da manhã e ia até 2 horas, 1 hora, 2 horas da manhã do outro dia. E aí, novamente, tinha que acordar de 7 horas pra sair 8 horas novamente. Então, a gente dormia muito pouco. Lá na WG a gente entrava de 6, né, tinha o horário de almoço de 11, pegava de 1 e acabava de 5. Mas aí era muito pesado também por essas questões que a gente fazia tudo, desde o preparo do solo até a colheita, né. As mulheres também faziam isso e era muito quente, no meio do sol. Tinha muito cheiro de enxofre, de veneno mesmo. (Costa, 2020).

Banesa<sup>93</sup> e WG<sup>94</sup> são duas das empresas, de fruticultura instaladas na Chapada do Apodi, onde Antônia Luzia trabalhou. As experiências de Luzia chamam atenção para o horário de trabalho. Ela precisava acordar de madrugada para preparar o almoço que seria levado para o trabalho e conseguir chegar a tempo na empresa. Além disso, ela ainda destaca o trabalho que ia desde o preparo do solo até a colheita. Um serviço pesado, exposto ao sol, realizado em posições desconfortáveis e prejudiciais à saúde, além do contato direto com diversos produtos químicos, diante dos quais, muitas vezes, a empresa não disponibilizava equipamentos que garantissem a segurança dos trabalhadores e trabalhadoras.

As imagens construídas a partir dos relatos de Antônia Luzia são bem diferentes da ideia polida e de sucesso apresentada pelas mulheres que integram o CNMA e da rede Agromulher. Dessa forma, é possível afirmar que a relação entre o agronegócio e o trabalho feminino encontra nas experiências de mulheres trabalhadoras uma outra narrativa. O que há do outro lado da moeda: mulheres sujeitas a longas jornadas de trabalho, assumindo dupla ou tripla jornada, salários baixos, em condições insalubres e perigosas de trabalho.

Nessa mesma perspectiva de oferecer uma outra narrativa sobre a relação entre agronegócio e o trabalho feminino, a publicação *Mulheres em Diálogo: saberes e experiências sobre trabalho, ambiente e saúde na Chapada do Apodi/Ce* é interessante. Trata-se de um caderno que funciona como um instrumento de formação, informação e reflexão. Seu conteúdo é resultado de um projeto desenvolvido no período de 2013 a 2015, chamado Estudo sobre exposição e impactos dos agrotóxicos na saúde das mulheres

---

<sup>93</sup>A empresa Tropical Nordeste Agrícola Ltda que tem como razão social Tropical Nordeste Fruit Agroindústria foi fundada em 19/05/2004. No mercado, a empresa está localizada na Fazenda Banesa, Nº S/N no bairro Distrito Tomé, em Limoeiro do Norte. A empresa Tropical Nordeste Agrícola Ltda está cadastrada na Receita Federal sob o CNAE 0133-4/02 com atividade fim de Cultivo de banana.

<sup>94</sup>WG Produção e Distribuição de Frutas Ltda tem a localização da empresa matriz em Baraúna, Rio Grande do Norte e filiais nas cidades de Caraúbas no Rio Grande do Norte, Quixeré e Aracati no Ceará. A WG se destaca pela produção em cultivo permanente de banana, melão, mamão, melancia, abacaxi, entre outras culturas.

camponesas da região do Baixo Jaguaribe, Ceará, contemplado pela Chamada MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA Nº 32/2012 e coordenado pelo Núcleo Tramas da UFC.

Dividido em vários tópicos, a publicação aborda temas como: quem são as mulheres da Chapada do Apodi, o dia a dia de trabalho dessas mulheres, o feminismo, a relação entre trabalho e agronegócio, a preservação do meio ambiente, o uso de agrotóxicos e os riscos que eles oferecem ao meio ambiente e à saúde humana. Ao longo do conteúdo, vários relatos de mulheres, coletados a partir das rodas de conversas promovidas pelo projeto, vão aparecendo. Dentre eles, destaca-se:

Eu me levanto 5h, viu? Aí eu lavo meu quintal, pego o lixo, vou fazer café, lavo as louças, lavo o banheiro, aí escovo os dentes, pego minhas coisas e vou embora. Aí passo o dia trabalhando e quando eu chego ainda faço janta. Chegando cedo, né? Chegando 5h até 6h eu faço janta, senão eu pego e janto lá [na empresa agrícola] que, passando de 6h, eles já dão jantar a nós. Mas senão eu chego e faço minha jantinha e cuido dessa menina [neta], cuido do outro [neto], faço mingau e boto pra dormir. Minha rotina é até 11h [da noite], quando dá 11h eu vou dormir. (Entrevista realizada no âmbito do projeto).

Mais uma vez, observa-se uma rotina de trabalho de uma mulher que cuida da casa, dos netos, cozinha e ainda trabalha em uma empresa. Será que as preocupações do CNMA e da rede Agromulher estão interessadas em melhorar a qualidade de vida dessas mulheres? O debate produzido por essas redes e eventos contemplam ou até mesmo consideram o cotidiano de trabalho de mulheres como a do relato acima ou de Antônia Luzia? A resposta é óbvia, pois é evidente que o maior interesse dessas organizações é produzir uma narrativa, na qual apenas certas mulheres devam ocupar espaços de poder (mulheres brancas da elite) e ajudam a consolidar o agronegócio, como o setor mais importante e mais lucrativo da economia brasileira.

Diante da narrativa e da contranarrativa sobre o agronegócio, é urgente atentar para as contribuições de Nancy Fraser, Angela Davis, Judith Butler e tantas e tantos outros pensadores que chamam atenção para agendas, lutas e reivindicações de direitos que vêm sendo negados pelo capitalismo/neoliberalismo. Os movimentos sociais, a sociedade civil, intelectuais e políticos de esquerda precisam estar atentos na produção de debates e na elaboração de políticas públicas, pois os interesses do capital nem sempre são escancarados. Eles vestem de novo para agir em prol da manutenção daquilo que é antiquíssimo: a dominação das mulheres, a inferiorização e desumanização das pessoas negras, a perpetuação da pobreza, da fome e da superexploração do trabalho.

## **4.2 Do trabalho nas casas de família à carteira assinada: a vida e o trabalho doméstico nas narrativas de Vera Lúcia Lima de Oliveira**

Este tópico tem o objetivo de apresentar a história de vida e a relação com o trabalho de Vera Lúcia Lima de Oliveira. Como foi abordado no primeiro capítulo deste trabalho, Vera Lúcia foi uma das mulheres viúvas que eu entrevistei durante o trabalho de campo. Vera foi uma das mulheres com quem eu realizei mais de uma entrevista. Inicialmente, a conversa tinha como foco saber sobre a vida e o trabalho de seu companheiro, José Eudes, entender melhor qual trabalho ele exercia, em qual empresa ele trabalhava, o tipo de doença que ele desenvolveu, como havia sido o tratamento e o processo que se passou com a doença, o sofrimento até chegar à morte. Ademais, buscamos as narrativas de uma mulher viúva, para pensar como essa condição da viuvez aparecia nos seus relatos.

A primeira vez em que estive na casa de Vera havia sido muito corrido e barulhento. Eram umas 15 horas da tarde. Vera e alguns de seus familiares conversavam sentados em frente à casa, embaixo das aliviantes sombras de uma árvore. Diante da situação, eu poderia ter pedido para irmos a outro lugar mais tranquilo, mas eu fiquei com receio de transformar aquela entrevista em alguma coisa formal demais. Isso poderia deixá-la desconfortável e acabar prejudicando aquilo que Vera poderia querer me contar. Dessa forma, comecei a fazer as perguntas ali mesmo diante de suas irmãs e cunhadas. Nessa primeira entrevista, a conversa ficou muito concentrada nas lembranças de seu companheiro. Ela falou sobre o dia em que ele passou mal pela primeira vez, como souberam da doença, as idas aos hospitais, às vezes em que José Eudes havia ficado internado nos hospitais de Fortaleza, quando ele voltou para casa; as dificuldades e o sofrimento que ele enfrentou com a doença.

Após a primeira entrevista, eu pensei que o relato de Vera Lúcia havia sido muito bom, pois ela tinha falado bastante sobre a doença, o sofrimento e a morte de seu companheiro. Mas depois senti que muitas coisas sobre a própria Vera não tinham sido mencionadas, embora ela tivesse comentado sobre a dimensão do trabalho, as narrativas sobre a sua história de vida, sua família, seu filho mal tinham aparecido. Nesse sentido, eu decidi voltar a sua casa e fazer uma nova entrevista, mas desta vez, José Eudes não era mais o ponto de partida. Agora, eu queria saber sobre a vida de Vera Lúcia. Ao contrário do primeiro encontro, a segunda entrevista foi calma, mais demorada e sem a presença de

outras pessoas. Durante 2 horas, Vera me contou sobre sua infância, seu primeiro namorado, seu primeiro casamento, seu filho, sua família e seu trabalho.

Vera Lúcia Lima de Oliveira é uma mulher negra, nascida em Quixeré, cidade da região do Vale do Jaguaribe, no ano de 1979. Dez anos após o seu nascimento, em 1989, Vera Lúcia e sua família mudaram-se para o município de Limoeiro do Norte, mais especificamente para o bairro da Boa Fé, lugar onde reside até os dias de hoje. Há um pouco mais de 30 anos, quando Vera passou a morar no bairro, a Boa Fé era bem diferente de agora, nas palavras de Vera: “Naquela época, aqui não era desse jeito: era só mato, tinha poucas casas, era umas duas ou três casas só na época”.

A Boa Fé é uma área mais afastada do centro de Limoeiro do Norte, hoje, o bairro possui um conjunto de ruas horizontais e verticais não asfaltadas. É um lugar majoritariamente residencial, com casas simples e rodeado de terrenos sem edificações, onde cresce ervas daninhas e é possível observar o acúmulo de lixo. No relatório final dos Planos Diretor e de Mobilidade de Limoeiro do Norte, documento elaborado a partir do financiamento do governo do Estado do Ceará, visando melhorar o planejamento urbano em algumas cidades cearenses, entre elas Limoeiro do Norte, o documento lista uma série de áreas limoeirenses, dentre elas, o bairro da Boa Fé. Destacam-se no documento as vulnerabilidades sociais, econômicas, ambientais da localidade e a carência de espaços de lazer e convivência dessas regiões.

Faz divisa com a área central, sendo delimitada a oeste pelo Rio Jaguaribe e a leste/nordeste pela Avenida do Contorno. É atravessada pelas rodovias estaduais CE-123, CE-358 e CE-266, em torno das quais sua ocupação se estruturou. A ocupação é predominantemente de famílias de baixa renda e em grande parte recente, ainda em processo de consolidação com vários novos loteamentos sendo implantados. A região sofre com inundações quando ocorrem enchentes muito mais fortes. Há carência de espaços públicos para lazer e convivência na UDE Luiz Alves de Freitas e Boa Fé. As Ruas José Ferreira Sombra e Sabino Roberto concentram comércios e serviços para atendimento local, formando uma centralidade na região, mas ainda insuficiente para suprir as demandas básicas dos moradores. Está em construção a Escola Técnica Estadual, que deve valorizar a área e funcionar como fator de atração de empreendimentos imobiliários. Destaca-se como edificação de interesse histórico o Casarão dos Freitas, situado no Bairro Boa Fé. (Caderno Resumo dos Planos Diretor e de Mobilidade de Limoeiro do Norte)<sup>95</sup>.

Na segunda entrevista, comecei perguntando sobre a história de vida de Vera Lúcia, logo no início eu a expliquei que gostaria de conversar um pouco mais sobre ela e

---

<sup>95</sup> Caderno Resumo dos Planos Diretor e de Mobilidade de Limoeiro do Norte, 2018.



menos a respeito de seu falecido companheiro. A primeira pergunta foi sobre a sua infância. O curioso é que até mesmo nesse momento Vera falava sobre o trabalho.

A minha infância desse jeito mesmo, trabalhando, sempre trabalhemo. Quando era mais nova ajudava o pai. Meu pai era batedor de tijolo, aí ele levava a gente pra ajudar lá. Era ali no Sítio Martins, ele batia tijolo lá. Aí ele trabalhava com meu irmão mais velho, né. E aí, nós já maiorzinho, ele levava nós pra ajudar também, pra carregar tijolo, desquinar. (Oliveira, 2023).

Vera tem três irmãs e um irmão. Na época em que sua família foi morar em Limoeiro do Norte, sua mãe era dona de casa e seu pai fabricava tijolos. Vera conta que sua vida sempre foi muito difícil. Quando saiu de sua cidade natal, passou por diversas dificuldades financeiras e muitas vezes faltava o básico, como alimentação e vestuário. Ao longo de sua narrativa, ia ficando mais compreensível porque Vera sempre falava de trabalho. Isso sempre ganhava destaque, quando ela lembrava e contava sobre sua vida, afinal de contas, Vera sempre trabalhou. Desde a infância, Vera e os irmãos eram levados pelo pai para trabalhar na fabricação de tijolos. Ela conta que eles carregavam e moldava o tijolo na forma que ele deveria ser comercializado.

A fabricação de tijolos e outros materiais ceramistas é bem presente na região do Vale do Jaguaribe. Sobre esse tema, o pesquisador Francisco de Assis Mendes aponta que essa é uma atividade tradicional nas ribeiras do Jaguaribe, exercida por artesãos, oleiros e operários, nos quais trabalharam nas primeiras fábricas desse ramo que surgiram na década de 1960, na região.

O trabalho com o barro passou por transformações profundas ao incorporar o uso do maquinário, a partir da década de 1960. As antigas olarias foram dando lugar às várias fábricas de telhas e tijolos, mais conhecidas como “cerâmicas”, cuja produção em larga escala ampliou a demanda por mão de obra, influenciando o deslocamento de indivíduos ou famílias inteiras de outras cidades do Ceará ou de estados vizinhos para se inserirem no trabalho fabril. Embora tenha registrado famílias que vieram de estados vizinhos, a grande maioria dos deslocamentos se deram dentro dos limites do Ceará, a partir de cidades localizadas fora ou que integram a macrorregião do Vale do Jaguaribe. (Mendes, 2023, p. 96).

No artigo *Trabalhadores do barro: condição operária, precariedade e astúcias dos “Peões De Cerâmica”*, Mendes aponta que na década de 1980 houve uma expansão das fábricas ceramistas na região do Jaguaribe, atraindo muitas migrações para as cidades em que as fábricas estavam sendo instaladas. Mendes ainda chama atenção para o fato de essas fábricas terem introduzido uma modernização no setor a partir de uma dinâmica similar àquela que atingiu a agricultura, com a construção do Perímetro Irrigado de Morada Nova (PIMN), iniciado em 1968. “O trabalho com o barro foi atingido pela

mesma onda modernizadora que havia chegado à agricultura, cujos projetos de agronegócio refletiam a lógica de produção e lucro”. (Mendes, 2023, p. 96).

Segundo Mendes, na década de 1980, Limoeiro do Norte teve um aumento de 27,3% da população. Os novos residentes, oriundos majoritariamente das cidades e regiões vizinhas, chegavam em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Vera Lúcia e sua família estavam inseridos nessa dinâmica de migrações e projetos de modernização que estavam chegando à região do Vale do Jaguaribe. Por último, ainda vale a pena destacar outra questão levantada por Mendes, a qual também faz referência à história de vida de Vera Lúcia. Trata-se da existência do trabalho infantil nessas fábricas produtoras de materiais ceramistas.

Mesmo inseridos na dinâmica fabril, cujo ritmo e relações de trabalho se diferenciam do campo, alguns marcadores da cultura tradicional camponesa se apresentavam no novo contexto. Podemos citar como exemplo as relações de caráter paternalistas que se estabeleceram entre alguns operários e patrões, ou ainda, a “naturalização” do trabalho infantil nas fábricas, reproduzindo o costume do campo, quando os filhos ainda pequenos são levados para “ajudarem” na lavoura. A presença do trabalho infantil nas fábricas de cerâmica estava relacionada aos costumes do campo, à visão do trabalho como elemento dignificante na formação do sujeito e à necessidade de mais pessoas trabalhando para assegurar o sustento de suas famílias, de modo geral, mais numerosas, se compararmos com os padrões atuais. (Mendes, 2023, p. 99).

Vale a pena mencionar que, ao longo da segunda metade do século XX no Brasil, a idade mínima para exercer atividades laborais, na categoria de aprendiz, variou entre 12 e 14 anos, e a idade mínima para o trabalho chegou a ser 15 anos em 1973, segundo a Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>96</sup>. Apenas em 1990, foi promulgado, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), documento que mobilizou um amplo debate, dentre os diversos segmentos sociais, com o objetivo de discutir e instituir no âmbito legal os direitos comuns a todas as crianças e adolescentes brasileiros. Todavia, enquanto a sociedade discutia e avançava nessa legislação, o trabalho infantil era uma realidade para milhares de crianças, das quais Vera Lúcia e seus irmãos faziam parte.

Em 1994, houve a criação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). Para fazer o debate, estavam presentes representantes do governo, de trabalhadores, de empregadores, do Sistema de Justiça, de organizações não governamentais, da OIT e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), todos

---

<sup>96</sup> Disponível em: <https://livredetrabalho infantil.org.br/trabalho-infantil/historico-do-trabalho-infantil/>

assinaram a ata de criação do Fórum.<sup>97</sup> Nesse mesmo ano, Vera Lúcia completou 15 anos de idade e começou a trabalhar como empregada doméstica. “Aí, quando eu completei 15 ano, comecei a trabalhar em casa dos outros. Aí arrumei um namorado, com 16 anos, com 17 anos engravidei. Aí pronto, me juntei logo.” (Oliveira, 2023). A infância de Vera, como ela mesma disse, “foi assim trabalhando”. Na adolescência, em um período de três anos, sua vida passou por muitas mudanças que a fizeram amadurecer depressa. Antes mesmo de atingir a maioridade civil, ela já estava em uma união estável e tinha um filho para criar.

O primeiro companheiro de Vera Lúcia, pai de seu filho, também não nasceu em Limoeiro do Norte, sua cidade natal é Aracoiaba. Ele sempre ia visitar parentes que eram vizinhos de Vera. Depois de um tempo, ele foi morar junto ao irmão. Foi aí que ele e Vera começaram a namorar. Não demorou muito, e Vera engravidou de Bruno. Quando a criança nasceu, eles foram morar juntos numa casa de taipa<sup>98</sup>, à qual pertencia aos avós de Vera.

Segundo Vera, o seu primeiro companheiro era um homem egoísta, nunca foi um bom marido, muito menos um bom pai. Pensava apenas nele, e não ajudava muito em casa. Vera lembra as dificuldades que passou para conseguir criar o filho, afinal de contas, ela não podia contar com o pai da criança. Desde quando Bruno completou 1 ano de idade, Vera retornou ao trabalho doméstico para conseguir atender as suas necessidades básicas, dela e as de seu filho. Para conseguir sair para trabalhar, ela deixava o bebê com sua sogra, às vezes, com a mãe, cunhadas e irmãs.

Desde que meu filho nasceu, com um ano, quando ele completou 1 ano eu comecei a trabalhar pra mim não precisar pedir nada a ele. Toda vida foi muito nojento pra dar as coisas dentro de casa. Aí eu digo, nam, quer saber de uma coisa, eu vou é trabalhar pra mim não deixar faltar as coisas do meu filho. (...) Deixava o menino com minha sogra. Minha sogra que ficava com ele. Quando não era ela, minha mãe ficava. Minha sogra também toda vida foi que trabalhou pra sustentar os filho tudim, o pai dele também era ruim. Aí quando ela não podia ficar, minha mãe ficava, às vezes minha cunhada. (...) Na época que ela era minha sogra, a gente se deu muito bem. (Oliveira, 2023).

---

<sup>97</sup> Disponível em: <https://livredetrabalho infantil.org.br/trabalho-infantil/historico-do-trabalho-infantil/>

<sup>98</sup> Segundo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): “a taipa é uma antiga técnica construtiva consistindo em paredes erguidas a partir de terra úmida socada em moldes (a taipa de pilão) ou de tapamento. Constitui-se de finos e longos galhos que serve de estrutura da parede vedada com barro. Geralmente, as casas de taipa são cobertas de palha, sendo a do povo mais abastado coberta de telha e aparentando terem sido erguidas com bloco cerâmico”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/003%20Casa%20de%20taipa.pdf>

Para conseguir trabalhar, sustentar uma casa e cuidar do filho, Vera não podia contar com a ajuda de seu companheiro, mas as mulheres que a cercavam constituíam uma rede de solidariedade, na qual ela podia contar. Vera lembra que, assim como ela, a mãe de seu companheiro também passou pelas mesmas adversidades, pois sozinha também criou seus filhos. Logo depois, ela conta das violências que seu pai praticava em casa com sua mãe.

Meu pai, como todo pai tem seus defeitos, né. Quando ele era mais novo, a minha mãe sofria muito dele, porque ela sempre dependeu dele pra criar nós, aguentava tudo dele, as cachaça, as raparigagem. Quando ele bebia, era muito ignorante. Queria bater na minha mãe, minha mãe saía com nós pequenininho, era assim. (Oliveira, 2023).

É interessante como a imagem do que é ser um pai foi construída por Vera. Suas referências paternas – seja do pai de seu filho, do seu próprio pai, seja do pai de seu primeiro companheiro – a fazem pensar que a ausência, a falta de compromisso, a violência, a agressão fazem parte da natureza de ser pai. Dessa forma, é possível dizer que a vida de Vera e das mulheres que a ajudaram a criar seu filho é perpassada por diversos tipos de violência, as quais só conseguem ser superados a partir da mobilização solidária entre essas mulheres, como por exemplo, quando uma mulher cuida do filho de outra, pois esta necessita sair para trabalhar.

Mas Vera não passou muito tempo com o pai de seu filho. Ela conta que ele sempre tinha sido um mau esposo e um mau pai, porém, tudo se agravou quando ele passou a trabalhar fora. Vera lembra que ele passava mais de 7 meses longe de casa, mandava dinheiro, mas era muito pouco. Só era possível sobreviver, se saísse para trabalhar. Então, ela lembra que não aguentou por muito tempo essa situação e acabou colocando-o para fora de casa. Ao falar de sua casa, Vera se orgulha de ter conseguido, sozinha, reformar a casinha de taipa que pertencia a sua vó e construir uma casa de alvenaria. Hoje, quando Vera fala do pai de seu filho, ela diz que eles têm um bom relacionamento, todavia é possível perceber as mágoas que ela carrega por um homem que sempre a ajudou muito pouco na criação do filho, muito embora se orgulhe de ter conseguido, apesar das inúmeras dificuldades.

Desde que eu me separei dele, eu já tinha dito, ele não é mais nada pra mim, simplesmente é o pai do meu filho e pronto. Meu filho nem é essas coisa com ele, fala com ele e tudo, respeita ele e tudo, mas num tem muito trelelê com ele. Aí tanto faz, ta entendendo? É porque, né foi crescido sem a presença dele, mesmo ele morando com nós ele não era presente em nada na vida dele, né. (Oliveira, 2023).

#### 4.2.1 O preço do trabalho

Contra qualquer acusação de “economicismo”, devemos lembrar que dinheiro é capital, ou seja, é o poder de comandar o trabalho. Portanto, reapropriar aquele dinheiro que é o fruto do nosso trabalho — e do trabalho da mãe e das avós de cada uma — significa, ao mesmo tempo, destruir o poder do capital de extrair mais trabalho de nós (Federici, 2019, p. 48).

Com o objetivo de pensar o trabalho de Vera Lúcia, é interessante retomar e problematizar a história do trabalho doméstico no Brasil. Em primeiro plano, considera-se importante pensar o trabalho doméstico levando em consideração os marcadores de classe, gênero e raça. Nesse sentido, concorda-se com as análises de Angela Davis, a qual defende uma leitura social, cultural, política e econômica que tenta perceber as intersecções entre as opressões sem cair no erro de hierarquizá-las (Davis, 2018). Além disso, faz-se pertinente os seguintes questionamentos: Em quais estruturas e dinâmicas de poder se sustentam o trabalho doméstico? Como está posta a legislação brasileira em relação ao trabalho doméstico? Quais mulheres realizam trabalho doméstico remunerado? Quais mulheres têm acesso e usufruí da legislação trabalhista referente ao trabalho doméstico?

O trabalho doméstico no Brasil é um tema de profunda relevância histórica e social, refletindo não apenas as dinâmicas econômicas, mas também as relações culturais, as quais escancaram as dinâmicas de poder, assim como as questões de gênero e raça que estruturam a sociedade brasileira. Nesse sentido, é impossível falar de trabalho doméstico no Brasil sem se referir ao período colonial e à escravização de corpos negros. Desde os tempos em que o Brasil era uma colônia, o trabalho doméstico tem sido uma atividade essencialmente feminina e racializada, marcada por uma profunda desigualdade e invisibilidade.

No período colonial, as mulheres escravizadas eram frequentemente destinadas ao trabalho doméstico nas casas senhoriais, desempenhando funções como cozinhar, limpar e cuidar das crianças. Conforme argumenta Hebe Mattos, o trabalho doméstico era parte integral da economia escravagista, sustentando não apenas as famílias mais abastadas, mas também contribuindo para a reprodução da própria escravização. (Mattos, 2019).

No artigo *As Relações de Trabalho na Pós-Abolição: uma discussão historiográfica*, Adriana Silva Santos destaca quatro grandes contribuições para pensar o trabalho e o trabalho feminino no período republicano no Brasil. Dentre as obras

analisadas pela autora, estão: *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro – 1860-1910* de Sandra Graham (1992); *Encruzilhadas da Liberdade* de Walter Fraga (2006); *Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX* de Maria Odila Dias (1995) e, por fim, a dissertação de mestrado de Maria Aparecida Sanches (1998) *Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico em Salvador 1900/1950*.

Com destaque para os trabalhos de Sandra Graham (1992) e Maria Aparecida Sanches, que falam mais especificamente sobre o trabalho doméstico, é possível afirmar que, após a abolição da escravização, houve uma reconfiguração do trabalho doméstico. As mulheres negras e pobres, agora libertas, foram incorporadas ao mercado de trabalho como trabalhadoras domésticas, enfrentando condições precárias e salários baixos. Dessa forma, o trabalho doméstico foi fundamental para a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho urbano, após a abolição, mas também perpetuou e manteve formas de exploração e marginalização. Nesse sentido, Graham chama atenção para o fato de que as interações entre “criadas” e patrões está estruturada em uma relação de proteção e obediência. Santos ainda menciona que essa análise pode contribuir para uma interpretação errônea, a qual pressupõe uma certa harmonia nas relações entre patrões e empregadas (Santos, 2009). Nessa mesma perspectiva de analisar os conflitos presentes no exercício do trabalho doméstico, Maria Aparecida Sanches (1998) frisa como eram comuns, no cotidiano de mulheres domésticas, casos de defloramentos, infanticídios, furtos e lesões corporais.

Também vale a pena pensar o trabalho doméstico em uma chave que tente perceber as relações entre capitalismo e o trabalho não remunerado de mulheres. Essa temática constitui o cerne das principais preocupações teóricas da filósofa italiana Silvia Federici. Em seus livros, Federici parte dos estudos de Karl Marx e Friedrich Engels e acaba fazendo importantes contribuições ao pensamento marxista sobre o trabalho à luz dos estudos feministas.

Nesse sentido, o livro *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*, publicado no Brasil em 2019, pela editora Elefante, compila textos que Federici escreveu entre 1975 e 2009. A primeira parte do livro analisa, partindo das experiências de donas de casa, nas décadas de 1960 e 1970. Desvela as construções socioculturais que colocam o trabalho doméstico realizado por mulheres como uma atividade de abnegação, por amor, compreendendo que essa noção implica na desvalorização do trabalho feminino. A autora ainda chama atenção para a urgência de

haver salário para o trabalho doméstico, pois isso contribuiria com as estratégias revolucionárias ao tirar o trabalho doméstico da invisibilidade e dos estigmas.

Dizer que nós queremos salários para o trabalho doméstico é expor o fato de que o trabalho doméstico já é dinheiro para o capital, que o capital ganhou e ganha dinheiro quando cozinhamos, sorrimos e transamos. Ao mesmo tempo, isso mostra que temos cozinhado, sorrido e transado ao longo dos anos não porque realizar estas tarefas fosse mais fácil para nós do que para qualquer outra pessoa, mas porque não tínhamos outra opção. Nosso rosto se tornou distorcido de tanto sorrir, nossos sentimentos se perderam de tanto amar, nossa hipersexualização nos deixou completamente dessexualizadas. (Federici, 2018, p. 48).

Durante o século XX, o trabalho doméstico continuou a ser uma ocupação majoritariamente feminina e negra, mantendo-se à margem das regulamentações trabalhistas e dos direitos sociais garantidos a outros setores. Isso foi exacerbado pela persistência das visões patriarcal e racista, que sempre desvalorizaram o trabalho realizado dentro das residências, tratando-o como menos digno e menos importante do que o trabalho industrial e comercial.

A partir da década de 1970, como analisou Federici, os movimentos sociais e sindicatos começaram a lutar pelos direitos das trabalhadoras domésticas, buscando equiparar a legislação sobre o trabalho doméstico aos demais trabalhadores urbanos. No Brasil, a constituição de 1988 foi um marco nesse sentido, estabelecendo direitos trabalhistas fundamentais para o trabalho doméstico. Dessa maneira, no seu artigo 7º, presente no capítulo voltado para os direitos sociais, foram expressamente reconhecidas, em parágrafo único no texto, garantias para o trabalho doméstico: décimo-terceiro salário, salário-mínimo, férias anuais remuneradas, licença maternidade, entre outros. Ainda assim, a categoria não foi igualada aos trabalhadores rurais e urbanos, impedindo que certos direitos presentes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na própria Constituição fossem assegurados ao trabalho doméstico<sup>99</sup>.

Nas últimas décadas, a legislação do trabalho doméstico no Brasil tem passado por significativas transformações, refletindo mudanças sociais, econômicas e jurídicas. Nesse sentido, é notável que esse setor de trabalho, historicamente marcado pela informalidade e pela falta de proteção social, tem recebido atenção crescente, tanto do legislador quanto da sociedade civil organizada, visando assegurar direitos fundamentais às trabalhadoras e trabalhadores domésticos.

---

<sup>99</sup> Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/reportagem/linha-do-tempo/breve-historia-do-trabalho-domestico/>

A transformação mais significativa ocorreu com a Emenda Constitucional nº 72/2013, conhecida como PEC das Domésticas, a qual suscitou um amplo debate em torno do tema. Todavia, apesar das polêmicas, o projeto trouxe importantes avanços na equiparação de direitos entre trabalhadoras e trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Esta emenda estendeu direitos como jornada de trabalho regulamentada, horas extras remuneradas, seguro-desemprego, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), adicional noturno e seguro contra acidentes de trabalho. Com a PEC, aquele parágrafo único do artigo 7º da Constituição de 1988 foi alterado, contemplando os trabalhadores e trabalhadoras domésticas, com todos os 34 direitos sociais presentes na Constituição<sup>100</sup>. Após esse importante passo, em 2015, a então presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei Complementar nº 150, regulamentando assim os benefícios previstos na emenda<sup>101</sup>.

Entretanto, apesar dos avanços legais, o exercício do trabalho doméstico ainda enfrenta desafios significativos. A informalidade persiste como uma característica predominante do setor, com muitas trabalhadoras sem acesso a direitos previdenciários e trabalhistas básicos. Além disso, a perpetuação de estereótipos de gênero e raça contribui para a manutenção de desigualdades estruturais dentro dessa ocupação. Segundo pesquisas divulgadas em 2022, pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas (Dieese), as mulheres representam 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico no Brasil, das quais 65% são negras. Além disso, a maioria está acima dos 40 anos e tem renda média inferior a um salário-mínimo<sup>102</sup>. Ainda segundo os dados do IBGE reunidos pelo Dieese, o rendimento médio mensal das domésticas caiu de R\$ 1.016, em 2019, para R\$ 930 no ano de 2022. Segundo a entidade, houve queda em todas as regiões. As trabalhadoras sem carteira ganharam 40% a menos do que as com carteira, já as mulheres negras no serviço doméstico receberam 20% a menos do que as não negras<sup>103</sup>.

Em suma, a história do trabalho doméstico no Brasil revela não apenas a exploração econômica e social das mulheres negras e pobres ao longo dos séculos, mas também as lutas por reconhecimento e direitos que marcaram sua trajetória. É fundamental continuar a discussão e a ação política para enfrentar as desigualdades

---

<sup>100</sup>Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/reportagem/linha-do-tempo/breve-historia-do-trabalho-domestico/>

<sup>101</sup>Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp150.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm)

<sup>102</sup>Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>

<sup>103</sup>Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>



estruturais que permeiam essa forma de trabalho tão essencial e historicamente desvalorizada. No que se refere à legislação do trabalho doméstico no Brasil, é possível perceber que esse setor reflete um processo dinâmico, no qual evidenciam-se mudanças e permanências, em torno das estruturas que o sustentam ao longo dos séculos. Além disso, o debate sobre esse tema aponta para as demandas sociais e econômicas contemporâneas, as quais reivindicam a garantia dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores domésticos do país. A implementação eficaz dessas leis não apenas promove a justiça social, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Fica evidente, portanto, que o trabalho doméstico no Brasil é atravessado por uma série de questões históricas, sociais e culturais, das quais a análise só faz sentido, se os marcadores de classe, gênero e raça forem levados em consideração de uma forma interligada e não hierarquizada. A vida de Vera Lúcia como empregada doméstica é mais uma história, dentre tantas outras no Brasil, interessante para pensar as opressões de classe, gênero e raça que perpassam o exercício do trabalho doméstico. Vera Lúcia é uma mulher pobre e negra<sup>104</sup> que trabalha como doméstica, desde os 15 anos de idade. Ao longo de sua vida, Vera lembra de já ter trabalhado em muitas casas, para todo tipo de pessoa e diz: “Eu sempre trabalhei em casa de família. Sempre gostei. Eu trabalho nas casas dos outros porque eu gosto mesmo. Eu não gosto de trabalhar pra gente rica, eu acho muito metido”.

A fala de Vera Lúcia traz uma afirmação, mas faz uma ressalva: ela gosta de seu trabalho, mas não gosta de trabalhar para determinadas pessoas, gente rica. A construção narrativa de Vera nesse trecho serviu como uma introdução para o que ela viria a falar posteriormente. Ao contar sobre o seu trabalho, dos tipos de patrões que tivera e dos lugares onde já havia trabalhado, duas patroas se destacam nas lembranças de Vera Lúcia. Dona Terezinha, a boa patroa que a faz gostar do trabalho, e Bethânia, a má patroa que a faz não gostar de trabalhar para certas pessoas.

Vera Lúcia trabalhou por mais de 20 anos na casa de dona Terezinha. Vera conta que sempre se sentiu bem nesse trabalho. Lá ela arrumava a casa, lavava, passava e cozinhava. O núcleo familiar de dona Terezinha era composto por seu marido e suas duas filhas. Todos sempre trataram Vera com muito respeito.

---

<sup>104</sup> Vera sabe que é uma mulher negra, pois, segundo ela, a sua cor já foi motivo de preconceito nas relações com a família de um de seus companheiros. Vera conta que sabia que eles não gostavam dela por conta que ela era negra e eles não gostavam de negros.

Minha patroa era costureira. Quando ela morava aqui, ela trabalhava costurando, ela costurava pro pessoal de fora. Comecei trabalhar lá. Eu ganhava bem pouquinho. Toda vida eles foram pessoa muito assim família que não era muito rica. Eu trabalhava lá era mesmo que tá na minha casa, tá entendendo? Eles não tinha besteira, não tinha exigência com nada, do jeito que eu fizesse as coisas, tava feito. Comecei a trabalhar lá ela nem aposentada ela era, aí me pagava pouco. Ela dizia: Vera, eu vou lhe pagar esse tanto que é o que eu posso lhe pagar e eu dizia: tá certo. Aí quando ela se aposentou, ela começou a me pagar mais, mas nunca ganhei salário em canto nenhum. Só que eu ganhava um tanto num canto, outro tanto noutra, juntando tudo dava um salário. (Oliveira, 2023).

Quando Vera começou a trabalhar na casa de dona Terezinha era bem jovem, elas sempre tiveram um ótimo relacionamento. Dona Terezinha era costureira e muitos de seus fregueses não eram de Limoeiro do Norte, mas ela não ganhava muito dinheiro. Vera lembra que no início seu salário era bem curto, pois a patroa alegava não ter condições de pagar mais, porém isso não era algo central para que Vera deixasse de trabalhar na casa dela. O que fazia Vera gostar e ficar em um trabalho era a forma como era tratada, se estava à vontade, se gostavam de seu serviço, e isso ela sempre teve por parte de dona Terezinha e seus familiares. Depois, quando dona Terezinha conseguiu a aposentadoria, Vera passou a receber um pouco mais.

Já havia mais de 20 anos em que Vera trabalhava na casa de dona Terezinha, quando a costureira saiu de Limoeiro do Norte e foi morar em Fortaleza. No começo, a senhora insistiu para que Vera fosse com ela e continuasse trabalhando em sua nova residência, mas Vera não aceitou a proposta, pois não queria sair de Limoeiro nem morar longe de seus familiares.

Vera falou sobre tudo isso enquanto lembrava da sua relação com dona Terezinha. Mas, ainda havia mais uma coisa que fazia com que essa senhora fosse tão importante na vida de Vera. Além de dona Terezinha ser uma boa patroa, de sempre ter a tratado com respeito, o relacionamento das duas superava a relação patroa e empregada. Vera e dona Terezinha eram amigas, e Vera tinha um sentimento muito forte de gratidão por essa senhora. Dona Terezinha acolheu Vera em um dos momentos mais difíceis de sua vida, isto é, quando seu marido, José Eudes adoeceu e precisou fazer tratamento nos hospitais de Fortaleza. Retomando a história contada nos capítulos anteriores, quando José Eudes precisou de um acompanhamento médico mais frequente, Vera precisou de um comprovante de residência referente à cidade de Fortaleza e Dona Terezinha foi quem ofereceu esse documento para que Vera apresentasse ao hospital. “Inclusive eu fiquei lá quando meu marido adoeceu. Ela me acolheu na casa dela. Foi ela que me acolheu, aí eu

passei um tempo lá. Depois que ele morreu, ela ainda pelejou pra mim ficar lá como eles”. (Oliveira, 2023).

Quando Vera foi para Fortaleza com o objetivo de acompanhar seu marido, José Eudes, no tratamento de sua doença, ela chega à casa de dona Terezinha, não como uma empregada, mas como uma amiga que passava por um momento conturbado e precisava de ajuda. A gratidão de Vera se manifesta no momento em que ela vê que não era apenas uma empregada respeitada por sua patroa. Dona Terezinha era uma amiga que lhe estendeu a mão em uma situação crítica de sua vida. E a relação de amizade continua. Frequentemente, uma liga para a outra. Vera é sempre bem-vinda na residência de dona Terezinha. “É uma segunda família pra mim, tudim, tanto as filhas dela como ela. Ave Maria, eu tenho ela como uma família pra mim. Ela liga pra mim todo final de semana. Eu já disse a ela, na hora que eu tirar férias, eu vou passar uns dias aí com você (Oliveira, 2023).

Quando dona Terezinha se mudou para Fortaleza, Vera Lúcia passou a procurar outros lugares para trabalhar. A primeira casa em que Vera trabalhou, após a partida da costureira, foi por uma indicação que ela mesma fez. Uma cliente de dona Terezinha comentou que sua filha, Fernanda, estava precisando de uma pessoa para trabalhar. A costureira logo indicou Vera, dando boas recomendações e, o mais importante, disse que Vera era uma pessoa de confiança.

Na casa de Bethânia o serviço era diferente e, principalmente, a forma como Vera foi tratada a incomodou bastante. A família era composta por Fernanda, Diogo, seu marido, e as duas filhas do casal. Quando Vera começou a trabalhar lá, as meninas tinham 5 e 10 anos de idade. Lá, Vera limpava a casa, lavava e passava, mas não cozinhava, como era acostumada a fazer em outras casas. Fernanda era enfermeira e seu marido engenheiro agrônomo, os dois passavam o dia fora de casa e almoçavam em restaurantes. As crianças quando chegavam do colégio iam para a casa da avó e faziam as refeições por lá. Por isso, Vera não cozinhava, e desde o início, Fernanda havia deixado claro que não ia oferecer refeições à Vera, que só queria seus serviços por meio expediente. Ela deveria terminar o trabalho antes de meio-dia e almoçar em casa. “Ela era uma pessoa assim tão soberba, eu chamo soberba. Ela não me dava almoço na casa dela. Quando ela me contratou foi logo me dizendo: eu não quero que você fique pro almoço, você tem que almoçar em casa” (Oliveira, 2023).

É assim que Vera Lúcia descreve Fernanda: uma pessoa soberba. Já Diogo, o marido, era lembrado de uma outra forma: “O marido dela era uma pessoa excelente, ele

não tinha besteira com nada, era totalmente diferente dela” (Oliveira, 2023). Vera sentia-se tratada com indiferença e desconfiança por parte de Fernanda, embora Diogo fosse um homem educado, que a tratava bem, era sempre muito difícil lidar com as exigências da dona da casa.

Ela me contratou, mas me testou de um horror de jeito. Deixava dinheiro pra ver se eu pegava. Mesmo que Dona Terezinha dissesse que eu era de confiança, ela me testou várias e várias vezes. Ela fez foi uma viagem pra Argentina e ao invés de me dá folga, ela mandou eu ir trabalhar. Dar uma geral em tudo, mexer em todos os lugares, acho que era pra me testar também. Eu mexendo nos guarda-roupa eu vi dinheiro, vi muita coisa lá, só que ela tava testando a pessoa errada. (Oliveira, 2023).

Vera é uma mulher que se orgulha da sua vida, do trabalho e da família que tem. Para ela, agir honestamente, tanto na vida pessoal como profissional, é uma questão de honra. Portanto, colocar à prova o seu caráter é uma forma de ofendê-la. É por isso que, quando ela lembra do tempo em que trabalhou na casa de Fernanda, a narrativa se desenrola de uma maneira oposta àquela da qual ela fala sobre como era trabalhar para dona Terezinha. O ambiente de trabalho na casa de Fernanda estava sempre contaminando por atitudes de desconfiança e, conseqüentemente, de desrespeito em relação à Vera. Vera conta que por diversas vezes era deixado dinheiro em lugares expostos pela casa, bolsos de roupas que iriam ser lavadas. Para Vera, isso tudo eram manobras que a patroa articulava para testar a sua honestidade.

Nesse sentido, pode-se inferir que essa forma de tratamento está diretamente ligada às construções sociais e culturais que atravessam o trabalho doméstico no Brasil. A desconfiança, nesse caso, é uma forma de desrespeitar, mas também é uma maneira de inferiorizar, subalternizar o trabalho e a condição de empregada doméstica, exercida por Vera e tantas outras mulheres.

Esse ambiente de desconfiança, indiferença e inferiorização criados por patrões e patroas é uma forma de perpetuar as desigualdades, injustiças e preconceitos que perpassam a vida das milhares de mulheres que realizam trabalho doméstico no Brasil. Tal afirmação pode ser reforçada pelos inúmeros relatos de empregadas domésticas que sofrem diversos tipos de assédio diariamente no país, como demonstra a matéria do Portal Geledés<sup>105</sup>.

---

<sup>105</sup> Disponível em: <https://www.geledes.org.br/eu-empregada-domestica-e-mais-alguns-relatos-de-experiencias-vividas-por-empregadas-domesticas-no-brasil/>

Mas, por que Vera continuou trabalhando na casa de Fernanda já que ela se chateava tanto com as atitudes da patroa? A essa pergunta, a própria Vera responde: “Fui trabalhar porque não tive outra opção. Quando dona Terezinha foi embora, a primeira pessoa que apareceu foi ela. Ela era cheia de exigência na casa. Ela era metida, desses rico metido, que já foi pobre e quando fica rico fica metido”. (Oliveira, 2023). A resposta parece óbvia: Vera precisava do emprego.

#### 4.2.2 O trabalho doméstico durante a pandemia de COVID-19

Quando se fala nas condições de execução do trabalho doméstico durante a pandemia de COVID-19 no Brasil, é muito comum que a abordagem do tema seja uma denúncia da precarização que o setor sofreu durante a crise sanitária. A exemplo dessa instabilidade, é possível dizer que durante a pandemia, houve redução salarial, perda de empregos, e maior exposição ao vírus devido à modalidade presencial do trabalho doméstico, pois alguns estados, como Pernambuco e Pará, tentaram incluir o trabalho doméstico na categoria de serviços essenciais<sup>106</sup>.

No entanto, a experiência de Vera Lúcia, enquanto trabalhadora doméstica, durante a pandemia, foi bem diferente dos casos que estamparam as manchetes de jornais e foram temas de levantamentos oficiais que tinham o objetivo de criar dados sobre a situação dos trabalhadores e trabalhadoras domésticas brasileiras. Vera conta que ficou trabalhando na casa de Fernanda até começar o período de confinamento.

Eu passei dois anos na casa dela, só saí por causa da pandemia. Ela ficou com medo de pegar COVID. Aí quando começou a pandemia ela me dispensou, mandou eu vir pra casa aí ficou me pagando. Aí eu recebi o auxílio emergencial. Aí ela: queria que você tivesse compreensão, já que você tá recebendo esse auxílio emergencial, você dispensasse o dinheiro que eu tô te pagando (Oliveira, 2023).

Mais uma vez Vera ficou sem uma casa certa para trabalhar. Ela foi uma das milhares de brasileiras para quem o auxílio emergencial<sup>107</sup> foi essencial para conseguir

---

<sup>106</sup> Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/vulnerabilidade-domesticas-pandemia/#page6>

<sup>107</sup> O auxílio emergencial foi um programa do governo federal brasileiro de renda mínima aos mais vulneráveis durante a pandemia de COVID-19. O objetivo do auxílio financeiro foi mitigar os impactos econômicos causados pela pandemia de COVID-19 no Brasil. Vale ressaltar que o então presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, e seus aliados no congresso tentaram diminuir o valor do auxílio, mas acabaram sendo derrotados pelos parlamentares que argumentaram sobre a importância de o governo proporcionar um valor que desse para suprir, minimamente, as necessidades básicas das populações mais afetadas pela pandemia.

atender às necessidades básicas daquele momento tão difícil. Até aqui, o que Vera contava estava de acordo com as experiências que milhares de empregadas domésticas relataram durante a pandemia. No entanto, Vera não ficou parada por muito tempo, e aí veio a surpresa:

Principalmente na pandemia, na pandemia eu ganhei dinheiro. Porque muita gente tinha medo de trabalhar, medo de pegar a doença, né. Eu num tinha não, aonde me chamava eu ia. Fiz muitas faxina na casa do pessoal com COVID, gente que tava na quarentena. Por aqui em Limoeiro mesmo, gente de todo jeito. É graças a Deus, se eu tive COVID, eu não sei, nunca senti nada. (Oliveira, 2023).

Fui surpreendida, pois nesse momento Vera deixou de lado a condição de vítima e disse que na pandemia foi o momento em que ela ganhou dinheiro. A entonação de Vera ao dizer a frase queria expressar não apenas que ela havia ganhado dinheiro, mas que naquela situação, incerta para todos, ela havia ganhado mais dinheiro do que costumava ganhar antes da pandemia. Rapidamente, aquela construção de que Vera havia passado por muitas dificuldades, de que poderia ter ficado dependente do auxílio emergencial, se desfez. Vera conta que, durante a pandemia, ela fez muitas faxinas em diversas casas, de pessoas que estavam de quarentena, outras que poderiam ou não estar infectadas com o vírus. Vera não ficou doente e não sabe se chegou a contrair a doença.

Aqui é interessante perguntar: Por que ela se expôs a doença e continuou trabalhando? É possível dizer que ela não estava ciente das consequências de continuar trabalhando? Ou que ela duvidava da periculosidade do vírus e das recomendações feitas pelas autoridades sanitárias? Durante a entrevista, eu tentei abordar essas questões de uma forma mais indireta, mas em nenhum momento a narrativa de Vera confirmava essas especulações. Mais uma vez eu só conseguia pensar em uma única razão: ela precisava trabalhar, assim como fez durante toda a sua vida.

#### 4.2.3 Finalmente a carteira de trabalho assinada

Quando José Eudes adoeceu e ficou cada vez mais debilitado, Vera precisou sair de seus trabalhos para cuidar dele. Após a morte do companheiro, Vera estava mais uma vez sem um trabalho, mas, com a ajuda de uma irmã, ela espalhou currículos em algumas empresas na cidade de Limoeiro do Norte. Vera estava em busca de um emprego fixo, de um salário melhor, de ter acesso aos direitos trabalhistas. Pouco tempo depois, Vera foi

contratada como auxiliar de serviços gerais no supermercado Nossa Família em Limoeiro do Norte. Foi contando sobre esse momento de sua vida que ela disse: “Mas eu nunca ganhei um salário em canto nenhum. A primeira vez que eu trabalho ganhando salário foi agora que eu assinei a carteira, né? Eu sempre trabalhei em casa de família, a primeira vez que eu trabalho em empresa foi agora” (Vera Lúcia, 2023).

Para mim, essa foi uma das frases mais marcantes que Vera disse ao longo de toda a entrevista. É impactante ouvir de uma mulher que trabalhou a vida toda, inclusive durante a infância, que ninguém nunca pagou um salário por seus serviços, que só depois dos 40 anos de idade foi que ela, finalmente, soube o que é ganhar um salário fixo, direitos trabalhistas, direito a férias, hora extra, décimo terceiro salário. Quando trabalhava como empregada doméstica, Vera até conseguia fazer por mês um dinheiro correspondente a um salário-mínimo, mas ela precisava trabalhar em três ou mais lugares e nem sempre isso era possível todo mês. Além disso, ela poderia ser mandada embora a qualquer momento, ou seja, Vera nunca teve estabilidade.

Quando perguntada sobre o novo emprego e as diferenças em relação ao trabalho nas casas de família, Vera responde que a rotina de trabalho é totalmente diferente daquela que ela estava acostumada. No supermercado, trabalha-se todos os dias, aos domingos e nos feriados. Vera diz que agora não tem mais tempo para nada, e que os primeiros meses foram muito pesados, pois o supermercado é grande e só há duas auxiliares de serviços gerais. Às vezes, ela se sente sobrecarregada, mas, mesmo assim, o trabalho vale a pena, o serviço é cansativo, não foi fácil se adaptar. Todavia, é melhor por conta da estabilidade, ter a carteira de trabalho assinada e a garantia de direitos. Vera, agora, ganha um pouco mais de um salário-mínimo, vale alimentação, tem direito a três refeições por dia, hora extra.

O ruim lá só é isso, você não tem tempo pra nada, você num vive não, é só trabalho, trabalho, porque você trabalha domingo, feriado. Aí não tem tempo pra nada não. Mas tirando isso, é bem melhor, porque se você adoecer, coloca um atestado você tá ganhando, né. É diferente, eles não podem botar pra fora, tem toda uma vantagem, né. (Oliveira, 2023).

Embora haja a garantia de direitos, eis o preço de ter a carteira de trabalho assinada: a exaustão pelo excesso de trabalho.

Enfim, esta é Vera Lúcia Lima de Oliveira, uma mulher cheia de complexidades e subjetividades, bem diferente da viúva triste que eu procurava no início do trabalho de campo. Antes de ser viúva, Vera é tudo isto: uma mulher que trabalha desde a infância,

mãe, filha, que sempre correu atrás de sua sobrevivência, nunca dependeu de homem nenhum. O trabalho doméstico, feito em diversas casas ao longo de sua vida, lhe rendeu boas amizades (como é o caso de dona Terezinha), mas também lhe fez conhecer pessoas “soberbas” que a fez compreender que, quando se passa por momentos difíceis, quando se passa por uma mudança profunda, não é com todo mundo que se pode contar.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ah! Caicó arcaico,  
Em meu peito catolaico,  
Tudo é descrença e fé.  
Ah! Caicó arcaico,  
Meu cashcouer mallarmaico  
Tudo rejeita e quer.

Chico César (1995)

Enfim, as últimas palavras. Nas horas mais turbulentas e incertas da pesquisa, este é o momento mais desejado. Mas o que dizer ao final de uma caminhada? Sei que conclusões é uma palavra perigosa no exercício de nosso ofício – historiográfico – então, o que fazer agora? Apontar os erros? Lamentar o que não pôde ter sido feito? Falar das aprendizagens proporcionadas pelo percurso? Ou simplesmente apontar possíveis caminhos que ainda podem ser desvelados pelos pesquisadores do porvir? Continuo as próximas linhas sem saber onde vai dar, mas vamos lá.

Durante todo o período do mestrado – começando pelas discussões nas disciplinas, passando pelo trabalho de campo até à escrita – eu estive atravessada por muitas dúvidas, não a de saber se o agronegócio era bom ou ruim, isso eu já sabia, até porque a resposta a essa pergunta tem a ver com escolhas políticas e éticas, não que minhas questões não fossem também políticas e éticas, mas eram de uma maneira mais espinhosa. A minha angústia era saber o que eu estava fazendo. Por que eu queria entrevistar aquelas pessoas e depois aquelas mulheres? Por qual caminho eu iria? Quais escolhas teóricas eu deveria fazer? Era um medo absurdo de ser injusta comigo e com as outras mulheres desta pesquisa.

O que mais me perturbava eram as dúvidas, sobre o que dizer e como dizer, principalmente, porque as minhas principais fontes de pesquisa eram pessoas. O que se pode dizer de diferente sem ser indiferente, mantendo-se, ainda, coerente com o exercício da crítica? Decidi, então, que estava em busca de histórias, de contradições, de subjetividades, mas ainda precisava saber a forma de dizê-las.

Tenho a impressão de que o trabalho com História Oral também me trouxe a capacidade de observar melhor as pessoas e inevitavelmente, seja positiva ou negativamente, eu estava sempre julgando-as. Devo dizer que a incoerência me surpreendeu em diversas ocasiões. Então, eu comecei a ponderar sobre o exercício da

crítica. Há também no pensamento crítico dimensões políticas e éticas, não vale a crítica que só serve para inflar egos, validar méritos individuais e distinguir inteligências. A crítica deve estar a serviço da coletividade, daquilo que de fato vai fazer efeito na vida das pessoas.

Fazer este trabalho me ajudou a enxergar a beleza das ambiguidades e o quanto elas podem ser úteis na construção de sentidos sobre a condição humana. E, embora bem mais cismada do que antes, eu continuo acreditando que os espaços institucionais da política e da academia são ainda as principais maneiras de transformar a vida das pessoas, mas o poder nesses lugares ainda segue sendo o palco do oportunismo, do benefício próprio, e assim a vida vai passando, e já se faz muito quando se consegue sobreviver e agir em meio a tudo isso. E vale afirmar, o que enriquece o trabalho historiográfico é procurar pelas contradições, pelas subjetividades, em uma prática que seja sempre um exercício de alteridade.

Ainda quero dizer que a escrita deste trabalho é fruto da indisciplina. Sempre me considerei uma estudante disciplinada, mas isso não foi possível na realização desta pesquisa. Isso não foi uma escolha, aconteceu de uma forma não proposital. Enquanto eu estava atravessada por questões angustiantes, eu não conseguia caminhar. Estava envolvida por uma espécie de paralisia, a qual não conseguia reverter a partir das leituras óbvias em torno do meu tema de pesquisa, e que eu obrigatoriamente precisava lê-las. Dessa forma, estou chamando de indisciplina a escolha de ler não aquilo que era indicado, recomendável ou óbvio, mas sim aquilo que me parecia capaz de me movimentar outra vez.

Nesse processo, a Literatura parecia ser a única capaz de me tirar do estado de paralisia. O tempo da Literatura não é o intervalo entre o começo e o fim da leitura. Esse tempo se estende até o momento em que as palavras lidas se transformem em novas palavras e porem, temporariamente, de cutucar o pensamento, é por isso que eu fui tão indisciplinada.

Livros como *A desumanização*, *Aprender a falar com as plantas*, *Vozes de Tchernóbil*, entre outros, me fizeram transformar as angústias em urgências, me fizeram aprender a conectar histórias, me fizeram compreender que a dor, a morte, o luto – independentemente de serem experiências de mulheres camponesas e domésticas do Baixo Jaguaribe, ou de mulheres espanholas, ou de viúvas soviéticas, ou de garotinhas islandesas, fazem parte da condição humana. A dor é um sentimento universal.

Por fim, considero que esta pesquisa está apoiada em alguns pilares: nos impactos nefastos que o agronegócio e o uso de agrotóxicos podem provocar à vida, à saúde e ao meio ambiente; nos história das mulheres, mais especificamente no que se refere à viuvez e aos mundos do trabalho; no trabalho com a História Oral.

Sobre o agronegócio, é preciso cada vez mais produzir pesquisas e conhecimentos que aliem a luta para contestar as narrativas hegemônicas sobre esta forma de produzir. Acredito que a Chapada do Apodi e toda a região do Vale do Jaguaribe constitui uma espacialidade muito fértil para a produção de lutas e trabalhos acadêmicos que apresentem contranarrativas a esse setor. Dessa forma, as greves de 2008 e 2012 na empresa Del Monte foi um assunto timidamente tocado nesta pesquisa, sendo, portanto, um tema que carece de mais estudos e pesquisas acadêmicas. Além disso, é sabido que nessa região do Ceará em que o Agronegócio se instalou de uma forma mais contundente. Há por parte de outras áreas do conhecimento, como por exemplo a da saúde, estudos que dão conta de relacionar o uso intensivo de agrotóxicos a casos de más-formações congênitas e puberdade precoce. Acredito que seria pertinente uma pesquisa na área de história que tentasse pensar essas realidades.

Além disso, a história das mulheres e a teoria feminista é um campo potente, para o qual diversas autoras já fizeram indispensáveis contribuições. Todavia, é preciso estar sempre atento às armadilhas das novas linguagens e práticas, que vestidas de novas, escondem a manutenção da velha história do capital explorador e sedento por lucros. Nesse sentido, a viuvez, o trabalho de mulheres camponesas e o trabalho doméstico são temas muito importantes e que precisam cada vez mais ser estudados pela historiografia, que deve considerar sempre as complexidades e subjetividades para quebrar estereótipos e construções socioculturais em torno dos corpos femininos.

Sobre a História Oral, trata-se de um campo pujante na fabricação de fontes que ajudam a pensar complexidades e subjetividades. Enquanto houver escuta, disponibilidade, tempo e gente, haverá boas histórias que podem e devem ser contadas.

## **6. FONTES DE PESQUISA**

### **6.1 Entrevistas de História Oral**

COSTA, Antônia Luzia de Oliveira. Antônia Luzia de Oliveira Costa. Entrevista [Janeiro de 2020]. Entrevistadora: Ana Karolina Freire Oliveira. Limoeiro do Norte: Entrevista concedida para pesquisa, 2020. MP3 (80 minutos).

COSTA, Evelize Silva. Evelize Silva Costa. Entrevista [Janeiro de 2022]. Entrevistadora: Ana Karolina Freire Oliveira. Limoeiro do Norte: Entrevista concedida para pesquisa. MP3 (117 minutos).

COSTA, Evelize Silva. Evelize Silva Costa. Entrevista [Janeiro de 2022]. Entrevistadora: Ana Karolina Freire Oliveira. Limoeiro do Norte: Entrevista concedida para pesquisa. MP3 (30 minutos).

GOMES, Lena. Lena Gomes. Entrevista [Janeiro de 2022]. Entrevistadora: Ana Karolina. Limoeiro do Norte: Entrevista concedida para pesquisa. MP3 (50 minutos)

OLIVEIRA, Vera Lúcia Lima de. Vera Lúcia Lima de Oliveira. Entrevista [Janeiro de 2022]. Entrevistadora: Ana Karolina Freire Oliveira. Limoeiro do Norte: Entrevista concedida para pesquisa. MP3 (100 minutos).

OLIVEIRA, Vera Lúcia Lima de. Vera Lúcia Lima de Oliveira. Entrevista [Setembro de 2023]. Entrevistadora: Ana Karolina Freire Oliveira. Limoeiro do Norte: Entrevista concedida para pesquisa. MP3 (118 minutos).

SILVA, Gerlene. Gerlene Silva. Entrevista [Março de 2022]. Entrevistadora: Ana Karolina Freire Oliveira. Limoeiro do Norte: Entrevista concedida para pesquisa. MP3 (40 minutos).

SILVA, Gerlene. Gerlene Silva. Entrevista [Abril de 2022]. Entrevistadora: Ana Karolina Freire Oliveira. Limoeiro do Norte: Entrevista concedida para pesquisa. MP3 (95 minutos)

XAVIER, Maria Lucinda. Maria Lucinda Xavier. Entrevista [Setembro de 2023]. Entrevistadora: Ana Karolina Freire Oliveira. Limoeiro do Norte: Entrevista concedida para pesquisa. MP3 (58 minutos).

## 6.2 Relatórios técnicos

BRASIL, Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos. Ministério da Saúde, volume 1. 2018.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al (Org.). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

UFC. Universidade Federal do Ceará. **Parecer técnico sobre a pulverização aérea**. Faculdade de Medicina. Departamento de Saúde Comunitária. Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Núcleo de Pesquisa Trabalho, Meio Ambiente e Saúde. Fortaleza, 2016.

UFC, Universidade Federal do Ceará. Almanaque do Baixo Jaguaribe ou tramas para a afirmação do trabalho, meio ambiente e saúde para a sustentabilidade. Núcleo Tramas. Fortaleza: 2012. 160p.

## 6.3 Acervo online do Núcleo TRAMAS

LIMA, M. F. Cordel: O trabalho e a vida da mulher no campo. Comunidade do Tomé, Chapada do Apodi, RN: 2017.

UFC, Mulheres em diálogo: saberes e experiências sobre trabalho, ambiente e saúde na Chapada do Apodi - Ceará / Raquel Maria Rigotto, Mayara Melo Rocha, Maria de Lourdes Vicente da Silva (organizado - ras). – Fortaleza: Núcleo Tramas - Trabalho, Ambiente e Saúde - UFC, 2016. 64 p.

## 6.4 Acervo da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte-CE

CÁRITAS, D. Documentação sobre a greve de 2012 da Del Monte. Anexos de atestados médicos concedidos aos trabalhadores/as da empresa. Acesso em 2023.

CÁRITAS, D. Documentação judicial sobre os processos de trabalhadores contra a Del Monte. Acesso em 2023.

CÁRITAS, D. Panfletos e atas das reuniões produzidos pelos trabalhadores em ações para organizar o movimento de greve. 2012.

## 6.5 Reportagens

CNMA, Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio. Disponível em: [https://www.mulheresdoagro.com.br/?gad\\_source=1&gclid=EAIaIQobChMIu5WgsY2khwMVZF9IAB1TKQZ8EAAAYASAAEgLIKPD\\_BwE](https://www.mulheresdoagro.com.br/?gad_source=1&gclid=EAIaIQobChMIu5WgsY2khwMVZF9IAB1TKQZ8EAAAYASAAEgLIKPD_BwE)

JÚNIOR, M. Jornal Diário do Nordeste. **Série especial de reportagens Viúvas do Veneno**. Jornalista. Fortaleza, 2013.

USP, Universidade de São Paulo. **Mulheres no Agronegócio**. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA. São Paulo, 2018.

## 7. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Atualidade do método de Josué de Castro e a situação alimentar mundial. *In*: CYRILLO, Denise Cavalline; COZZOLINO, Silvia Maria; PHILLIPPI, Sonia Tucunduva; MARUCCI, Mária de Fátima Nunes (org.). **Delineamento da pesquisa na nutrição humana aplicada**. São Paulo: IPE/USP, 1996. p. 57-76.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Notas sobre o luto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010.
- AGUIAR, A. C. P. **Más-formações congênitas, puberdade precoce e agrotóxicos: uma herança maldita do agronegócio para a Chapada do Apodi (CE)**. 2017. 199 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Medicina. Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2017.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral** – Rio de Janeiro: Editor FGV, 2004.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **Vozes de Tchernóbil**. 1 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALLENDE, Isabel. **Paula**. - 22 ed - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2023.
- ALMEIDA, Júlia Lopes de. **A viúva Simões**. A. M Pereira – Editor, Lisboa, 1897.
- AMADO, Janaína. O grande mentiroso. **História**, São Paulo 14: 125-136.1995.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- ARAÚJO, Mayara; PATRÍCIO, Edgar. **Viúvas do veneno: a valorização da subjetividade como indícios de rupturas paradigmáticas no jornalismo**. Estudos em Jornalismo e Mídia V.15 N°1, 2018.
- BRAGA, Ana Maria de Fátima Afonso. **Tradição camponesa e modernização: experiências e memórias dos colonos do perímetro irrigado de Morada Nova – Ce**. Fortaleza, DNOCS/BNB-ETE NE, 2009.
- BENJAMIM, Walter. **O anjo da história**. 2. ed; 4. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2021 – (Filô/Benjamin).
- BENJAMIM, Walter. **Linguagem, tradução, literatura** (filosofia, teoria e crítica). 1. ed; 4. Belo Horizonte: Autêntica 2018 – (Filô/Benjamin).

- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: A Experiência Vivida**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2008.
- BORGES, Viviane Trindade. **Casamento, maternidade e viuvez: memórias de mulheres hansenianas**. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 54. Brasília-DF, 2007.
- BUAES, Caroline Stumpf. **O envelhecimento e a viuvez da mulher num contexto rural: algumas reflexões**. RBCEH, Passo Fundo, v. 4, n. 1, p. 103-114, jan./jun. 2007.
- BRUGIATELLI, Vereno. **Narrativa e experiência temporal na reflexão de Paul Ricoeur**. Tradução de Janessa Pagnussat. Problemata: R. Intern. Fil. V. 12. n. 2 (2021), p. 226-244 ISSN 2236-8612 doi:<http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v12i2.57946>.
- BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. – (Filô).
- BUTLER, Judith. **Os sentidos do sujeito**. 1. Ed – Belo Horizonte: Autêntica, 2021 – (Filô Margens).
- CARSON, Rachael. **Primavera silenciosa**, Editora Gaia; 1 edição, São Paulo, 2010
- CASTRO, J. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.
- CAVALCANTE, Leandro Vieira. **“As firmas tomaram conta de tudo”**: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe – CE. Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2021.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. – São Paulo: Veneta, 2020.
- COSTA, Jurandir Freire. **O risco de cada um e outros ensaios de psicanálise e cultura**. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- CHÃ, Ana Manuela de Jesus. **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.
- DA SILVA, Gabriel. Evolução histórica dos empregados domésticos e seus direitos: perspectivas da emenda constitucional nº 72/2013. **Revista reflexão e crítica do direito**, v. 9, n. 2, p. 165-178, jul./dez. 2021 ISSN 2358-7008.
- DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Organização: Frank Barat. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.
- DE CERTEAU, Michel. “Capítulo VIII: O ausente da história”. *In: História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- DE CERTEAU, Michel. “Prefácio à 2ª edição”. *In: A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.



- DE CERTEAU, Michel. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- DE CERTEAU, Michel. “Escritas e Histórias”. *In: A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.
- DUNKERR, Christian Ingo Lenz. Teoria do luto em Psicanálise. **Pluralidades em saúde mental**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 28-42, jul./dez. 2019.
- EDLER, Sandra. Para Ler Freud. **Luto e melancolia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Tradução Fernando Scheibe. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- FEDERICCI, Silvia. O Calibã e a Bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elegante, 2017.
- FEDERICCI, Silvia. O Ponto Zero da Revolução. **Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.
- FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, jul/dez. 2009.
- FRASER, Nancy. JAEggi Rahel. **Capitalismo em debate**. Uma conversa na teoria crítica. 1 ed – São Paulo. Boitempo, 2020.
- FREITAS, Bernadete Maria Côelho. **Marcas da modernização da agricultura no território do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará**. Dissertação apresenta no mestrado acadêmico em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza: UECE, 2010.
- FREITAS, Lucinéia Miranda; BONFATTI, Renato; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fidel. Impactos na pulverização aérea de agrotóxicos em uma comunidade rural em contexto de conflito. **Saúde e debate**. Rio de Janeiro, V.46, N. especial 2, P. 224-235, jun 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 66. Ed – Rio de Janeiro/ São Paulo. Paz e Terra 2018.
- FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia**. Edição Standard Brasileiras das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1917 [1915] /1974.

- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? *In: Ditos e escritos: estética-literatura e pintura, música e cinema* (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**. A vontade de saber. Rio de Janeiro/São Paulo Paz e Terra, 2019.
- Galicioli, T.G.P., Lopes, E.S.de L.& Rabelo, D.F. (2012, ag.). Superando a viuvez na velhice: o uso de estratégias de enfrentamento. **Revista Temática Kairós Gerontologia**,15(4), pp.225-237. Online ISSN 2176-901X.  
Print ISSN 1516-2567. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In: Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1889. p.143-180.
- GOIS, Sarah Campelo Cruz. **Na terra, na letra e na voz: a luta de agricultores e agricultoras por terra e água no Apodi (RN)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História. Fortaleza: UFC, 2021.
- GONZÁLEZ, Eugenia Galicia. La extraordinaria historia de aquellas que viven más allá de la muerte: análisis de la viudez desde las experiencias de viudas em el contexto de la Ciudad de México. Viçosa: Minas Gerais, 2019.
- GORINI, Ulises. **La otra lucha historia de las madres de Plaza de Mayo 1983- 1986 /** Ulises Gorini. - 1a ed . - La Plata: EDULP, 2017.
- HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. – São Paulo: Veneta, 2019.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- JAFFE, Noemi. **Lili: novela de um luto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição a uma semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.
- KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: companhia das Letras, 2020.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LIMA, Janayara Araújo. **A representação da viúva em dois romances machadianos**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Curso de Letras do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente da Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2012.
- LORAUX, Nicole. **As mães de luto**. São Paulo: Edições Cosmos, 1994.

- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153.
- MATOS, Hebe. **O tempo da escravidão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*; **Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.
- MÃE, Valter Hugo. **A desumanização**. Edição 1. São Paulo. Biblioteca azul, 2017.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: SP, 2018.
- MENDES, Francisco de Assis. Trabalhadores do barro: condição operária, precariedade e astúcias dos “Peões De Cerâmica” na região Baixo Jaguaribe, CE (1964-2010). *Centúrias - Revista Eletrônica de História Limoeiro do Norte – CE*, v.1, n.3, p. 93-106, jun./dez. 2023.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1994.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. As ligas camponesas às vésperas do golpe de 1964. **Proj. História**, São Paulo, (29) tomo 2, p. 391-416, dez. 2004.
- MONTERO, Rosa. **A ridícula ideia de nunca mais de te ver**. 1 ed – São Paulo: Todavia, 2019.
- MOTTA, Alda Brito da. Viúvas: o mistério da ausência. **Estud. interdiscip. envelhec.**, Porto Alegre, v. 7, p. 7-24, 2005.
- NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- NEVES, Frederico de Castro. Economia moral versus moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?). **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 16. PUC-SP, 2012.
- NICOLAZZI, Fernando. A História entre Tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 53, p. 229-257, jul./dez. 2010. Editora UFPR.
- NOVAIS, Henrique. MAZIN, Antônio Diogo. SANTOS, Lais. **Questão Agrária, cooperação e agroecologia**. 2 ed – São Paulo: Outras Expressões, 2016.
- ORRIOLS, Marta. **Aprender a falar com as plantas**. Porto Alegre: Editora Dublinense, 2021.
- PAGANINI, Juliana. **O trabalho infantil no Brasil: uma história de exploração e sofrimento**. *Amicus Curiae* V.5, N.5 (2008). Campina Grande, 2011.

- PASCHOAL, Adilson Dias. **Pragas, agrotóxicos e a crise ambiente**: problemas e soluções. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “Segunda Onda”: corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana Maria (org). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2021.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 3, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, fev./1997.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 2, 1996, p. 59-72.
- PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta – São Paulo: Letra e Voz, 2016. – (Coleção Ideias).
- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Proj. História**, São Paulo, (15), abr: 1997.
- PORTELLI, Alessandro **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- POSSAS, Lídia Maria Vianna. **Mulheres e viuvez**: recuperando fragmentos, reconstruindo papéis. Trabalho apresentado no evento Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.
- POSSAS, Lídia Maria Vianna. Sentidos e significados da viuvez: gênero e poder. **Dimensões**, vol. 23. Periódicos da UFES. Espírito Santo, 2009.
- POSSAS, Lídia Maria Vianna. Gênero e oralidade: recuperando os sujeitos invisíveis nos “anos de chumbo” (Brasil, 1970-1980). **História Oral**, v. 12, n. 1-2, p. 87-102, jan-dez. 2009.
- POSSAS, Lídia Maria Vianna. **Gênero e viuvez**: (re) significando práticas identitárias e relações de poder. Evento Fazendo Gênero 9, (Diásporas, Diversidades, Deslocamentos). São Paulo: Unesp, 2017.
- POSSAS, Lídia Maria Vianna. Viuvez, gênero e oralidade: recuperando os sujeitos invisíveis. **História Oral**, v. 12, n. 1-2, p. 87-102, jan.-dez. 2009.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O escorpião atrás do espelho**: a tortura no regime de 1964 e o declínio da narrativa – Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.
- REGES, Luciana Meire Gomes. “**Se eu morrer e continuarem a minha luta, morro feliz**”: a construção do mártir Zé Maria do Tomé (2010-2023). 2023. 227 f. Tese

(Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papyrus, 1997.

RIGOTTO, Raquel. Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE. **Coedição com a Expressão Popular**. / Raquel Rigotto. [organizadora]. – Fortaleza: Edições UFC, 2011.

RIBEIRO, Thamires da Silva; ASSIS, Júlio Mendes de. **Reflexões sobre o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado no Brasil**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2021, ISSN 2179-510X.

RIOS, Kênia Sousa. **Os usos da narrativa: escrita e oralidade**. Fortaleza: Imprensa universitária, 2017.

RIOS, Kênia Sousa. **Engenhos da memória: narrativas da seca no Ceará** – Fortaleza: EDUFC, 2012.

ROTH, Philip. **Nêmesis**. Tradução Jorio Dauster. - São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RUBIO, Marcela Eiras; WANDERLEY, Kátia Silva; VENTURA, Maurício Miranda. A viuvez: a representação da morte na visão masculina e feminina. **Revista Kairós Gerontologia**, 14(1), ISSN 2176-901X, São Paulo, março 2011: 137-147.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SAFLATE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019.

SCHWARZ, Alf. Lógica do desenvolvimento do estado e lógica camponesa. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 75-114, June 1990.

SARAMAGO, José. **As intermitências da morte**. 2 ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2017

SILVA, Tomaz Tadeu da. HALL, Stuart. WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

STEDILE, Taline; MARTINI, Maria Ivone Grilo; SCHMIDT, Beatriz. Mulheres idosas e sua experiência após a viuvez. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 2, p. 327-343, São João Del-Rei, 2017.

SMITH, Richard. C. História oral na historiografia: autoria na história. **História Oral**, v. 13, n. 1, p. 23-32, jan.-jun. 2010.

SCOTT, James C. Scott. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. **Revista Raízes**, Campina Grande, Vol 21, nº 21, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.